



UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

REJANE SILVA MIRA

**A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA BAHIA: UM
INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DO
TURISMO**

Salvador
2006

REJANE SILVA MIRA

**A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA BAHIA: UM
INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DO
TURISMO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antônio Santos Silva

Salvador
2006

TERMO DE APROVAÇÃO

REJANE SILVA MIRA

A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA BAHIA: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DO TURISMO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Análise Regional, Universidade Salvador-UNIFACS, pela seguinte banca
examinadora:

Jorge Antônio Santos Silva- Orientador _____
Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Alcides dos Santos Caldas _____
Doutor em Geografia, Universidade Santiago de Compostela (USC), Espanha

Ana María Mansilla Castaño _____
Doutora em Pré-história, Universidade Complutense de Madri (UCM), Espanha

Salvador, 12 DE DEZEMBRO DE 2006

*Ao meu esposo, tão paciente e dedicado,
e aos filhos que quase tivemos durante
o período do mestrado.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida, e por tudo que ela tem me oferecido através de pessoas, possibilidades, oportunidades, vivências, pensamentos e animais...

Meus pais e minha irmã, pela dedicação, apoio e amor incondicional.

A Léo, meu companheiro, amigo, minha vida... Obrigada pela paciência, pelas correções, pelo incentivo, por tudo! Te amo sempre...

A Prof^a. Eny Kleyde, por me apresentar o amor pelas comunidades e me fazer acreditar nas possibilidades de cada uma delas. Minha gratidão, carinho, respeito, fidelidade, cumplicidade e paciência... Entendo que esse trabalho não seria possível sem a sua valiosa e cuidadosa contribuição, desde as primeiras aulas em 2000. Espero que esse trabalho seja uma prova do meu reconhecimento à sua sutil e modesta genialidade.

A Gustavo Farias, por me apresentar à interpretação do patrimônio. Valeu por todas as conversas, dicas e apoio. Te considero, de fato, meu padrinho.

Ao Prof. Jorge Antônio, meu orientador extremamente atencioso e profissional, um exemplo a ser seguido.

Aos entrevistados: Valdiria Lopes, Paulo Cambuí, Lucy Góes, Vovô do Ilê.

Aos colegas: Jorge Carvalho, Nanci Franco e Alba Mendonça.

Comunidades, Família, Amigos, Colegas, Alunos e Coordenadores, meu mais sincero OBRIGADA!

RESUMO

A atividade turística pode ser considerada vetor de crescimento e de desenvolvimento em determinadas localidades, se for encarada como possibilidade de gerar emprego e renda para as populações de regiões economicamente carentes. Para isso, há de se adotar políticas de inclusão, resultantes de um planejamento eficaz e comprometido com a localidade. Dentro desta perspectiva, buscam-se alternativas de desenvolvimento que atendam aos interesses de comunidades que possuem potencialidades para o turismo, que por desconhecerem ou não valorizarem os seus patrimônios, não conseguem ser contempladas com os benefícios gerados pela atividade turística. Uma solução possível é a interpretação do patrimônio, que pode aumentar o nível de conscientização sobre o patrimônio natural e cultural, atribuindo-lhe um maior nível de respeito, facilitando sua conservação e contribuindo por minimizar impactos negativos. Além disso, a interpretação do patrimônio colabora com a promoção do patrimônio junto à população e representa um mecanismo de democratização do conhecimento, muitas vezes acessível apenas a classes sociais privilegiadas. Esse trabalho apresenta a interpretação do patrimônio como processo e não simplesmente como técnica, tendo a Bahia como cenário, onde a abordagem difere pela inserção da comunidade na criação de atrativos, fortalece a identidade cultural e também ambiental das localidades. O objetivo desse trabalho é investigar se a interpretação do patrimônio pode ser considerada um instrumento de desenvolvimento em localidades turísticas da Bahia. Foi utilizado como metodologia para a elaboração deste trabalho a pesquisa exploratória e descritiva, fazendo uso de levantamento bibliográfico e entrevistas com os envolvidos diretamente no estudo de caso do Corredor Cultural do Curuzú, além de análise documental, onde foram ponderados os registros institucionais ao longo da implementação dos projetos e pesquisas de interpretação do patrimônio na Bahia. Conseguiu-se assim, apresentar a evolução da interpretação do patrimônio; identificar quais os benefícios possíveis a interpretação do patrimônio pode ocasionar nas localidades; mapear as ações implementadas na Bahia e levantar as ações de desenvolvimento local proporcionadas no Curuzú, após a criação do Corredor Cultural.

Palavras-chave: Interpretação do patrimônio. Inclusão social. Atrativos identitários. Desenvolvimento local. Comunidades.

RESUMEN

La actividad turística puede ser considerada un factor de crecimiento y desarrollo en determinados lugares, si fuesen encaradas como una posibilidad de generar empleos y una forma para las poblaciones de regiones que son económicamente necesitadas. Para eso, hay que adoptar políticas de inclusión que sean resultado de un planeamiento eficaz y comprometido con el lugar. Pensando en alternativas, investigadores buscan ajustar las técnicas de la interpretación del patrimonio, utilizadas en los países desarrollados, para atender a las comunidades que tienen gran potencial para el turismo, pero por desconocer no valorizan sus patrimonios, quedan al margen de los beneficios que da la actividad turística. Una posible solución sería la interpretación del patrimonio, que puede aumentar el nivel de conciencia sobre el patrimonio natural y el cultural, atribuyéndole un mayor nivel de respeto, facilitando su conservación y contribuyendo a minimizar los impactos negativos. Después de eso la interpretación del patrimonio colabora con la promoción del patrimonio junto a la población que representa un mecanismo de democratizar el conocimiento, muchas veces accesible solo a las clases sociales privilegiadas. Este trabajo presenta la interpretación del patrimonio como un proceso y no sencillamente como técnica, teniendo a Bahía como escenario, donde el abordar difiere por la inserción de la comunidad en la creación de los atractivos, fortaleciendo la identidad cultural y también ambiental de los lugares. El objetivo de ese trabajo es investigar si la interpretación del patrimonio puede ser considerada un instrumento de desarrollo en localidades turísticas de Bahía. Fue utilizado como metodología para la elaboración de este trabajo la investigación exploratoria y descriptiva, haciendo uso de levantamiento bibliográfico y entrevistas con los envueltos directamente en el estudio de caso del Corredor Cultural del Curuzú, además de análisis documental, donde habían sido ponderados los registros institucionales a lo largo de la implementación de los proyectos e investigaciones de interpretación del patrimonio en Bahía. Se consiguió así, presentar la evolución de la interpretación del patrimonio; identificar cuáles los beneficios posibles la interpretación del patrimonio puede ocasionar en las localidades; mapear las acciones implementadas en Bahía y levantar las acciones de desarrollo local proporcionadas en el Curuzú, tras la creación del Corredor Cultural.

Palabras - Claves: Interpretación del patrimonio. Inclusión social. Atractivos auténticos. Desarrollo local. Comunidades.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Projeto <i>Eu sou Praia do Forte</i>	85
Figura 2- Grupo Musical Raízes da Praia do Forte	87
Figura 3- Aganjú	87
Figura 4- Madrinhas da Praia do Forte	87
Figura 5- Rainha do Côco	88
Figura 6- Samba de Roda Coreografado	89
Figura 7- Oficina de Teatro	89
Figura 8- Encenação do Teatro	89
Figura 9- Oficina de Arte	89
Figura 10- Ritual indígena na Reserva da Jaqueira	90
Figura 11 ADOCCI	91
Figura 12- Artesanato da Península	92
Figura 13- Itapagype Canta	92
Figura 14- Loja dos 3 Elementos	92
Figura 15- Simulado da Trilha da Fé	93
Figura 16- Terno de Rei do Zé de Vale	93
Figura 17- Retrato de Maria Filipa	94
Figura 18- Senzala do Barro Preto	105
Figura 19-Logomarca do Corredor Cultural	106
Figura 20- Logomarca do Grupo Gestor do Corredor Cultural do Curuzú	107
Figura 21- Mapa de Localização do Corredor Cultural do Curuzú	112
Figura 22- Montagem aerofotogramétrica de situação do Bairro	113

Figura 23- Subida da Ladeira no Corredor Cultural do Curuzú	114
Figura 24- Totem do Corredor Cultural do Curuzú	114
Figura 25- Fionga Atrativo do Corredor Cultural do Curuzú	115
Figura 26- Berimabalada Atrativo do Corredor Cultural do Curuzú	115
Figura 27-Grupo de Capoeira Atrativo do Corredor Cultural do Curuzú	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação dos atrativos turísticos	35
Quadro 2- Impactos do turismo	37
Quadro 3- Definições da interpretação do patrimônio	47
Quadro 4- Princípios da interpretação do patrimônio	48
Quadro 5- Técnica X Processo	60
Quadro 6- Benefícios da Interpretação do Patrimônio para as localidades	72
Quadro 7- Quadro conceitual da relação entre a Interpretação do patrimônio e o turismo	97
Quadro 8- Relação dos Bairros da região Administrativa IV	99
Quadro 9- Ações propostas e ações implementadas no Curuzú	108
Quadro 10- Atrativos do Corredor Cultural do Curuzú	111

LISTA DE TABELAS

Tabela1 - População Residente, Taxa de Crescimento Média Anual, Densidade Populacional e Número de Domicilio, Segundo RA, Salvador 1991-1996-2000	102
Tabela 2 – População Total, Domicílios Ocupados e Rendimento em Salário Mínimo do Cruzú- 2000	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADOCCI	Associação das Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe
AIP	Asociación Para La Interpretación Del Patrimonio Espanha
AMAC	Associação dos Moradores do Curuzú
ANIP- BR	Associação Nacional de Interpretação do Patrimônio Brasil
ASSECAM	Associação Ecológica de Canela Rio Grande do Sul
FACTUR	Faculdade de Turismo da Bahia
FAMETTIG	Faculdades Integradas Olga Mettig
FGM	Fundação Gregório de Mattos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMT	Organização Mundial do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMUR	Secretária Municipal da Reparação
SEPLAM	Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIJUI	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
WHA	Wet Tropics Word Heritage Area Australia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1.	ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
2	PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO	25
2.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO	25
2.2.	PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO	33
2.3.	PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL	38
2.4.	TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO	40
3	INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO	42
3.1.	ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	42
3.2.	INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	52
3.3.	PLANO INTERPRETATIVO	55
3.4.	TÉCNICA E PROCESSO DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO	57
4	CONTRIBUIÇÕES DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	62
4.1.	DESENVOLVIMENTO LOCAL, TERRITORIALIDADE E TURISMO	62
4.2.	INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL	69
5	INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NA BAHIA	78
5.1.	INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	78
5.2.	INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA BAHIA - FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS	82
6	O CASO DO CORREDOR CULTURAL DO CURUZÚ	98
6.1	CARACTERIZAÇÃO DO CURUZÚ	98

6.2 ILÊ AIYÊ	104
6.3 CORREDOR CULTURAL DO CURUZÚ	106
7 CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A	132
APÊNDICE B	133
ANEXO A	134
ANEXO B	148

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística tem sido responsável, especialmente através do turismo cultural e do ecoturismo, pela criação de uma mentalidade preservacionista do patrimônio. Esse papel, no entanto, tem sido bem recente, já que o turismo foi também o responsável pela degradação de muitos destinos.

A perspectiva do desenvolvimento das localidades através da atividade turística, necessariamente produz efeitos que devem ser analisados em todas as suas dimensões, buscando minimizar os impactos negativos e ao mesmo tempo potencializar os inúmeros benefícios gerados a partir de um turismo planejado, sobretudo para as comunidades e seus respectivos territórios.

Situações como visitantes mal educados e comunidade sem envolvimento com o lugar em que reside, acarretam para o turismo resultados comumente negativos, e muitas vezes, irreversíveis, em áreas naturais e patrimoniais.

Para que o turismo tenha participação efetiva no desenvolvimento local, deve obrigatoriamente ser planejado, levando em consideração as premissas para a sustentabilidade, na qual deve manter um equilíbrio entre os interesses sociais, econômicos e ecológicos, integrando as atividades econômicas e recreativas, tendo em vista a conservação dos valores naturais e culturais.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

Uma solução possível apresenta-se através da interpretação do patrimônio, um processo capaz de aumentar o nível de conscientização sobre o patrimônio natural e cultural, atribuindo-lhe um maior nível de respeito, facilitando sua conservação e contribuindo para minimizar impactos sobre bens similares das localidades turísticas. Além disso, a interpretação do patrimônio colabora com a promoção do patrimônio junto à população e representa um mecanismo de democratização do conhecimento, muitas vezes acessível apenas a classes sociais privilegiadas (SALVATI, 2004).

A interpretação do patrimônio é um processo que foi formalizado nos Estados Unidos, no final da década de 1950, por Freeman Tilden, que a conceitua como:

[...] uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar as informações factuais (TILDEN, 1950 apud MURTA, 2002 p. 14).

Quando levada para a atividade turística, a interpretação do patrimônio agrega valor às experiências dos visitantes, ao realçar o potencial do local, apresentando de maneira diferenciada sua história, seu cotidiano, sua cultura e suas belezas naturais, sempre primando pelo respeito, preservação e proteção desse patrimônio.

Nas últimas décadas do século XX, graças ao crescimento da conscientização e preservação da cultura, os monumentos históricos em todo o mundo passaram a ser restaurados e revitalizados, atendendo às exigências do mercado do turismo sustentável, principalmente o ecoturismo e o turismo cultural. Como a interpretação do patrimônio transforma o patrimônio existente em atrativo turístico, esta tem sido uma forma utilizada em alguns países, notadamente os desenvolvidos, de agregar valor à utilização dos espaços e aumentar a renda para quem investe na atividade.

A incorporação da interpretação do patrimônio à atividade turística é enfatizada a partir do momento que se entende o turismo como um fenômeno, que, ao mesmo tempo, pode ser responsável pela “desterritorialização”¹, já que a cultura desterritorializada corre o risco não só do empobrecimento, mas da alienação” (YÁZIGI,1999), como também assume papel de inegável importância, quando revitaliza o patrimônio, contribuindo para o desenvolvimento dos lugares. Neste último caso, as manifestações culturais são fortalecidas e as comunidades passam a perceber a riqueza que a identidade local representa, podendo ser um impulso à continuidade da herança cultural e à elevação da auto-estima das comunidades, que passam a impor respeito à sua cultura.

Enquanto produtor e consumidor do espaço, o turismo pode ‘mercantilizar’ as culturas locais, tornando-as objeto de consumo, causando dessa forma danos irreversíveis à identidade da comunidade anfitriã. Daí a importância de se criar uma harmonia entre as atitudes dos turistas e o comportamento da população local. (BARRETTO, 2000, p. 32).

A interpretação do patrimônio tem o cuidado e a sensibilidade para que as diversas formas de manifestações, sejam materiais ou imateriais, não sejam transformadas em “espetáculos para turista”, perdendo assim, a referência com a comunidade, com a história e a identidade cultural do lugar, pois, mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é prover uma experiência inesquecível com qualidade (MURTA, 2002).

Dentro deste contexto, faz-se necessário ressaltar que a interpretação do patrimônio encontra-se em fase de construção, apresentando os seus embasamentos metodológicos de modo ainda superficial e se atendo a técnicas de comunicação. Existem poucas publicações no mundo a respeito da interpretação do patrimônio, sendo as mesmas descritivas em relação a modelos e experiências de aplicação. Apesar disto, o objetivo da interpretação do patrimônio é amplamente conhecido, porém as formas de implementação, fundamentos e princípios, ainda são pouco discutidos.

¹ Desterritorialização significa deslocalização das relações sociais de um entorno físico determinado (ORTIZ, 2002).

Nos Estados Unidos, onde o foco é maior na área ambiental, por conta do seu nascimento ter se dado nos parques nacionais, a interpretação do patrimônio está bastante relacionada ao objetivo específico da educação e preservação ambiental. Entretanto, são utilizados em excesso apresentações interativas e recursos visuais de ponta, o que são questionáveis quanto a sua funcionalidade.

Já na Europa, percebe-se a utilização da interpretação do patrimônio como possível instrumento de gestão patrimonial. Por não ter aporte teórico, que delimite seu universo de atuação e aplicabilidade, vários profissionais fazem uso das suas técnicas: arquitetos, desenhistas, arqueólogos, etnólogos, museógrafos, historiadores, biólogos, geógrafos, etc.

No Brasil, por sua vez, a interpretação do patrimônio é ainda muito recente, com poucas pesquisas e trabalhos publicados. Contudo, o estado da Bahia vem se sobressaindo, sendo considerado o pioneiro no desenvolvimento e utilização da interpretação do patrimônio como ferramenta de desenvolvimento para as comunidades, especialmente na criação de atrativos, fortalecendo a identidade cultural e também ambiental das localidades onde as mesmas estão inseridas.

Na Bahia, a interpretação do patrimônio foi implementada por duas pesquisadoras, seguindo vertentes diferentes. A primeira, pela professora e socióloga Stela Maris Murta, da Universidade de Brasília - UnB, que aplica a interpretação do patrimônio no planejamento urbano, fazendo uso de técnicas utilizadas principalmente por instituições britânicas, na valorização do patrimônio cultural e ambiental. Murta foi a responsável pelo projeto de interpretação e valorização do Museu Aberto do Descobrimento, em Porto Seguro, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Natural da Humanidade em 1999.

Na segunda vertente, a responsável pelas pesquisas é a professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, da Faculdades Integradas Olga Mettig – FAMETTIG, que entende a interpretação do patrimônio como um processo, e prima para que as comunidades tenham o sentimento de pertencer ao lugar, honrando suas tradições, seu modo de fazer e ser, contribuindo para que a singularidade regional seja a grande motivação para que as pessoas se desloquem para vivenciar novas

experiências. O trabalho desenvolvido por Farias é todo construído através da ótica da comunidade, sendo esta responsável pela formatação, gestão e venda do atrativo criado, privilegiando os mitos e ritos de cada localidade. Sendo assim, a interpretação do patrimônio passa a ter caráter comunitário, pois acaba promovendo a inclusão social e a cidadania, ao proporcionar às comunidades carentes a possibilidade de ocupação e renda, através da atividade turística.

Além disso, a Bahia tem o privilégio de sediar um dos únicos núcleos de pesquisa sobre o assunto, tendo inclusive, o único curso de pós-graduação em Interpretação do Patrimônio com Comunidades do Brasil, oferecido pela FAMETTIG. Apresenta ainda, resultados significativos nas suas formas de encarar um estudo que tem ganhado espaço nas instituições de pesquisa e ensino há algumas décadas na Europa, Estados Unidos e também em alguns países da América Latina (MORALES, 2001).

Para atingir seus objetivos, a interpretação do patrimônio utiliza as várias artes da comunicação humana - teatro, artesanato, dança, música, dentre muitas outras do domínio de cada localidade. A interpretação do patrimônio natural e cultural apóia-se sobre o valor único do lugar, buscando comunicá-lo ao visitante. O foco da interpretação do patrimônio está assentado numa comunicação eficiente, resultando na preservação do patrimônio e no desenvolvimento cultural das comunidades locais (MURTA, 2004).

Esta dissertação pretende apresentar a interpretação do patrimônio como processo, tendo a Bahia como cenário. Foi feito o levantamento das localidades trabalhadas, e os seus respectivos resultados. Esse trabalho se além de maneira aprofundada a mais recentemente pesquisa feita com comunidades através da interpretação do patrimônio, realizada no bairro do Curuzú, território com características predominantemente afro dentro da cidade de Salvador. O Corredor Cultural do Curuzú ainda está em processo de formatação, não estando implementado na sua totalidade, mas com concretizações e expectativas de expressivo resultado para o desenvolvimento local.

A escolha do tema se deu por motivos pessoais, por acreditar que em um estado rico de cultura e pobre em valorização, que é a Bahia, existem pesquisadores sérios que acreditam nos estudos e no poder das comunidades e pode levar ao mundo, sua contribuição, com o único interesse em valorizar e preservar as culturas, seguindo o exemplo do mestre Milton Santos.

A crença em uma metodologia, aqui denominada de processo, é por perceber que seus resultados têm feito a diferença, em um estudo tão fascinante e também tão susceptível como é o turismo. Ainda como estudante, acreditei que a interpretação do patrimônio seria um diferencial. Hoje como profissional, entendo a mesma como uma possibilidade de êxito, de inclusão, e em alguns casos como solução para questões sociais, culturais, ambientais e econômicas.

1.1 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como problema da pesquisa foi questionado: *A interpretação do patrimônio pode ser considerada instrumento para o desenvolvimento em localidades turísticas na Bahia?*

Parte-se do pressuposto que a interpretação do patrimônio surge como aliada do turismo na busca da sustentabilidade. Ao invés de só agir para correção ou instalação de infra-estrutura turística, a interpretação do patrimônio preza pela atratividade da comunidade, despertando nesta as suas potencialidades a partir do olhar de quem mora, de quem vive, de quem constrói e reconstrói a história do lugar.

Essa pesquisa teve como objetivo geral Investigar se a interpretação do patrimônio pode ser considerada um instrumento de desenvolvimento em localidades turísticas da Bahia. Como objetivos específicos:

- Apresentar a evolução da interpretação do patrimônio;
- Identificar os benefícios possíveis que a interpretação do patrimônio pode ocasionar nas localidades;
- Fundamentar a metodologia utilizada na Bahia;

- Mapear as ações de interpretação do patrimônio implementadas na Bahia;
- Levantar as ações de desenvolvimento local proporcionadas no Curuzú, após a criação do Corredor Cultural.

A pesquisa é um processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico que tem como objetivo fundamental descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 1999). Esta pesquisa pode ser classificada quanto ao seu objetivo e quanto aos procedimentos técnicos em pesquisa exploratória, caracterizada por possuir planejamento flexível, tendo como forma mais comum de apresentação a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso; e pesquisa descritiva, que em geral procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. (DENCKER, 2001)

Além destes níveis, o presente estudo se vale do perfil da pesquisa qualitativa, a qual pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento.

Quanto ao objeto de pesquisa desta dissertação é definido como exploratório combinado com a metodologia descritiva e qualitativa de abordagem direta. O procedimento técnico utilizado foi o estudo de caso, fazendo uso da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada com apoio de um roteiro de questões para aprofundamento (APÊNDICES A e B, p. 132 e 133).

Goldenberg (1999), assinala a importância da pesquisa qualitativa para: estudar, de forma aprofundada, fenômenos em sua complexidade e processos; pesquisar fenômenos pouco conhecidos; explorar as diferenças entre conhecimentos sócio-culturais diversificados; pesquisar sobre processos informais e não estruturados; pesquisar sobre o real, em oposição ao formal; substituir as pesquisas que não podem ser feitas experimentalmente, assim com as pesquisas em que as variáveis relevantes ainda não foram identificadas.

Yin (2001), afirma que a pesquisa de estudos de caso representa “a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. A pesquisa qualitativa “tradicional” não se configura somente na descrição de conteúdos de fenômenos sociais, mais sim uma exploração de conteúdos de fenômenos sociais, exploração de construção e o compartilhamento de “significados e intencionalidades” no campo social. (MINAYO, 1994).

O estudo de caso pode envolver exames de registros, observações de ocorrência de fatos, entrevistas estruturadas e não- estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa.

[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características logísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclo de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de alguns setores. (YIN, 2001, p.21)

Pelo fato do uso da técnica e aplicação da pesquisa qualitativa, delineou-se como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros, artigos científicos, observação e entrevistas.

A entrevista individual em profundidade caracteriza-se por processo de interação social, em que o entrevistador tem por objetivo conseguir informações junto ao entrevistado (HAGUETTE, 1987). Consta de uma enquête individual com questões não diretivas, as quais são centradas em pontos específicos para o detalhamento e o aprofundamento de percepções do entrevistado sobre o assunto estudado. A entrevista é especialmente indicada para o levantamento de experiências. É preciso lembrar que uma grande parte dos conhecimentos existentes não pode ser encontrada na forma escrita, pois faz parte das experiências das pessoas.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a pesquisadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, que relatou a fundamentação e experiências da interpretação do patrimônio com comunidades e com lideranças do Bairro do Curuzú: a presidente da Associação do Moradores do Curuzú, Valdiria Lopes; o presidente do Ilê Aiyê, Antônio Carlos dos Santos, mais conhecido como Vovô do Ilê; e o presidente do Instituto Sócio-Cultural e Carnavalesco Ibasoré Iyá (Blocão da Liberdade) Paulo Augusto dos Santos Lima, apelidado como Paulo Kambuí. Por também estar envolvida no processo, foi entrevistada Lucy Góes da Purificação, coordenadora da área de promoção empresarial da Secretaria Municipal da Reparação. Além disso, foram realizadas conversas informais com moradores do bairro, no intuito de, pela polifonia dos sujeitos, captar a essência do Curuzú.

A presente dissertação, além da introdução, apresenta no segundo capítulo a contextualização do turismo e uma apresentação do patrimônio como atrativo turístico, diferenciando atrativo natural e cultural. No terceiro capítulo apresenta a interpretação do patrimônio, suas definições, abordagem histórica, princípios e pressupostos. No quarto capítulo são abordadas as contribuições da interpretação do patrimônio para o desenvolvimento do turismo com base local. No quinto é apresentada a interpretação do patrimônio no Brasil, e de forma mais aprofundada na Bahia. No sexto e último capítulo é apresentado o estudo de caso do Corredor Cultural do Curuzú, seguindo-se da conclusão da dissertação.

Como referencial teórico para as questões de interpretação do patrimônio, no cenário internacional, utilizou-se os estudos de Tilden (2006), precursor da temática, trazendo os princípios da interpretação do patrimônio; Goodey (2002), que nas suas publicações traz um quadro conceitual da interpretação do patrimônio e propostas para planejamento urbano interpretativo; Veverka (1999), a partir do seu livro sobre Planejamento Interpretativo e em artigos que tratam de questões atuais da interpretação do patrimônio; Morales (2001), com seus textos sobre centros de visitantes, planejamento interpretativo, técnicas e histórico da interpretação; e Ham (1992) com a sua contribuição para a interpretação do patrimônio ambiental.

Outros autores foram estudados através de artigos disponibilizados por meio eletrônico, em revistas, boletins, jornais e periódicos das Associações e Organizações que estudam e divulgam a interpretação do patrimônio pela internet.

No Brasil, os poucos autores que publicaram sobre a interpretação do patrimônio são representados por Murta e Albano (2002), organizadoras de um livro sobre o assunto; Eny Farias (1999), com textos publicados em livros e revistas científicas; Gustavo Farias (1999), também autor de artigos científicos sobre a interpretação do patrimônio; e Menezes (2004), que publicou mais um referencial para estudos sobre questões de qualidade nos atrativos patrimoniais.

2 PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO

A palavra turismo origina-se da expressão francesa *tourisme*. A matriz vem do radical latino *tornus*, do verbo *tornare*, cujo significado é giro, volta, viagem ou movimento de ir e vir ao local de partida (ANDRADE, 2000).

Segundo a definição da Organização Mundial do Turismo (1994, p. 38), “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios ou outros”. Esse conceito é restrito, pois não nos leva a uma reflexão sobre o fato de que o turismo não se limita simplesmente ao deslocamento de pessoas, mas trata-se de um fenômeno que envolve fatores históricos, econômicos, geográficos, políticos, sociais e principalmente culturais.

Apesar do termo turismo surgir e ganhar força somente a partir do século XIX, a sua prática estende raízes ao longo da história. Autores como Barreto (2003), defendem que o turismo, em termos históricos, iniciou-se quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado por interesses comerciais. Vale salientar, que a autora diferencia viagem de deslocamento, entendendo que o fato de viajar implica retornar ao local de origem, enquanto que no deslocamento o retorno não é garantido.

O fator econômico constituiu-se como uma das principais motivações para as grandes viagens exploratórias das civilizações antigas, que buscavam conhecer novas terras para sua ocupação e posterior exploração. Dessa maneira, pode-se

afirmar que os primeiros deslocamentos com características turísticas possuem registros bastante longínquos.

Três mil anos antes de Cristo, por exemplo, o Egito já era um destino referencial para os viajantes que para lá afluíam para contemplar as pirâmides e outros monumentos (IGNARRA, 1999).

No contexto dos deslocamentos, talvez tenham sido os fenícios aqueles que mais desenvolveram o conceito de planejar as viagens. Sendo a Fenícia uma região inóspita para o desenvolvimento da agricultura, houve a necessidade de se desenvolver o comércio com outros povos como um instrumento de sobrevivência.

Já na Grécia Antiga, o hábito de viajar também era bastante disseminado. Os principais registros de viagens organizadas eram associados à realização dos Jogos Olímpicos, iniciados em 776 a.C e que aconteciam a cada quatro anos. Talvez date desta época o turismo esportivo.

No Império Romano, por sua vez, registraram-se as primeiras viagens de lazer. Nesse período eram usuais as viagens dos romanos para as cidades litorâneas para banhos medicinais, conhecidos como talassoterapia, utilizando as características terapêuticas das águas do mar, fazendo destas cidades os primeiros SPAs registrados na história da humanidade. (REJOWSKI, 2002)

No governo de Alexandre, o Grande, na Ásia Menor, eram registrados grandes eventos que atraíam visitantes de todas as partes do mundo. Na região de Éfeso, onde hoje situa-se a Turquia, chegavam milhares de visitantes para apreciarem apresentações de mágicos, de animais amestrados, de acrobatas e de outros artistas. Outras grandes atrações eram os diversos templos visitados pelos nobres, além das lutas realizadas nas famosas arenas romanas.

Durante esse período, os deslocamentos no Império Romano eram estimulados por um grandioso sistema de rodovias, administrado pelo Estado e protegido pelo Exército. Os romanos desenvolveram grande capacidade de viagens à longa distância, chegando a viajar cerca de 150 km por dia através da troca

periódica dos cavalos que puxavam suas carroças. Ao longo das vias de deslocamento eram montados postos de troca de animais, o que permitia aos viajantes vencer grandes distâncias em tempos relativamente curtos.

As viagens tornaram-se um verdadeiro hábito durante o Império Romano, sendo realizadas numa frequência elevada, sendo que entre os séculos II a.C. e II d.C., os cidadãos romanos viajaram mais intensamente do que na Europa do século XVIII (BARRETO, 2000).

Com o fim do Império Romano, no século V, as viagens sofreram grande decréscimo, sobretudo pela destruição das estradas e a ocorrência de constantes assaltos. A sociedade passou a ser organizada em grandes feudos auto-suficientes, diminuindo gradativamente a necessidade de viajar. Apenas os senhores feudais e os clérigos viajavam, mesmo assim, somente quando fosse absolutamente indispensável.

Um das poucas exceções, nessa época, eram as Cruzadas, grandes expedições organizadas para visitação dos centros religiosos da Europa e para “libertação” de Jerusalém do domínio dos árabes.

Com o crescimento da civilização cristã, a hospitalidade passou a ser considerada elemento integrante das obrigações decorrentes da caridade para proteger e atender aos irmãos que se deslocavam em missões evangélicas pelas mais variadas cidades e regiões do mundo, representando uma das formas iniciais referente à excelência do atendimento, imprescindível no turismo moderno.

As viagens aos poucos voltaram a se tornar mais seguras, aumentando a frequência após o ano 1000 d.C. Nos séculos II e III a peregrinação à Jerusalém, mais especificamente à Igreja do Santo Sepulcro, construída em 326 d.C pelo Imperador Constantino, intensificou-se bastante através dos peregrinos denominados palmeiros. No século VI começaram as peregrinações em direção a Roma, pelos cristãos chamados de romeiros (IGNARRA, 1999).

Já no século IX, com a tomada de Jerusalém pelos turcos, os católicos ficaram impossibilitados de visitar a Igreja do Santo Sepulcro (REJOWSKI, 2002). A peregrinação então passou a ser em direção ao Caminho de Santiago de Compostela, para visitar o túmulo de São Tiago Maior, sendo os seguidores conhecidos como Jacobitas ou Jacobeiros.

Na maioria desses deslocamentos religiosos, os antigos abrigos, antes utilizados para acomodar os viajantes por caridade, foram gradativamente sendo adaptados como verdadeiros meios de hospedagem, que mesmo rústicos, passaram a se constituir numa atividade lucrativa, dando um suporte extremamente necessário, sobretudo, para os inúmeros peregrinos. Nesse mesmo ritmo, apareceram também outros serviços de atendimento aos visitantes, como as casas de câmbio para troca das diversas moedas que circulavam nos destinos.

No século XV, começaram a ser processadas em grande escala as grandes viagens marítimas de descobrimento, lideradas por alguns países europeus, como Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Já no século XVI, com a Reforma Protestante, iniciou-se uma mudança na mentalidade do homem, gerando um grande interesse em conhecer o mundo que o cercava, sendo os deslocamentos não mais motivados apenas por questões religiosas, mas por vários outros aspectos, especialmente os referentes à cultura.

Nesta mesma época, os filhos dos nobres, burgueses e comerciantes ingleses, deveriam completar os conhecimentos em países com uma maior fonte cultural, alcançando assim um status intelectual bastante valorizado pela sociedade da Idade Moderna (REJOWSKI, 2002).

Nascem então o Petit Tour e o Grand Tour, espécies de roteiros obrigatórios de viagens praticados pelos jovens de famílias aristocratas. Tais roteiros, que cortavam cidades importantes da Europa, tinham propósitos educacionais, mas também possuíam um importante valor cultural, e representavam um grande diferencial para aqueles que os praticavam, uma vez que preparavam os novos membros das classes dominantes européias para serem futuros estadistas e embaixadores.

Por volta da metade do século XVIII, o Grand Tour ganhou um destaque maior, reunindo ao mesmo tempo instrução e prazer. O caráter da própria excursão modificou-se, e do “Grand Tour Clássico”, com base em observações e registro de galerias, museus e artefatos altamente culturais, passou-se para o “Grand Tour Romântico”, que visava à valorização das paisagens. A partir daí, as viagens foram se popularizando e originando as casas de hóspedes, pousadas e alojamentos, sobretudo na Europa.

No final do mesmo século, a Revolução Industrial foi um marco de transformações profundas no contexto mundial, tendo influenciado de diferentes maneiras a forma de viajar, devido principalmente aos avanços tecnológicos e o surgimento do “tempo livre”, este a partir das novas regras de trabalho, proporcionando assim um maior acesso às viagens. (LICKORISH; JENKINS, 2000)

A realização das viagens passou a ser favorecida ainda mais através do desenvolvimento dos meios de transportes, especialmente o ferroviário e o marítimo, proporcionando que os deslocamentos pudessem ser feitos em grande escala, com rapidez, segurança e comodidade.

É importante ressaltar que, por mais que as condições fossem propícias para a realização das viagens, existia uma espécie de diferenciação de tipos e categorias de preços e serviços, relacionados às viagens para as distintas classes sociais, sejam nos transportes utilizados ou nos destinos visitados.

É justamente neste contexto que o inglês Thomas Cook percebe uma promissora oportunidade de negócio, baseada na organização de viagens para grupos de pessoas com interesses comuns, ofertadas a partir de serviços específicos e diferenciados e a preços acessíveis. Têm-se início então a Era do Turismo Moderno, apresentando para o mundo uma nova concepção na forma de se viajar.

O turismo não parou mais de evoluir, conquistando rapidamente uma posição de destaque como uma das principais atividades econômicas em âmbito mundial. Para tanto, fez-se necessários grandes investimentos, seja na preparação

dos destinos – infra-estruturas básica e turística; na modernização e surgimento de novos meios de transportes – automóveis e aviões, no incremento de novos atrativos turísticos - consolidação dos parques temáticos; na diversificação e qualificação dos serviços prestados - proliferação dos segmentos turísticos; na capacitação da mão-de-obra - aumento dos cursos de formação superior na área a fim de atender à necessidade de profissionais capacitados para o setor; nas diferentes estratégias de diferenciar cada localidade, fugindo dos efeitos da globalização - busca por atrativos identitários com o fomento das discussões sobre lugares e “não lugares”; bem como em propaganda e marketing específicas para o “setor”², dentre outros aspectos.

Na segunda metade do século XX, alteraram-se profundamente as características da demanda, dos equipamentos e serviços turísticos, tornando o mercado muito mais competitivo em consonância com todo o cenário político, econômico, ambiental e sociocultural mundial em constante mutação (REJOWSKI, 2002).

No entanto, com o passar dos anos, começou-se a perceber uma das principais características do turismo, sua hiper-sensibilidade a fatores externos. A atividade turística apresenta-se extremamente vulnerável a aspectos que oscilam desde conflitos sociais e variação cambial, até a fenômenos naturais, o que influencia profundamente a conjuntura de sua organização.

Foi necessário o desenvolvimento de novas concepções sobre os modelos de planejamento voltados para o turismo, como estratégia mercadológica para o atual sistema econômico, relacionado ao ideário de progresso, crescimento econômico, produção industrial, avanço e domínio tecnológico, científico e do pensamento humano, passando a se ponderar sobre os aspectos sociais e ambientais.

² Entende-se o uso do termo, embora Boullón (2002) considere turismo uma forma de consumir, que demanda bens e serviços advindos de outros setores. Ou seja, o turismo não é um setor econômico, mas sim uma atividade do setor terciário.

Contudo, a falta de um planejamento turístico participativo pode agravar significativamente as mazelas sociais existentes, sobretudo se os empreendimentos turísticos forem explorados visando ao fomento do turismo de massa, excluindo a população da participação na produção e gestão dos atrativos turísticos, pouco preocupados com a sustentabilidade, ao invés de utilizar o patrimônio como meio de inclusão identitária na construção de atrativos pelas comunidades, promovendo assim experiências com muito mais significado para o visitante.

Órgãos internacionais de turismo afirmam que o mesmo encontra-se hoje entre as três principais atividades econômicas do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais. Assim, governos nacionais e locais, juntamente com uma considerável parcela de empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento do turismo como grande alternativa de política econômica (SILVEIRA apud RODRIGUES, 1999). Nele, ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados, nos quais a oferta e a procura encontram-se.

Os resultados do movimento financeiro decorrente do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade seja incluída na programação da política econômica de países, regiões e municípios (BARBOSA, 2005).

Parafrazeando Andrade (2000), o turismo caracteriza-se pela ausência de um objeto próprio e pela interdisciplinaridade. Não possui técnica própria e nem é ciência com autonomia ou independência. Seu objeto também não lhe é próprio por que é constituído por outras ciências, além de utilizar técnicas comuns de outros campos ou especialidades, constituindo-se, por conseguinte, em um campo de aplicação e não uma ciência. Desta forma, permite ser estudado e sofrer interferência de diversas áreas como apresenta Rejowski (apud TRIGO, 2001):

- Economia: doutrinas econômicas fornecem ao turismo teorias como marco de referência para análise das políticas turísticas e ajudam a quantificar os efeitos da atividade. Para a economia, o turismo é analisado como serviço;

- Sociologia: analisa as interações, expectativas e comportamentos entre anfitriões e visitantes;
- Psicologia: estuda o comportamento e a experiência do visitante e suas relações interpessoais nos destinos turísticos;
- Geografia: analisa as relações espaciais e os fenômenos derivados das viagens;
- Antropologia: preocupa-se com as relações interpessoais em diferentes situações e contextos, conforme o comportamento das populações emissoras e receptoras;
- Direito: Estuda o conjunto de relações e fenômenos que se originam do ato ou fato jurídico que o indivíduo leva a efeito para empreender ou realizar uma viagem; possibilita conhecer os direitos e deveres dos viajantes.

Outras disciplinas, como estatística, administração, comunicação, marketing, ciências políticas que trazem grande contribuição para o turismo, ressaltando a importância da arqueologia e da história, principalmente para as atividades ligadas ao turismo cultural.

O turismo possui como uma de suas principais características a imensa capacidade de satisfazer as diferentes expectativas de um público cada vez mais heterogêneo e exigente. Para tanto, uma das alternativas mais eficientes é a segmentação, que é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos, sendo uma estratégia para atender aos anseios e às necessidades específicas de cada nicho específico de turista. Com isso, o núcleo receptor pode se preparar adequadamente para receber os diferentes públicos.

Muitos segmentos têm surgido e merecem destaque na atividade: turismo de lazer; de negócios ou compras; de eventos, congressos, convenções, feiras, encontros e similares; terceira idade ou melhor idade; desportivo; ecológico; rural; de aventura; religioso; científico; gastronômico; estudantil; familiar e de amigos; de saúde ou médico-terapêutico; dentre tantos outros.

Dentre as inúmeras possibilidades para a prática do turismo, a interatividade com as comunidades locais e ainda a curiosidade cultural, em busca dos costumes e tradições regionais, ampliam o seu campo de exploração, caracterizando a motivação para um segmento do turismo bastante significativo que é o turismo cultural, o qual é definido como: “[...] todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange” (BANDUCCI; BARRETO, 2004, p.19).

Independente da segmentação, alguns autores defendem que a motivação intrínseca ao turista é a busca e a interação com novas culturas.

2.2 PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

Segundo Funari (1998)³, as línguas derivadas do latim, usam *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães adotam *denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês utiliza *heritage*, na origem restrita “àquilo que foi ou pode ser herdado”, mas que, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores.

A palavra patrimônio contém dois vocábulos: *pater* e *nomos*. *Pater* significa, etimologicamente, o chefe de família e, em um sentido mais amplo, os nossos antepassados. Vincula-se, portanto, aos bens, haveres ou heranças por eles deixados e que podem ser de ordem material ou imaterial. *Nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. Portanto, patrimônio está ligado ao contato permanente

³ Funari, Pedro Paulo A. é Professor Livre-Docente do IFCH-UNICAMP, autor de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, em especial sobre o patrimônio histórico e arqueológico em **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**. Este texto é parte de um *paper* apresentado em Brac, Croácia, em maio de 1998, *World Archaeological Congress Inter-Congress on the Destruction and Conservation of Cultural Property*,

com as origens que fundaram uma sociedade e à ética de uma determinada comunidade. (BRANDÃO, 2001)

Em todas essas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* - em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*-, *denkmal* - em alemão, *denken* significa “pensar”-e aos antepassados, implícitos na “herança”. Há, também, uma definição mais econômica e jurídica, “propriedade cultural”, que implica uma conexão menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”.

Alguns autores utilizam a definição de patrimônio turístico como a disponibilidade de elementos turísticos de uma região ou país num determinado momento, em condições de funcionar como atrativos turísticos.

Apesar de alguns especialistas apresentarem potenciais problemas na apresentação do patrimônio e cultura como atrações turísticas, o patrimônio e a cultura têm muitas sinergias com o turismo, e eles se apóiam muito bem. O turismo atrai a cultura e o patrimônio das destinações para muito de sua imagem promocional: castelos, catedrais, palácios, folclore, aldeias singulares têm apelo vívido. Mais do que isso, muitos visitantes desejam explorar e vivenciar as características de patrimônio e cultura de um local, mesmo se sua motivação inicial é de relaxamento e divertimento (LAWS, apud DRUMMOND; YEOMAN, 2004, p. 55 - 56).

No presente trabalho, o patrimônio turístico será entendido como o composto de atrativos e equipamentos turísticos, instalações turísticas e da infraestrutura turística.

Como atrativo turístico entende-se o lugar, objeto, equipamento ou acontecimento que, isoladamente ou em conjunto, possa atrair visitantes (FILHO, 2000), podendo ser natural ou artificial. Boullón (2002) apresenta ainda uma classificação para os atrativos turísticos como apresentado no Quadro 1, na página 35.

CATEGORIA	TIPO
1. Sítios naturais	1.1 Montanhas 1.2 Planícies 1.3 Costas 1.4 Lagos, lagoas e esteiros 1.5 Rios e arroios 1.6 Queda d'água 1.7 Grutas e cavernas 1.8 Locais de observação de flora e fauna 1.9 Locais e caça e pesca 1.10 Caminhos pitorescos 1.11 Termas 1.12 Parques Nacionais e reserva de flora e fauna
2. Museus e manifestações culturais e históricas	2.1 Museus 2.2 Obras de arte e técnica 2.3 Lugares históricos 2.4 Ruínas e sítios arqueológicos
3. Folclore	3.1 Manifestações religiosas e crenças populares 3.2 Feiras e mercados 3.3 Músicas e danças 3.4 Artesanatos e artes populares 3.5 Comidas e bebidas típicas 3.6 Grupos étnicos 3.7 Arquitetura popular e espontânea
4. Realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas	4.1 Explorações de mineração 4.2 Explorações agropecuárias 4.3 Explorações industriais 4.4 Obras de arte e técnica 4.5 Centros científicos e técnicos
5. Eventos programados	5.1 Artísticos 5.2 Esportivos 5.3 Feiras e exposições 5.4 Concursos 5.5 Festas religiosas e profanas 5.6 Carnavais 5.7 Outros

Quadro 1: Classificação dos atrativos turísticos
 Fonte: Boullón, (2002, p.56)

A atividade turística tem sido responsável, sobretudo, através do ecoturismo e do turismo cultural, pela criação de uma mentalidade preservacionista dos patrimônios. Esse papel tem sido bem recente, já que o mesmo turismo foi também o responsável pela depredação de muitos destinos.

É necessário avaliar criteriosamente as interferências nos espaços utilizados, já que a atividade turística ao mesmo tempo em que possibilita ações de planejamento em longo prazo, com propostas de capacidade de carga, conservação, revitalização da cultura, entre outras, pode potencializar um turismo de massa com

apelo para o lucro fácil, que geralmente vem junto com uma moeda estrangeira forte. E, na maioria das vezes, tais iniciativas de exploração predatória são provenientes de ações de gestores da iniciativa privada e poder público que visam planos de curto prazo, sem medir as possíveis conseqüências em médio e longo prazo. Para que a relação entre os fatores endógenos e exógenos seja favorável ao desenvolvimento local é preciso valorizar a dinâmica dos fatores endógenos através do que se poderia chamar de territorialização turística.

Situações em que os visitantes são mal educados e a comunidade não tem envolvimento com o lugar que reside, os resultados, freqüentemente, são impactos negativos e muitas vezes irreversíveis sobre áreas naturais e monumentos. No Quadro 2 (p. 37) são apresentados os impactos negativos e positivos que podem ser ocasionados pela atividade turística.

O turismo de massa tem sido, aos poucos, substituído por um turismo consciente, já vislumbrando o conceito de sustentabilidade. Com visitantes educados, o turismo cultural pode ser a possibilidade de manutenção e de preservação do patrimônio cultural de uma destinação. Deste modo, as atividades ecoturísticas, contribuem para a preservação da flora e fauna.

Para Swarbrooke (2002) o turismo cultural ainda não pode ser considerado uma atividade sustentável por uma série de fatores, tais como a super-utilização de sítios culturais e localidades, a falta de controle dessas atividades pela população local, a perda de autenticidade dos bens culturais, a “fossilização” de culturas e a tendência de se evitar a abordagem de temas polêmicos e moralmente problemáticos, tais como a pobreza ou os conflitos étnicos, encobrendo-os.

De acordo com esta concepção é preciso, pois preservar o capital ambiental naquelas áreas onde o mesmo ainda é abundante e apresenta bem conservado ou preservado. Face à possibilidade do esgotamento do patrimônio natural e as alterações do patrimônio cultural, considerados como atrativos turísticos trata-se de estabelecer novas regras para estes bens e neste caso a racionalidade econômica prevalece. A sustentabilidade é, então, uma nova medida de eficiência e produtividade, da atividade turística, sem que mudanças políticas substanciais sejam realizadas. O patrimônio estaria assim, submetido a uma lógica utilitarista, do atrativo mais

eficiente ou economicamente viável para ser digno de ações de planejamento e políticas públicas. (ALMEIDA, 2004)

IMPACTOS DO TURISMO	POSITIVOS	NEGATIVOS
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A geração de emprego; ▪ A geração de renda; ▪ A contribuição do turismo na geração de divisas; ▪ O estímulo à atividade empresarial; ▪ A revitalização da atividade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O aumento da inflação e a elevação dos preços da terra; ▪ A sazonalidade e a baixa taxa de retorno dos investimentos; ▪ O risco da superdependência do turismo; ▪ O aumento das importações; ▪ A criação de outros custos externos.
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivações, atitudes e expectativas dos turistas; ▪ Novos padrões de emprego e hábitos; ▪ Forte promoção e suporte ao turismo; ▪ Implantação de novas infra-estruturas turísticas; ▪ Criação de centros turísticos auto-sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A natureza transitória do turismo; ▪ As restrições especiais e temporais que influenciam a duração e intensidade do contato entre visitante e anfitrião; ▪ A falta de espontaneidade; ▪ As experiências desiguais e assimétricas; ▪ O efeito demonstração; ▪ As alterações da moralidade; ▪ As condições de saúde; ▪ Os conflitos religiosos; ▪ Drogas, crimes e jogos.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da herança cultural, do patrimônio histórico e do artesanato; ▪ Orgulho étnico; ▪ Interação cultural e compreensão entre os povos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arrogância cultural; ▪ Descaracterização do artesanato; ▪ Vulgarização das manifestações tradicionais.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da natureza e utilização racional dos espaços; ▪ Criação de planos e programas de conservação e preservação do ambiente natural, sítios históricos e arqueológicos; ▪ Reinvestimento da renda turística em medidas conservacionistas; ▪ Investimento em preservação pelos empreendedores de turismo; ▪ Descoberta e acesso a atrativos naturais, com atividade moderada (turismo ecológico, rural, esportivo e de aventura). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poluição do ar, da água e sonora em áreas naturais; ▪ Ocupação e destruição de áreas naturais; ▪ Degradação da paisagem e de sítios históricos; ▪ Produção de lixo e descarte em áreas naturais; ▪ Destruição da fauna e da flora; ▪ Congestionamentos; ▪ Substituição de outras atividades tradicionais (agricultura, pesca, etc.).

Quadro 2: Impactos do turismo

Fonte: Adaptado de Ruschmann, (2003, p.44-64)

2.3 PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

Para Vieira (2004), convencionou-se associar meio ambiente a patrimônio natural, talvez cedendo à tentação de categorizar, de tipificar os objetos de estudo e reflexão. Mas os ambientes naturais também são patrimônios culturais, afinal a leitura feita das paisagens é fruto de uma decodificação e de uma valoração criada a partir de um referencial culturalmente sedimentado.

Convencionou-se definir patrimônio natural como toda formação natural do planeta terra e a vida que ali habita, que tenha valor universal ou para uma dada sociedade. São as cadeias de montanhas, florestas, bacias hidrográficas, oceanos e mares, áreas costeiras, ou mesmo uma simples árvore. Muitas dessas formações possuem denominações científicas específicas, como por exemplo: ecossistemas e biomas.

Considera-se patrimônio natural o conjunto de monumentos naturais (formações físicas ou biológicas), acidentes geológicos ou fisiológicos, habitats de espécies ameaçadas de extinção, desde que apresentem valor científico e/ou estético excepcional (FILHO, 2000, p. 201).

Por outro lado, numa visão mais ampla de meio ambiente considera-se também o patrimônio “artificial”, ou seja, tudo aquilo construído pelo ser humano ao longo da trajetória evolutiva da sociedade, incluindo a relações sociais e o patrimônio cultural que é resultado dessa evolução.

Como patrimônio cultural, considera-se toda criação humana, quer sejam criações individuais ou das sociedades, tanto do passado como do presente. Assim, são considerados patrimônios culturais, por exemplo: os sítios arqueológicos, as ruínas históricas, os monumentos arquitetônicos, as criações artísticas, os acervos bibliográficos e etnográficos e o conhecimento, também denominado patrimônio intangível ou imaterial.

O turismo e a sua interligação com as atividades culturais e o patrimônio, podem ainda contribuir significativamente, para o desenvolvimento econômico de um país.

O “turismo cultural” ou “patrimonial” é uma realidade e um importante veículo de desenvolvimento econômico e social em muitos países, especialmente naqueles tidos como de “primeiro mundo”. França, Itália e Espanha, entre outros, há muito já descobriram as vantagens de tal atividade que, além de gerar importantes divisas econômicas para o país e abrir vários postos de trabalho para sua população, também atua no sentido de conscientizar, informar e educar seus cidadãos em assuntos relativos à sua própria cultura (DURAN, 2004, p. 1).

Segundo Camargo (2005), o patrimônio de fato, surge com a Revolução Francesa, nascido de razões práticas e ajustado à ideologia do Estado Nacional. Para evitar a destruição - o “vandalismo”, neologismo cunhado à época para condenar a desaparecimento dos bens produzidos pelo povo francês - era preciso proteger e catalogar as propriedades remanescentes, pois, além da destruição muitas foram vendidas: da monarquia, dos aristocratas imigrados e da Igreja.

O patrimônio cultural imaterial é definido pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (UNESCO), como o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura. Uma de suas principais características é o fato de tradicionalmente ser transmitido de geração a geração, gerando sentimento de identidade e continuidade em grupos populacionais. São exemplos de patrimônio imaterial as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e tradições.

Para muitas comunidades, especialmente as minorias étnicas e os povos indígenas, o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais, constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes interações globais, a revitalização de culturas tradicionais e populares assegura a sobrevivência da diversidade de

culturas dentro de cada comunidade, contribuindo para o alcance de um mundo plural.

2.4 TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO

O patrimônio, a cultura e o turismo se apóiam. O patrimônio e a cultura são atributos específicos de uma comunidade em um determinado lugar, enquanto o turismo é o responsável por despertar o interesse no visitante, muitas vezes, temporário e superficial, devendo-se considerar que para o residente, o patrimônio é a base de sua cultura.

A contribuição do patrimônio cultural para a promoção do turismo tem se tornado latente, uma vez que o patrimônio tem fornecido forças para o turismo. Assim, o patrimônio cultural se transformou um bem a serviço do turismo, e conseqüentemente, do desenvolvimento local. (CUELLAR, 1997)

Segundo Drummond e Yeoman (2004), a mercantilização desse patrimônio pode ser conseqüência da tendência de transformar em produto as experiências em locais de patrimônio, utilizando estratégias de marketing para atrair visitantes. No entanto, corre-se o risco de que o significado social seja minimizado, e as localidades percam a originalidade e se transformem em não-lugares⁴.

O turismo cultural tem sido um grande segmento do mercado turístico, [...]. Porém, ao mesmo tempo, torna-se uma ameaça às fontes culturais pelo ato de padronização do processo de “turismificação”, esse termo usado por Jansen- Verbeke (1978, p. 739). Presencia-se, no turismo, a venda do espaço. O espaço mercadoria está cada vez mais preso ao universo da troca, fragmentado pelo processo de compra e venda do espaço. O espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o simulacro. (BARBOSA, 2004, p .83)

⁴ Segundo Marc Augé: Se um lugar pode ser definido como “identitário”, relacional e histórico, em espaço que não se pode definir nem como “identitário”, nem como relacional, nem como histórico definir-se-á um não lugar. (AUGÉ apud BARBOSA, 2004, p. 56)

Hanzi, Oliveira e Medeiros (2001), chamam atenção que no Código Mundial de Ética do Turismo, em seu artigo quarto: *Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade*, que a "atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e que não provoque a sua padronização e empobrecimento".

O patrimônio histórico-cultural enriquece a atividade turística local com o "diferencial" procurado pelos visitantes. O turismo deve ser concebido de forma a preservar e reconfigurar os bens culturais, importantes para a memória, enquanto elementos do legado cultural de um povo, evitando os danos causados pelo turismo invasivo e sem planejamento, que podem ser irreversíveis, minando por completo a identidade cultural do povo receptor.

Na tentativa de se conseguir o desenvolvimento local, compatibilizando a preservação dos bens patrimoniais do município com seu aproveitamento como recurso de atração turística, surge como instrumento a interpretação do patrimônio. Com o objetivo de atender as necessidades sociais, econômicas, culturais, formativas e identitárias da comunidade local, a interpretação do patrimônio vincula ainda à cidadania na implementação das ações interpretativas.

3 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

No contexto moderno, e restrito a alguns países, interpretação do patrimônio é o termo usado para descrever as atividades de comunicação destinadas a melhorar o entendimento do patrimônio nos parques, zôos, museus, centros naturais e aquários, com objetivo de criar uma atitude favorável aos fatos que são apresentados. No entanto, novas pesquisas têm ampliado esse conceito, e aplicado a interpretação do patrimônio na construção de atrativos com as comunidades, feito por, para e geridos pelas mesmas.

Na Europa, pode-se considerar a criação do Museu Nordiska em Estocolmo, na Suécia, e o Museu ao ar livre Skansen, na mesma cidade, por Arthur Hazelius no final do século XIX, como marco, pois ambos tinham como finalidade divulgar a etnologia regional do norte da Europa. (PHILLIPS, 1989 apud MORALES, 2001)

Já nos Estados Unidos, a interpretação do patrimônio nasceu, também no final do século XIX, depois da declaração dos primeiros parques nacionais. Os primeiros Parques Nacionais surgiram com o objetivo de preservar alguma curiosidade cênica ou natural, como aconteceu com os famosos gêiseres de Yellowstone, o primeiro parque a ser criado no mundo em 1872.

Naturalistas, considerados idealistas na época, começaram a se destacar ao tentar revelar a essência de cada lugar especificamente e fazer com que os visitantes se comprometessem e se inspirassem com eles.

Primeiro foi John Muir, escocês, que migrou com a família para a América, e depois de uma viagem pelo leste dos EUA, Cuba e Panamá, chega à Califórnia, onde conhece o lugar que influenciaria toda a sua vida, o Vale do Yosemite. Consciente da importância e da fragilidade desse vale, que se encontrava ameaçado pela criação de ovelhas, Muir se envolveria pessoalmente na luta pela criação do Parque Nacional de Yosemite, em 1890. John Muir teve um papel fundamental ao propor a preservação de áreas naturais com o foco em seus aspectos ambientais, científicos e educacionais. Além de liderar o movimento pela criação do Parque Nacional de Yosemite, Muir participou de campanhas públicas que resultaram na criação dos Parques Nacionais das Sequóias (1890), Mount Rainier (1897) e Grand Canyon (1919), além do Monumento Nacional Petrified Forest (1906), todos localizados nos EUA.

Já, Enos Mills, foi um dos primeiros naturalistas que começou a deixar para trás essa denominação, criando o que ele mesmo chamou de “guias da natureza” para se referir as pessoas que explicassem a natureza de uma forma diferente, fazendo surgir emoções e interesses por ela. Mills chegou a humanizar aspectos naturais através de termos específicos como a “biografia da árvore”, “costumes dos animais” e “personalidade das plantas”, em lugar de explicar termos frios e científicos. (MORALES, 2001)

Na década de vinte do século passado, começa a profissionalização desses “guias”, com cursos oferecidos pelo Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos. Posteriormente nos anos trinta se estabeleceram programas interpretativos tanto em parques estaduais como nacionais. Após a Segunda Guerra Mundial, houve o aumento do interesse por áreas naturais por parte dos visitantes, impulsionando o então serviço denominado *interpretação*, e dos profissionais encarregados da atenção do público que começavam a ser conhecidos como “intérpretes naturalistas”, segundo Morales (2001).

A interpretação, até então ambiental, ganhou respaldo depois da publicação da obra de Freeman Tilden "*Interpreting Our Heritage*", em 1957. Tilden nasceu em 1883, em Malden, Massachussets, EUA. Foi jornalista, crítico literário e escritor, qualidades que o ajudaram a assumir a função de assessor no Serviço de

Parques Nacionais nos Estados Unidos. Sem ser naturalista, conseguiu aprofundar seus conhecimentos em parques, como patrimônio natural e cultural protegido, atendendo seu sentido e função para a sociedade, dentro de uma perspectiva filosófica e humanista. Após a publicação, Tilden continuou vinculado à interpretação, ministrando palestras e conferências até meados dos anos 1970. Morreu aos 96 anos, em maio de 1980, sendo considerado, pelos intérpretes de todo o mundo, o pai da interpretação do patrimônio.

Na Grã-Bretanha, os conceitos de interpretação ambiental, foram utilizados nos trabalhos pioneiros do *National Countryside Commission* na década de 1970 (MURTA,1995). A partir daí, a prática da interpretação se expandiu para monumentos, edifícios e sítios históricos, passando a incluir áreas significativas do planejamento urbano. A comunidade então começa a fazer parte do processo, onde passam a recuperar e valorizar áreas comerciais e de lazer para desfrute da população e de visitantes. Com engajamento de segmentos da população britânica na preservação e interpretação do patrimônio ambiental urbano, o patrimônio cultural desenvolve-se, tornando-se o principal recurso da “indústria turística”⁵.

A partir de meados dos anos 1980, começa a se fazer referência, em âmbito internacional, à disciplina interpretação *do patrimônio*, uma denominação menos excludente que a utilizada até então, interpretação *ambiental*. Esta denominação se consolida no Primeiro Congresso Mundial de Interpretação do Patrimônio, em Banff, Canadá, em 1985. O alcance “do patrimônio” é mais amplo que o “ambiental”, pois abarca aspectos, manifestações ou fenômenos relacionados também ao meio cultural.

- Creemos que la interpretación del patrimonio es un elemento indispensable para la conservación y gestión de los recursos naturales y culturales de la humanidad.
- Afirmamos que los espacios protegidos, sitios y objetos patrimoniales, contribuyen a las necesidades físicas, culturales y espirituales de la humanidad, conectando el pasado con el presente y con nuestro futuro.

⁵ Alguns autores, como Boullón (2002), argumentam que o termo *Indústria turística* não é uma expressão correta, pois *indústria* é uma atividade de transformação que utiliza vários recursos, entre matéria-prima e produtos industriais intermediários, ao passo que o turismo é uma forma de consumir, que demanda bens e serviços advindos de outros setores.

- Creemos que la concienciación y las posibilidades de entender, apreciar y disfrutar de estos recursos son esenciales para la conservación a largo plazo y el uso con sabiduría de este patrimonio. (DECLARACIÓN DE BANFF, 1985, HII)

Na Espanha, a nomenclatura interpretação foi incorporada no último terço do século XX, oriunda do termo anglo-saxônico dos Estados Unidos. Esta disciplina chegou à Espanha com um caráter essencialmente ambiental. Tentou-se aplicá-la nos parques nacionais espanhóis, sem nenhum êxito. Depois da evolução do termo para interpretação do patrimônio, o país voltou as atenções para o tema, hoje acolhendo muitos estudos, projetos e publicações, além de sediar uma das associações de interpretação do patrimônio mais expressivas e respeitadas do mundo, a *Asociación para la Interpretación del Patrimonio*.

Esta é a vertente original da que depois se derivam todas as “interpretações da interpretação” que hoje se evidenciam nos territórios, e que, com melhor ou pior acerto, produziram uma infinidade de situações, muitas delas de interessante valor, que vão desde a sinalização de caráter interpretativo, os parques temáticos, até os centros de interpretação.

Na América Latina, a interpretação do patrimônio começou a ser cogitada nos anos 1970, tendo um avanço destacado na forma de planejamento interpretativo no Chile, Costa Rica e Caribe. Os primeiros conhecimentos foram trazidos, principalmente, por voluntários do Corpo de Paz dos Estados Unidos, e, posteriormente, por funcionários latino-americanos que tomaram cursos na América do Norte e assistiram seminários internacionais (MORALES, 2001).

Os estudiosos da interpretação constataam que a interpretação ambiental e do patrimônio é uma disciplina aberta com definições ilimitadas. Mesmo assim, em todo o mundo, há um certo consenso.

Freeman Tilden, na primeira edição do seu livro em 1957, foi pioneiro em definir a interpretação do patrimônio como:

A interpretação é uma atividade educativa que pretende revelar significados e inter-relações através do uso de objetos originais, por

um contato direto com o recurso ou por meios ilustrativos, não limitando-se a dar uma mera informação de seus feitos.

O emprego do binômio “atividade educativa” gerou muitas confusões, transformando-se inclusive em uma polêmica discutida durante décadas, por associar a interpretação apenas à educação patrimonial. O mesmo Freeman Tilden, declarou mais tarde, pouco antes de morrer, que se tivesse que revisar novamente o seu livro, começaria sua definição por uma atividade “recreativa”. (MORALES, 2001)

As diversas definições se aproximam da adotada por Tilden, com complementações e releituras, conforme a área de atuação de cada localidade. Geralmente passam a idéia de comunicação do patrimônio natural e cultural de forma a despertar, em quem recebe a mensagem, valores de preservação e conservação.

Considerado o pioneiro da interpretação do patrimônio no Reino Unido e no resto da Europa, Don Aldridge definiu a interpretação do patrimônio como “a arte de explicar o lugar do homem em seu meio, com a finalidade de incrementar a consciência do visitante sobre a importância dessa interação, e despertar nele um desejo de contribuir para a preservação do ambiente” (MIRANDA ; ROSADO, 2000)

As definições se multiplicaram pelas organizações, sendo que cada uma estabeleceu o seu próprio conceito de interpretação do patrimônio, como apresentado no Quadro 3 (p. 47)

A autora brasileira Stela Murta define como:

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante e proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana - teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura – sem, todavia se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que lhe servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros, museus, etc. (MURTA, 2002, p. 14)

Existe em vários lugares uma má interpretação da nomenclatura “interpretação do patrimônio”, mediante a união dos significados distintos, das palavras separadas que compõem o termo. Os autores defendem que ainda assim, a terminologia tem significado próprio e força suficiente para assumir o corpo de uma nova teoria.

INSTITUIÇÃO	DEFINIÇÃO	PAÍS
National Association for Interpretation	A interpretação é um processo de comunicação que produz conexões emocionais e cognitivas entre os interesses do público e os significados inerentes ao recurso.	Estados Unidos
Countryside Commission	A interpretação é a arte de explicar ao público o caráter de um lugar, especialmente aos visitantes casuais, de forma que tomem consciência do significado do sítio que visitam e desenvolvam o desejo de conservá-lo.	Escócia
Countryside Commission	A interpretação é o processo de desenvolver o interesse, o desfrute e a compreensão do visitante por uma área, mediante a explicação de suas características e suas inter-relações.	Inglaterra
Queensland National Parks and Wildlife Service	A interpretação é o processo de estimular e promover a valorização nos visitantes por seu patrimônio natural e cultural, além de comunicá-los os ideais e as práticas de conservação.	Austrália
Asociación para la Interpretación del Patrimonio	A interpretação do patrimônio é a arte de revelar <i>in situ</i> o significado do legado natural, cultural ou histórico, ao público que visita esses lugares em seu tempo de ócio.	Espanha
Peak National Park Study Centre	A interpretação explica o lugar a seus visitantes não só enquanto fatos, mas para que as pessoas estabeleçam conexões pessoais com as idéias que se apresentam. O resultado final da interpretação deve ser um estado de consciência e um desejo de contribuir para conservação do patrimônio.	Grã Bretanha

Quadro 3: Definições de interpretação do patrimônio.

Fonte: Adaptado da *Asociación para la Interpretación del Patrimonio* da Espanha. (2004)

Toda intenção de promover a interpretação do patrimônio tem o objetivo claro de conservar os valores naturais e culturais de um lugar (ALBRIDGE, apud MORALES, 2001). Essa conservação surgirá através do respeito e da participação cidadã, garantindo que as futuras gerações sejam capazes de desfrutar suas heranças naturais e históricas.

Freeman Tilden publica em 1954, seis princípios para interpretação do patrimônio, que Murta (2002) sintetiza, como apresentado no Quadro 4, (p. 48).

PRINCÍPIOS DE TILDEN	SÍNTESE DE MURTA
<i>I-Cualquier interpretación que de alguna forma no relacione lo que se muestra o describe con algo que se halle en la personalidad en la experiencia del visitante, será estéril.</i>	Focalizar os sentidos do visitante, para conscientizar sobre características do ambiente.
<i>II-La información, tal cual, no es interpretación. La interpretación es revelación basada en información, aunque son cosas completamente diferentes. Sin embargo, toda interpretación incluye información.</i>	Revelar sentidos e não apenas informar.
<i>III-La interpretación es un arte, que combina otras muchas artes, sin importar que los materiales que se presentan sean científicos, históricos o arquitectónicos. Cualquier arte se puede enseñar en cierta forma.</i>	Utilizar muitas artes visuais e de animação.
<i>IV-El objetivo principal de la interpretación no es la instrucción, sino la provocación.</i>	Não apenas instruir, mas provocar a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado.
<i>V-La interpretación debe intentar presentar un todo en lugar de una parte, y debe estar dirigida al ser humano en su conjunto, no a un aspecto concreto.</i>	Apresentar a história completa, em vez de parte desta; dirigir-se à pessoa inteira.
<i>VI-La interpretación dirigida a los niños (digamos, hasta los doce años) no debe ser una dilución de la presentación a los adultos, sino que debe seguir un enfoque básicamente diferente. Para obtener el máximo provecho, necesitará un programa específico.</i>	Ser acessível a um público o mais amplo possível.

Quadro 4:Princípios da Interpretação do Patrimônio.
Fonte: Adaptado de Tilden (2006) e Murta (2002).

A esses princípios foram acrescentados por Stela Murta e Brian Goody (2002, p. 18):

- a. Iniciar a interpretação em parceria com a comunidade, para a troca de conhecimentos e recursos;
- b. Adotar abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão socioeconômica, ao lado das dimensões histórica, ecológica e arquitetônica;

- c. Em vez de verdades universais, destacar a diversidade e a pluralidade culturais para fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;
- d. Considerar o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, essenciais a uma experiência prazerosa do lugar.

No livro *Interpretation for the 21st*, os autores Beck, Larry & Cable, Ted (1998), apresentam 15 princípios para interpretar a natureza e a cultura:

- 1 Para provocar o interesse, os interpretadores devem relacionar o assunto apresentado com a vida dos visitantes;
- 2 O propósito da interpretação vai além de prover informações para revelar significados profundos e verdadeiros;
- 3 A apresentação interpretativa - como trabalho de arte - deve ser desenvolvida como uma história que informa, oferece entretenimento e esclarece.
- 4 O propósito da história interpretativa é inspirar e provocar as pessoas para abrirem seus horizontes;
- 5 A interpretação deve apresentar um tema ou tese completa a ser direcionado à pessoa como um todo;
- 6 Interpretação para crianças, adolescentes e adultos - quando compreendem grupos uniformes - devem seguir fundamentalmente diferentes abordagens;
- 7 Todo lugar tem uma história, e os interpretadores devem dar vida ao passado, para fazer o presente mais agradável e o futuro mais significativo;
- 8 A alta tecnologia pode revelar o mundo de novas e excitantes maneiras, entretanto, incorporar essa tecnologia ao programa de interpretação deve ser feito com cuidado e precaução;
- 9 Os interpretadores devem ter o comprometimento com a quantidade e qualidade (seleção e precisão) da informação apresentada. Focada, e com pesquisa bem fundamentada, a interpretação será mais poderosa que um longo discurso;
- 10 Antes de aplicar a arte na interpretação, o interpretador deve ser familiarizado com as técnicas básicas de comunicação. A qualidade da interpretação depende do conhecimento do intérprete e suas habilidades, que devem ser desenvolvidas continuamente;
- 11 A forma interpretativa de escrever deve estar de acordo com o que os leitores gostariam de saber, com a autoridade da sabedoria e a humildade e cuidado que acompanham isso;

12A totalidade dos programas de interpretação deve ser capaz de atrair suporte financeiro, voluntário, político, administrativo e qualquer tipo que ajude o programa a florescer;

13A interpretação deve despertar nas pessoas a habilidade e o desejo de dar sentido à beleza dos arredores, provendo elevação espiritual e encorajando a preservação dos recursos;

14Interpretadores podem promover experiências eficientes, através de programas que levem à reflexão e construção de um espaço bem estruturado.

15Paixão é um ingrediente essencial para uma interpretação poderosa e efetiva - a paixão pelos recursos e pelas pessoas que visitam o local para serem inspiradas pela natureza e cultura.

Para Morales (2001), a interpretação do patrimônio tem que ser considerada como um eficaz instrumento de gestão, dirigida ao visitante do patrimônio - público geral, incluindo os “especiais”-, sendo uma atividade livre e voluntária, além de ter em conta o contexto recreativo em que se encontra o visitante - férias, ócio, entre outros. -. Também deve ser inspiradora, que chegue ao espírito do indivíduo, estimule o uso dos sentidos, sendo motivadora e provocativa, fascinante e persuasiva, estimulando a participação ativa.

A interpretação do patrimônio precisa orientar e informar sobre os feitos concretos, estimular o sentido crítico, mostrar uma mensagem clara e breve, revelando significados e inter-relações, contribuindo para a cidadania. É necessário ainda, que conte com a presença de objetos reais, tendendo se possível para atividades personalizadas (com guia), além de primar pela conservação do patrimônio, objetivo primordial da interpretação do patrimônio.

A interpretação do patrimônio constrói conceitos e práticas que permitem estabelecer vínculos afetivos, educativos, lúdicos e identitários entre o patrimônio e a sociedade. Para isso, a interpretação, assim como o turismo, faz uso das mais diversas ciências - sociologia, história, geografia, psicologia, filosofia, museologia, a dramatização, as técnicas expositivas, a animação cultural, as técnicas educativas formais e não formais, a apresentação, e todas aquelas ferramentas mediadoras que sirvam aos fins da vinculação de um significado ao patrimônio e o seu próprio, pela sociedade.

Além disso, a interpretação do patrimônio intervém em todos os níveis da investigação científica e da comunicação, onde a linguagem é o 'meio' fundamental da experiência interpretativa. Quando não se utiliza a linguagem falada, faz-se necessário encontrar um substituto. O objeto patrimonial - obras de arte, documentos, instrumentos, simples objetos ou inclusive monumentos, além do patrimônio imaterial - 'exposto', algumas vezes, não fala por si só, mas deve ser sempre capaz de provocar emoções (MORALES, 2001).

A contemplação do objeto patrimonial suscita sempre uma reação, uma emoção na pessoa que o aprecia. A reação e a emoção podem ser positivas, como a admiração, ou negativas, como o descaso e a indiferença. Além da reação imediata, o objeto patrimonial pode levar a um questionamento, a uma reflexão, a uma contemplação que venha a potenciar ou desencadear o contexto e o modo da apresentação.

Dentro da realização dos mecanismos de exposição, a dificuldade principal reside na diversidade das tradições às que se referem os que "produzem" a interpretação do objeto patrimonial. O cuidado deve ser, então, para preservar a origem, a veracidade do que se pretende expor, e como defende Meneses (2004), devem ser considerados os três eixos fundamentais ao se interpretar: associar a interpretação ao fazer cotidiano e à vivência da comunidade; harmonizar os serviços oriundos da interpretação à realidade da sociedade que construiu e guardou o patrimônio cultural; não dissociar a interpretação da identidade, das idiossincrasias, das tradições e das expressões do lugar.

A democratização dos bens culturais, as demandas de lazer cultural e a necessária proteção do legado histórico, frente às políticas de comercialização e exploração turística e à decadência nas quais se vêem submetidas às instituições do patrimônio, favorecem à interpretação como uma alternativa valiosa para a comunicação, uso e valorização do patrimônio.

Investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico.
A valorização do meio ambiente urbano e natural, da história, dos

saberes e fazeres culturais contribui para a diversificação do produto. Mais que informar, a verdadeira essência da interpretação é convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo.

Numa cultura ocidental globalizada, que busca entretenimento a todo custo, é fundamental tocar a emoção, provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar, de ver, de apreciar. Além disso, a prática interpretativa deve promover a discussão entre os vários segmentos sociais sobre aquilo que torna seu lugar especial e diferente. Deve também levar os moradores a redescobrir novas formas de apreciar seu lugar, de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas e despertar novas vocações de trabalho e renda ligados ao turismo, propiciando o desenvolvimento cultural das comunidades. (BASSINELLO, 2003, p. 1)

Apesar da ênfase na abordagem cultural da interpretação do patrimônio, faz-se necessário ressaltar que desde suas primeiras pesquisas os aspectos ambientais vem sendo o alvo de maior atenção tanto em estudos como em publicações específicas. Em diversas áreas naturais distribuídas no mundo são adotadas as práticas e princípios oriundos da interpretação do patrimônio, seja nas legislações, na gestão dos mesmos ou como instrumento de conscientização e preservação através da educação ambiental.

3.2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

O termo interpretação da natureza ou interpretação ambiental tem sido entendido pelos estudiosos como um conjunto de princípios e técnicas que visam estimular as pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência prática direta.

A interpretação ambiental tem sido compreendida na maioria dos países como atividades educativas que visam revelar significados e inter-relações através do uso de objetos originais por um contato direto com os recursos ou por meios ilustrativos, não se limitando às simples informações (TILDEN, 1957 apud MORALES, 2001.) Os centros estabelecidos no interior das unidades de conservação, dentre elas, parques nacionais, áreas de proteção ambiental, entre outros, são chamados de centros de visitantes, derivam suas funções de mero local

de repasse de informações para centros de interpretação educação ambiental. Serviços e produtos são oferecidos nesses espaços, cada vez mais dotados de tecnologias para melhor envolver o visitante.

Na Espanha e em outros países da Europa, a construção de centros de visitantes ou de interpretação planejados, virou a tendência para resolver problemas ocasionados pelo “boom” de visitantes nas áreas de proteção natural (BENAYAS, 1995 apud MORALES, 2001), objetivando atenuar os impactos decorrentes das visitas desordenadas.

A interpretação do patrimônio ambiental deve ter como objetivos:

- Facilitar o conhecimento e a apreciação da natureza;
- Conservar seus recursos naturais, históricos e culturais;
- Aumentar a satisfação dos visitantes;
- Servir de ferramenta para o manejo dos visitantes;
- Estimular a participação do visitante nas questões político-ambientais;
- Acrescentar valor à experiência do visitante, elevando o seu nível de satisfação;
- Realçar a necessidade da conservação do patrimônio visitado.

Segundo Ham (1992), qualquer abordagem interpretativa que objetive parecer menos técnica e diferenciada de uma simples transferência de informações deve conter as seguintes qualidades:

- Ser amena e promover o entretenimento;
- Ser pertinente, ou seja, deve ter significado e ser pessoal;
- Ser organizada;
- Ter um tema central ou um objetivo a ser alcançado;
- Incentivar a participação;
- Provocar e questionar o visitante;
- Usar do humor.

Alguns equipamentos, considerados meios de interpretação disponíveis, fazem-se necessários ao administrar recursos em unidades de conservação. A escolha de quais serão usados, em conjunto ou isoladamente, vai depender das características do local, das características dos visitantes e dos recursos técnicos e materiais. Os meios mais utilizados como parte fundamental na infra-estrutura têm sido, segundo Salvati (2004):

- a) Centros de visitantes - pequenos edifícios onde se recebe e conduz o visitante à interpretação, por meios e equipamentos que vão desde simples painéis à apresentações audiovisuais contínuas;
- b) Quiosques de informações - pequenos abrigos de onde saem as publicações interpretativas para acompanhar os grupos, respondendo às perguntas formuladas pelos visitantes e despertando-lhes o interesse pela natureza;
- c) Museus pequenos ou mostruários - situados em locais regionais estratégicos, que permitam apresentar ao público aqueles objetos de difícil observação no campo, podendo estar anexados ao centro de visitantes e devendo possuir pequenos laboratórios com peças de história natural;
- d) Exposições marginais - apresentam pequenos mostruários à beira dos caminhos, com placas e painéis interpretativos, protegidas contra vandalismo e intempéries;
- e) Interpretação com base no *design* - placas, letreiros, painéis informativos tradicionais ou iluminados, fotos, desenhos, dioramas, maquetes, instrumentos mecânicos e eletro-eletrônicos, guias portáteis sonorizados, repetidores de mensagens, vídeos, equipamentos computadorizados e até simulação de computador com dissoluções de imagens, aplicações em telas múltiplas, sincronizadas com comentários;

- f) Trilhas interpretativas - são trilhas ou caminhos especialmente construídos, onde, em locais determinados, estabelecem-se postos numerados, com a descrição dos fenômenos locais de destaque (pode-se usar postos numerados sincronizados, com folhetos explicativos ou placas/painéis em cada posto);
- g) Interpretação pessoal - a interpretação é orientada por um guia treinado, capaz de provocar, perceber e otimizar as intenções do visitante com o ambiente, tratando-se de uma das formas mais eficientes de interpretação. Há ainda a representação teatral, onde são exibidos períodos históricos ou outros fenômenos com a participação de atores, podendo haver a inserção ativa do próprio visitante ou a exibição de trabalhos artesanais em locais estrategicamente escolhidos para acesso do visitante.

3.3 PLANO INTERPRETATIVO

Para organização e definição de quais desses meios devem ser implementados, se faz necessário a criação de instrumentos que organizem os objetivos, ações e estratégias para a sua gestão. O plano interpretativo é uma ferramenta que deve ser objeto de política pública, visando o incremento do turismo, com todas as suas benesses econômicas, aliado à preservação e revitalização da memória coletiva.

O modelo mais conhecido e adotado de plano interpretativo é o sugerido por Morales (2001), cujas etapas são:

- a) Inventário e registro de recursos, temas e mercados:

Como todo planejamento e conseqüentemente plano, o primeiro passo seria o levantamento de dados, a coleta de informações. Os recursos existentes merecedores de interpretação são levantados e avaliados, sejam eles os recursos

naturais (fauna, flora, relevo, solos, hidrografia, clima, ecossistemas, fenômenos ecológicos, etc.) ou culturais (história, arqueologia, economia, arquitetura, artesanato, tradições, linguagem, etc.). Igualmente importante é avaliar os recursos técnicos e financeiros disponíveis para um programa de atividades interpretativas - profissionais disponíveis, orçamento governamental, patrocinadores, etc.-. Também são levantados e avaliados os visitantes atuais e potenciais, definindo-se o público-alvo - escolaridade, idade, procedência, motivações, tempo disponível, etc.-. A partir daí, são eleitos os temas mais relevantes a serem interpretados nos diversos locais e escolhidos os diversos meios interpretativos a serem explorados.

b) Desenho e montagem - pesquisa bem elaborada e bom *design* profissional dos meios e técnicas, cabendo uma observação para a participação da comunidade residente:

O mais apropriado seria adotar o que se denomina planejamento interpretativo, um processo racional de formulação de objetivos, análises do recurso e suas potencialidades - e limitações-, análise dos virtuais usuários, definição das mensagens a transmitir, eleição dos meios de interpretação e definição dos equipamentos e serviços interpretativos necessários, recomendações para a execução de programas - pessoal, obras-, e sugestões para avaliar a efetividade da intervenção. O resultado deste processo é um Plano de Interpretação, que pode ser aplicado para um território ou em qualquer lugar que tenha um significado para uma comunidade, sendo este uma igreja, um castelo, uma fazenda, uma casa, um túmulo, entre outras infinitas possibilidades.

A interpretação do patrimônio é um processo interdisciplinar para dar a conhecer, fazer acessível e explicar o sentido e o significado de processos naturais ou culturais complexos.

c) Gestão - manutenção, monitoramento, atualização e treinamento de equipes- e Promoção - publicidade em folders, brochuras, guias, televisão, rádio e jornal:

Deve-se compreender a necessária relação do território como base da organização espacial da cultura. Para isso é prioritário:

- Desenvolver a articulação física do território;
- Servir de referência e favorecer um desenvolvimento econômico solidário, equilibrado e sustentável;
- Contribuir ao incremento da qualidade de vida, o bem-estar social e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais;
- Contribuir ao desenvolvimento e aproveitamento das capacidades e valores próprios do conjunto da região e de cada uma de suas partes.

Um modelo territorial baseia-se, sobretudo, na história do território e se sustenta em experiências, interpretações e propostas diversas, localizadas em parâmetros temporários anteriores. Parte do reconhecimento da diversidade do território é que dita a diversidade, não devendo ser entendida como um fator negativo para a consolidação de um espaço comum e integrado, mas sim, como uma qualidade que deve ser valorizada e aproveitada para o alcance dos objetivos propostos.

3.4 TÉCNICA E PROCESSO DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A interpretação do patrimônio, até então, é discutida como uma disciplina que apresenta técnicas de comunicação, atendendo assim as necessidades da chamada nova museologia, e sendo considerada uma aposta para o uso, valorização e até a gestão do patrimônio natural e cultural.

[...] la interpretación es una técnica más de una serie importante, entre las que se incluyen: la presentación, la nueva museografía, la puesta en valor, las técnicas expositivas, la animación y hasta el marketing cultural. [...] primero están las políticas culturales, las de investigación, documentación y difusión del patrimonio, su planificación y gestión y luego, en los casos adecuados, la interpretación. (MARTIN, 2002, p.6)

Sua fundamentação é pobre, buscando alguns autores uma relação maior com às suas áreas de atuação. Na Espanha, Marcelo Martín⁶, em seus artigos publicados no *Boletín de Interpretación*, convoca seus colegas a discutirem de forma mais aprofundada de aporte teórico-metodológico para a interpretação do patrimônio:

El primer tema que abordaremos es la ausencia, en nuestro país, de una tradición de reflexión teórica que obliga a los profesionales que trabajamos en el tema, a una búsqueda empírica de modelos teóricos y pautas metodológicas e instrumentales, sustentados generalmente, además de una prolífica bibliografía en inglés y francés, en la lectura y visita de proyectos realizados en países con mayor tradición en este arte de dar a conocer, hacer accesible y explicar el sentido y el significado de nuestro patrimonio natural y cultural. Debemos comprender que las técnicas de interpretación que intentamos aplicar los profanos en nuestros medios...(y aclaramos que no nos referimos aquí a las estrategias de educación ambiental no formal)...son disciplinas híbridas, carentes hasta ahora de formación curricular específica, basadas en una actitud posmoderna de fragmentaciones científicas diversas y recompuestas en un collage metodológico donde se dan cita, entre otras, la semiótica, la comunicación, la museografía, el diseño, el marketing cultural, pero sobre todo ello un profundo espíritu de renovación y buenas intenciones (eso decimos nosotros). (MARTIN, 2002, p.6)

Entende-se que a interpretação do patrimônio busca afirmação e reconhecimento. Por não ter uma delimitação clara no que tange à sua fundamentação teórica e prática, o uso da sua técnica fica a mercê de profissionais das mais diversas áreas: arquitetos, desenhistas, arqueólogos, etnólogos, museógrafos, historiadores, biólogos, geógrafos, dentre outros.

O uso da técnica, por si só, pode acarretar em ações avessas ao propósito da interpretação do patrimônio, podendo restringi-la à tematização, à perda da identidade e à criação de simulacros.

Não raro, os equipamentos turísticos a exemplo da arquitetura de hotéis, pousadas e restaurantes imitam as formas de outras culturas. Observam-se jardins e paisagismo que lembram os europeus; escadas e sacadas dos filmes norte-americanos; arquitetura pós-moderna em portões como os de Londres; cadeiras de design

⁶ Marcelo Martín é Arquiteto, gestor cultural, responsável do Departamento de Comunicação do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (Sevilha, Espanha)

americanos ou móveis de estilo oriental. Merecem estudos críticos alguns destinos turísticos do litoral nordestino. São verdadeiras estruturas alienadas e alienantes que excluem o olhar dos atores locais. (FARIAS, 2006, p .16)

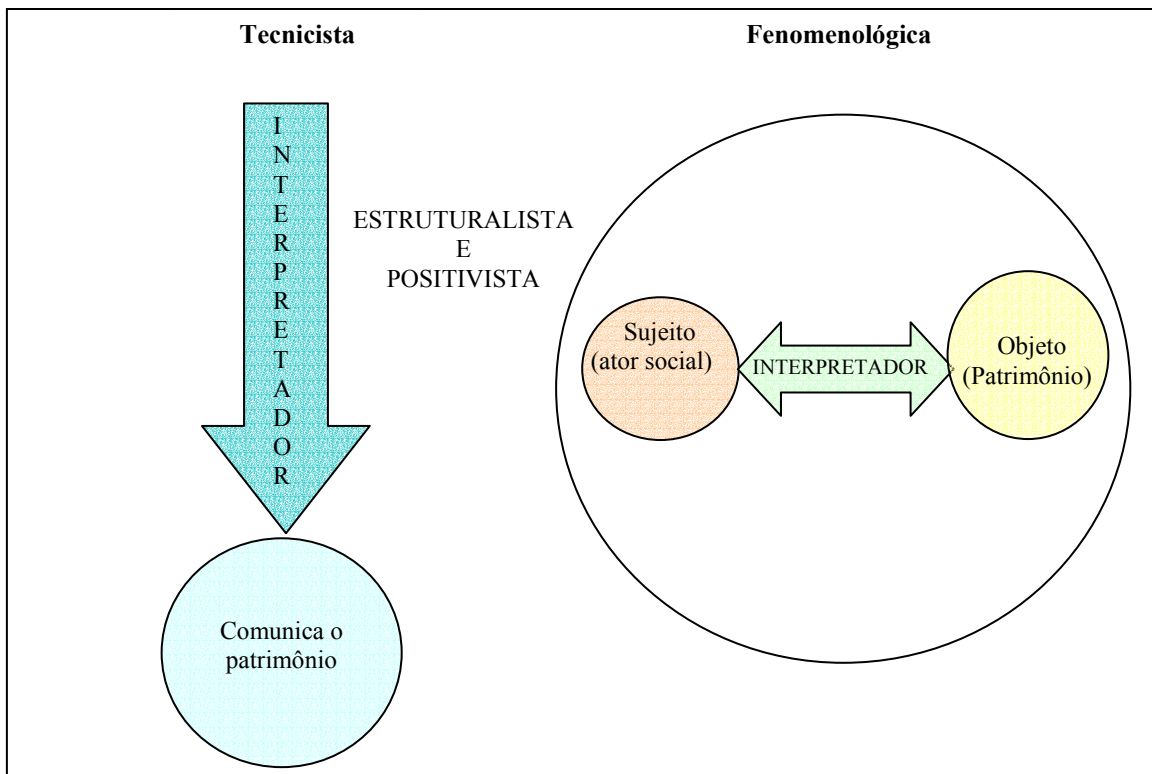
A interpretação do patrimônio encarada como processo, busca a identificação do patrimônio natural e cultural pelos residentes de uma localidade. Os habitantes significam e muitas vezes ressignificam seu próprio patrimônio, quando passam a valorar o que lhes pertence, gerando, a partir de então, a possibilidade de renda, ao apresentar este patrimônio em forma de música, dança, teatro, artesanato, mito, ritual, produtos e serviços, dentre outras, podendo, ou não, serem definidos como atrativos turísticos.

O processo prima pela participação dos residentes como atores principais, pois a partir deles, são identificados, criados e geridos maneiras de apresentar seu patrimônio. Para isso, é fundamental a educação e cidadania. A técnica é utilizada como estratégia de atração do visitante, compondo a parte final do processo (Quadro 5, p. 89).

A revelação de atrativos turísticos com a comunidade trabalha com a construção do conhecimento de forma dialética e dispõe de uma visão de totalidade integradora. Nesta perspectiva, a interpretação tem um compromisso político sócio-histórico com a formação do cidadão. Essa concepção para o processo interpretativo exige que o interpretador tenha igualmente uma consciência ampliada para dialogar numa direção das teorias críticas e pós-críticas, quando suas categorias são buscadas.

Essas teorias são separadas por razões ligadas ao poder. As denominadas tradicionais utilizam na interpretação o planejamento, excluindo a comunidade. Estão preocupadas com a eficiência e objetivos. Geralmente, entram na comunidade com idéias e projetos pré-concebidos. Reproduzem os saberes dominantes e utilizam as técnicas. (FARIAS, 2006, p. 26 - 27)

Na interpretação do patrimônio como técnica, o método é estruturalista, tendo o interpretador como aquele que comunica o patrimônio. A interpretação do patrimônio como processo fundamenta-se no método fenomenológico, sendo o interpretador um mediador entre a comunidade e o patrimônio, entendendo que a comunidade é o próprio patrimônio, e só ela pode interpretar-se. (Quadro 5, p.60)



Quadro 5: Técnica X Processo
 Fonte: Elaboração Própria (2006)

O uso da técnica da interpretação do patrimônio em países desenvolvidos é eficaz, sobretudo, em localidades que não tenham problemas estruturais e de reconhecimento do valor patrimonial pelos residentes. É utilizado como instrumento de educação patrimonial e em alguns casos para a gestão de espaços.

No entanto, esta condição não é condizente com a realidade da maioria dos países em desenvolvimento. Faz-se necessário, para tanto, o uso da interpretação do patrimônio enquanto processo, pois o mesmo desenvolve nos residentes o sentimento de pertencimento, educação, elevação da auto-estima e cidadania. Espera-se, como conseqüência, a valorização e preservação do local, o estímulo à comunidade para buscar melhorias para a localidade, além da possibilidade de renda através do patrimônio natural e cultural, interessando, especialmente, às localidades carentes, por configurar-se como gerador de desenvolvimento regional.

Na década de 1980, essas questões passam a serem fomentadas quando Cherem⁷ cria o conceito de interpretação comunitária e turismo apropriado, citados na carta de Honolulu e apresentados em capítulos posteriores desta dissertação.

A partir de então, sinaliza-se a interpretação do patrimônio como algo mais que uma técnica de comunicação, não sendo, contudo, aprofundado nenhum estudo para criação de uma metodologia que pudesse alcançar os objetivos da interpretação do patrimônio de respeitar as singularidades de cada lugar.

⁷ Gabriel J. Cherem - departamento de Geografia e Geologia da *Eastern Michigan University*.

4 CONTRIBUIÇÕES DA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

4.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL, TERRITORIALIDADE E TURISMO

O desenvolvimento tornou-se o grande *slogan* do século XX, sendo tanto uma ideologia quanto objeto de políticas de governos. Transformou-se em objeto de estudo nas obras de economistas clássicos e pós-clássicos, e finalmente, nas obras do economista Schumpeter, defensor da idéia de que o desenvolvimento ocorre a partir de mudanças revolucionárias e de novas combinações dos fatores de produção. No entanto, o desenvolvimento adquire notoriedade somente a partir da década de 1950, tornando-se tanto um tema especificamente novo na economia quanto alvo de políticas públicas internacionais e nacionais (BOISIER, 2003).

As teorias de crescimento e desenvolvimento foram revistas, confirmadas ou negadas, impulsionadas, sobretudo, pela crise econômica mundial na década de 1980, momento em que houve fortes mudanças nas regiões industrializadas, dando corpo às teorias do desenvolvimento endógeno e do desenvolvimento local, nas quais esta distingue-se da primeira no momento em que considera também fatores exógenos influenciando no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002, p. 25).

Para Buarque (2002), o desenvolvimento está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para contribuir socialmente quanto à conservação dos recursos naturais, e pensá-lo requer a valorização dos enraizamentos sociais,

econômicos e culturais da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas, além de priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica, mas também para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A maior parte das propostas das teorias de desenvolvimento, propõem políticas de desenvolvimento local que sejam capazes de superar os efeitos negativos da industrialização e fomentar aquelas atividades que permitam a satisfação das necessidades básicas da população. Para isso, sugerem-se iniciativas direcionadas à fixação da população no território e à consolidação dos valores da comunidade local, a fim de se promover o surgimento de pequenas e médias empresas, o fomento a agricultura de subsistência e que, em definitivo, gere uma alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento industrial, articulado pelas grandes empresas localizadas nos grandes centros metropolitanos.

A perspectiva do desenvolvimento das localidades através da atividade turística, necessariamente produz efeitos que devem ser analisados em todas as suas dimensões, buscando minimizar os impactos negativos e ao mesmo tempo potencializar os inúmeros benefícios gerados a partir de um turismo planejado, sobretudo para as comunidades e seus respectivos territórios.

A ânsia do ganho imediato com o turismo, faz com que apressados governantes e a iniciativa privada, em muitos casos, negligenciem estudos prévios dos espaços e das estratégias de gestão (ALMEIDA, 2004). Os territórios apropriados pelo turismo são atravessados por uma elevada intensidade de fluxos - capitais, informações, mercadorias e pessoas- e balizados por ações de diferentes agentes que respondem a intencionalidades muitas vezes estranhas ao lugar.

Enquanto produtor e consumidor do espaço, o turismo pode 'mercantilizar' as culturas locais, tornando-as objeto de consumo, causando dessa forma danos irreversíveis à identidade da comunidade anfitriã. Daí a importância de se criar uma harmonia entre as atitudes dos turistas e o comportamento da população local. (BARRETTO, 2000, p. 32).

A implementação da atividade turística local traz um novo espaço, ou melhor, um território, posto que nele estão evidenciadas as modalidades de articulação entre os interesses nas atividades de turismo do sistema local e aqueles do sistema exógeno, bem como a força da subversão das estruturas existentes. A preocupação dessas transformações em toda sua teia de relações, se faz por meio das alterações estabelecidas no território em sua dimensão material, de caráter morfológico, funcional e simbólica, envolvendo os laços sociais e o universo de valores e significados existentes entre a sociedade e seu território de referência (CIFELLI, 2001).

O turismo pode ser considerado como um fenômeno, que, ao mesmo tempo, pode ser responsável pela “desterritorialização já que a cultura desterritorializada corre o risco não só do empobrecimento, mas da alienação” (YÁZIGI, 1999, p.19), como também assume papel de inegável importância, quando revitaliza o patrimônio, contribuindo para o desenvolvimento dos lugares.

Na definição de turismo adotada pela OMT (1992), evidencia-se a importância sociocultural e econômica da atividade turística, comprovando que esta, se bem desenvolvida, é capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, ou seja, podendo ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial para tal.

[...] o conceito de um novo modelo de desenvolvimento deve ter intrínseco em sua essência a base de integração e de sustentação, e também outros conceitos devem ser associados como o da participação, da solidariedade comunitária, do próprio local como espaço físico (território) e de territorialidade, ou seja, o sentimento de pertença ao local. Desta maneira, poder-se-á entender mais profundamente as peculiaridades do desenvolvimento local. (MERIGUE, 2004)

Entende-se aqui por território, unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento em uma escala global (SILVA, 2003).

Ainda segundo Silva (2001):

- Território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- Em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam, por conseguinte, grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;
- Os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização;
- Assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar agora suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações sócio-econômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global. (SILVA, 2001 apud CORIOLANO, 2003, p. 23 - 24)

Para Tuan (1980), o território sugere uma apropriação simbólica, na qual estão intrínsecos valores relativos à identidade do indivíduo que estabelece um vínculo afetivo com o lugar. A esta concepção de território dá-se a denominação de topofilia.

Já Milton Santos (2002, p.10), diz que:

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.”

Roberto Sack (1986 apud GIL, 2004), por sua vez, entende que a territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta é o território.

Dentro deste contexto, o desenvolvimento local não deve ser entendido apenas como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos costumam

reduzi-lo a este significado. O chamado desenvolvimento econômico é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do Produto Nacional Bruto (PNB) ou Produto Interno Bruto (PIB) e pela)modernização tecnológica, onde ambos se estimulam reciprocamente. O que se deseja com o desenvolvimento local é o crescimento econômico associado a melhoria na qualidade de vida, adquirido com atenção a questões sociais como condições iguais de acesso aos bens produzidos, de saúde, de educação, entre tantos outros.

O turismo para ser considerado como instrumento de desenvolvimento local, deve se constituir numa mediação possível para dar algum dinamismo econômico aos lugares se propondo a preservar a identidade local, conservar os patrimônios -natural e cultural- e dinamizar também melhorias sociais.

O desenvolvimento local pressupõe um conjunto de pré-condições para seu crescimento, com vistas à manutenção da identidade local. A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições socioculturais locais. Em conjunto, estudos técnico-científicos e projetos de longa duração somam-se ao saber empírico local, e tornam efetivo e produtor do conhecimento sobre o lugar. A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local. (KASHIMOTO.; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 42)

Destinos turísticos têm se beneficiado dos investimentos do poder público para essa atividade, denominada turismo, que se constitui num verdadeiro vetor de inovações, que são refletidas espacial e culturalmente (GOMES ; SILVA, 2000). As localidades têm recebido no seu cotidiano inovações que se inscrevem, ora no espaço urbano construído, ora em novos modos de vida. Alguns reflexos podem ser visualizados em localidades onde houve construções de redes hoteleiras, melhoramento do sistema viário urbano e regional, implantação de serviços de transportes alternativos, inserção de hábitos e costumes estranhos ao lugar, além de projetos urbanísticos que buscam melhorar a imagem das cidades, priorizando sempre os interesses do visitante e não necessariamente daqueles para quem os benefícios deveriam ser direcionados: as comunidades locais.

Parece, em vários momentos, que ao priorizar a atividade turística como uma das mais importantes da economia, o poder público e a iniciativa privada sabem qual é o melhor caminho para fazer crescer economicamente o território, porém, esquecem, ou melhor, não se constitui uma preocupação dos mesmos, promover o desenvolvimento dessa atividade com garantia de sustentabilidade para a sociedade como um todo.

No momento em que se dá a expansão do turismo nas localidades receptoras, ocorre, na maioria das vezes, um crescimento dos lugares no que se refere ao espaço urbano. Na realidade, a atividade turística está sempre a requisitar uma melhor infra-estrutura nos diversos aspectos, que, geralmente, ao ser implementada, promove uma elevação do preço do solo urbano, acompanhada de uma segregação espacial.

Neste caso, as populações pobres são obrigadas a deixar as áreas que habitam em virtude do aumento do preço do solo, passando a ocupar novos locais em caráter irregular, dando origem a espaços marginais. Além de serem expulsos de suas áreas de habitação antiga, muitos ainda passam por um processo de desterritorialização, uma vez que os mesmos passam a desenvolver novas atividades em substituição àquelas até então desenvolvidas.

É importante frisar que a atividade turística é por demais complexa. Para que a mesma aconteça é necessário que pares dialéticos se reproduzam tais como: o moderno e o arcaico; o natural e o artificial, e o humano e o tecnológico; o cultural e o modismo. Esta reprodução traz para a cidade mudanças sócio-espaciais de grande expressividade. Envolvendo uma diversidade muito grande de atividades, o turismo promove a geração de empregos e de renda, que refletem também no território, através das diversas territorialidades que vão se estabelecendo para atender a esta diversidade. (GOMES apud SILVA, 2000).

Assim, pode-se entender que a atividade turística, por se reproduzir obedecendo à lógica econômica capitalista, traz, na sua essência, inúmeros conflitos, e, por conseguinte, contradições. Entretanto, associado a estes conflitos, há a possibilidade de implementação de ações inovadoras que promovem o crescimento, e, em alguns setores, o desenvolvimento. Salienta-se que esse desenvolvimento deve acontecer proporcionando uma ascensão da inclusão

individual e coletiva nas comunidades receptoras ao mesmo tempo em que se dá a organização dos espaços, aliado à busca pela minimização dos impactos gerados através do turismo, sejam eles ambientais, culturais, sociais ou econômicos.

A atividade turística pode ser considerada vetor de crescimento e de desenvolvimento em determinadas localidades, se for encarada como possibilidade de gerar empregos e renda, sobretudo, para as populações de regiões economicamente carentes. Para isso, há de se adotar políticas de inclusão, resultantes de um planejamento eficaz e comprometido com a localidade.

O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida. (BARBOSA, 2005, p.1)

A prática que mais se aproxima dessas premissas é o turismo sustentável, definido como:

Um descritor amplo para todos os tipos de turismo, baseado em recursos naturais ou produzidos pelo homem, centrado na noção de temporalidade, envolvendo as gerações presentes e futuras, no compromisso de conservação ambiental e valorização de patrimônio cultural, e no engajamento das comunidades locais no processo de tomada de decisões, no sentido de construção de capital social. (IRVING, 2002, p. 95)

Esta definição baseia-se nos princípios básicos formulados por Ignacy Sachs, (apud BRÜSEKE, 1998, p. 30), para dar uma nova visão ao conceito de desenvolvimento sustentável. Estes são:

a) satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e f) programas de educação.

O desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo, simultaneamente a integridade cultural e ecológica. No entanto, o desenvolvimento do turismo sustentável também envolve a tomada de medidas políticas vigorosas, baseadas em

trocas complexas em nível social, econômico e ambiental. Requer uma visão que abranja um maior tempo e espaço do que aquela que é tradicionalmente usada ao planejar e tomar decisões relacionadas com a comunidade. (OMT, 2003)

Pensando em alternativas, pesquisadores buscam ajustar as técnicas da interpretação do patrimônio, utilizadas nos países desenvolvidos, para atender as comunidades que têm potencialidade para o turismo, mas que, por desconhecerem ou não valorizarem os seus patrimônios, ficam à margem dos ganhos advindos da atividade turística.

4.2 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

A interpretação do patrimônio cultural e natural cumpre o objetivo de ajudar as localidades a criar uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento do turismo (MURTA; GOODEY, 1995). Ao invés de partir para correção ou instalação de infra-estrutura turística, a interpretação preza pela atratividade da comunidade. A interpretação do patrimônio surge como aliada do turismo na busca da sustentabilidade. Procura despertar nessa localidade as suas potencialidades a partir do olhar de quem mora, de quem vive, de quem constrói e reconstrói a história do lugar

La interpretación tiene, además, una estrecha relación con el turismo. En gran medida, sus destinatarios se encuentran en una actividad que persigue el ejercicio del tiempo libre y el conocimiento de una gente o unos escenarios distintos a los de su entorno habitual. Este particular turismo busca el entendimiento de otras formas de vida y otros paisajes, por lo que es necesario un instrumento que contribuya a esa comunicación (MORALES, 2001, p. 57).

Phillips (apud MORALES, 2001), defende que o interesse turístico em muitos tipos de interpretação tem certas vantagens: injeta recursos, cria novas e interessantes possibilidades e proporciona uma “aceitabilidade política” ao associar a interpretação a uma “indústria” promissora.

A interpretação, conforme Murta (2002), é um instrumento essencial na gestão do patrimônio e no desenvolvimento do turismo diversificado e sustentável por que:

- Diversifica as atrações turísticas e de lazer de determinada localidade;
- Provê oportunidades de aprendizagem informal no campo da educação ambiental e patrimonial;
- Orienta os fluxos de visitação, protegendo ambientes frágeis;
- Provê instrumental de planejamento em parceria com a comunidade;
- Racionaliza as ações dos órgãos de patrimônio, meio ambiente, planejamento urbano e turismo.

Já é reconhecido, desde 1977 pelas *Grampian Regional Council* y *Countryside Commission for Scotland*, o papel significativo da interpretação na ajuda do controle dos impactos ocasionados pelo turismo, potencializando os aspectos positivos e contribuindo para minar os negativos, quando a atividade é bem planejada.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) publicou, em 2003, o Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, onde no tópico planejamento de atrativos naturais e históricos, propõe a interpretação do patrimônio, como procedimento básico do planejamento turístico.

Uma experiência de visitante baseada no valor exige a interpretação como parte essencial do processo de planejamento de *design*. Os valores interpretativos não podem ser acrescentados com sucesso a um desenvolvimento ou operação como um realce de última hora. Os recursos interpretativos primários de um local precisam ser identificados antecipadamente no processo de planejamento (OMT 2003, p. 77).

A interpretação do patrimônio aplicada em um conjunto de bens culturais num dado território, pode gerar uma oferta de serviços “complementares” como hotéis, restaurantes, locais comerciais, transportes, comunicações, dentre outros. Também produtos podem ser criados, tendo todos os empreendimentos a

possibilidade de se utilizar dos símbolos revelados ou resignificados durante a interpretação do patrimônio, potencializando os ganhos de alguns residentes.

Dalibard (apud MORALES, 2001), chama atenção para que os habitantes de uma comunidade devam desejar o turismo não só pelos benefícios econômicos que isso comporta, mas porque se sintam orgulhosos do que possuem e queiram compartilhar com os outros, utilizando para isso os recursos da interpretação do patrimônio.

O turismo que utiliza a interpretação como elemento-chave para seus produtos gera benefícios econômicos. Qualquer que seja a modalidade do turismo - ecoturismo, turismo cultural ou outra -, a oferta de interpretação pode conferir valor adicional ao produto, atraindo mercados mais lucrativos. (WEARING ; NIEL, 2001, p.108)

Ainda segundo Wearing e Niel, a interpretação do patrimônio eficaz poder ser usada como base para o desenvolvimento de uma ética de conservação dentro da comunidade. Eles ainda apresentam os benefícios da interpretação do patrimônio para uma localidade, apresentadas no Quadro 6 (p. 71 e 72)

Benefícios	Explicação
<p><u>Promocionais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidades de tópicos que podem ser desenvolvidos • Uma forma sutil e sofisticada de promoção • Outras dimensões para promoções subseqüentes 	<ul style="list-style-type: none"> • A interpretação pode promover valores locais, direito de posse de terra, praticas e objetivos administrativos e a missão de uma autoridade administrativa. • A interpretação pode articular a promoção por meio de uma narrativa, sem fazê-la soar demasiadamente promocional e centralizada. • A interpretação pode prestar contínuos serviços de assessoria para reforçar e ampliar as idéias iniciais.
<p><u>Recreativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor agregado a experiência do visitante • Obtenção de uma experiência mais agradável • Ampliação do significado da atividade recreativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • A interpretação é uma atividade adicional às normalmente esperadas. Por exemplo, os sinais de interpretação realçam a caminhada por uma trilha, sendo que guias interpretativos são preferíveis àqueles que simplesmente apresentam atrações significativas quando elas se apresentam à vista. • A interpretação estimulante e conectada às emoções tende a tornar a experiência mais agradável. • A interpretação oferece maior significado às atividades, como por exemplo, a vista dos pontos de atrações turísticas.

Continua

Continuação

Benefícios	Explicação
<p><u>Educativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de aprendizado • Oportunidade de autodescoberta. 	<ul style="list-style-type: none"> • A interpretação gera experiências para os visitantes, aumentando seu conhecimento e entendimento do meio ambiente. • A interpretação gera experiências para os visitantes obterem um entendimento mais claro do seu papel no meio ambiente, e isso ajuda no processo de autodescoberta e auto-realização.
<p><u>Conservação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estímulo para consciência ambiental e uma ética de conservação mais ampla. • Aumento da consciência da regulamentação e dos códigos idealizados para minimizar os impactos. • Estímulo à mudança comportamental, minimizando os impactos pessoais sobre o meio ambiente. • Apoio às áreas de proteção. • A interpretação apresenta o valor das áreas de proteção a partir de uma variedade de perspectivas. 	<ul style="list-style-type: none"> • A interpretação estimula conceitos de responsabilidade pessoal na utilização dos recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. • Os programas de interpretação como campanhas de mínimos impactos, podem apresentar condições sutis para a mudança do comportamento do visitante, sem confrontação. • A interpretação apresenta idéias que as pessoas podem adotar. • Apoio às organizações administrativas das áreas de proteção. • A interpretação apresenta os desafios à administração de modo imparcial, expondo as restrições que enfrentam as agências administrativas responsáveis pelas áreas de proteção.
<p><u>Econômicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividade econômica • Emprego direto • Empregos indiretos Investimento 	<ul style="list-style-type: none"> • As operações turísticas que aplicam a interpretação contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico. Por exemplo, em 1995, a movimentação financeira da indústria de ecoturismo australiana foi estimada em US\$ 250 milhões. • Há muitas pessoas empregadas como intérpretes. Por exemplo, a Associação de Interpretação da Austrália tem 150 associados, a maioria dos quais são intérpretes para administradores de patrimônios naturais e culturais. Em 1995, cerca de 6.500 pessoas das quais 1.500 são funcionários em tempo integral estavam empregados pela indústria do ecoturismo australiana, com a folha de pagamento estimada em US\$115 milhões. • A atividade econômica gerada pelas organizações que empregam intérpretes próprios, cria empregos e riquezas indiretos. Por exemplo, os intérpretes precisam treinar fornecedores, artistas gráficos, fabricantes de sinais de identificação, expositores e construtores de centros de visita. • Investimentos em empreendimentos turísticos para a oferta de interpretação por meio de instalações e serviços. Em 1994, em <i>Queensland</i> do Norte, os gastos totais dos visitantes da <i>Wet Tropics World Heritage Area-WHA</i>, alcançaram US\$ 413 milhões. O equivalente, na época a 3,6% da receita de exportação da Austrália pela atividade turística.

Quadro 6: Benefícios da interpretação do patrimônio para as localidades.

Fonte: Wearing e Niel (2001, p. 104-109)

Gabriel J. Cherem, apresentou ao mundo, no congresso internacional de interpretação do patrimônio no Havaí, - *Third Global Congress of Interpretation* - os princípios do “turismo apropriado”, que seria “o turismo que vem da identidade cultural de uma região e ajuda a perpetuar a identidade patrimonial de uma área” (CHEREM,1988 apud GOELDNER, RITCHIE, MCINTOSH, 2002), advindos da interpretação do patrimônio comunitária. Tais princípios são os seguintes:

- 1 Auxilia ativamente na perpetuação do patrimônio cultural, histórico e natural de uma região;
- 2 Enfatiza e divulga a identidade cultural de uma área como sendo única no mundo;
- 3 Baseia-se na aplicação de habilidades de interpretação patrimonial;
- 4 *Auxilia*⁸ - em vez de capacita- os anfitriões locais a interpretar seu próprio patrimônio para os visitantes;
- 5 Faz com que os anfitriões locais valorizem seu patrimônio e melhorem suas relações com visitantes e suas capacidades de prestação de serviços;
- 6 Ajuda a perpetuar estilos de vida e valores locais;
- 7 *Possibilita*⁹ - em vez de capacita- aos anfitriões locais a planejar e proporcionar experiências culturais autênticas e significativas para seus visitantes;
- 8 É “*transcultural*” no sentido que anfitrião e visitante recebem uma experiência de enriquecimento mutuamente gratificante;
- 9 Representa uma programação que pode ser implementada em qualquer nível de desenvolvimento turístico, em praticamente qualquer ambiente turístico;
- 10 Representa uma abordagem de “valor agregado” ao turismo, uma vez que aumenta o nível e a profundidade do serviço genuíno prestado aos visitantes;
- 11 Representa uma abordagem do desenvolvimento do turismo sustentável, pois respeita e enfatiza o patrimônio de uma região e

⁸ Alteração feita pela autora da dissertação a fim de aproximar ao processo de interpretação apresentada no capítulo anterior.

⁹ Idem

capacita seu povo com a verdadeira base para o desenvolvimento turístico.

Esses princípios compõem a carta de Honolulu, que foi redigida e assinada pelos 230 representantes dos 30 países participantes do evento, em 1991.

Os primeiros princípios apresentam o propósito da interpretação do patrimônio de descobrir, revelar, contar e perpetuar, o máximo possível, o cotidiano, mitos, rituais, danças, músicas, culinária, arte, história, entre outros, porque, coletivamente, elas definem o sentido de lugar único de uma região. Preservar a raiz de um fenômeno cultural é tanto garantir a riqueza cultural de um local, como também tornar possível a viabilização de projetos auto-sustentáveis que fomentem o desenvolvimento econômico (FARIAS, G., 1999).

Ensinar o respeito ao passado, mais do que a sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável, menos submetido à lógica econômica de um mercado cada vez mais voltado para os jovens, seus hábitos e seus gostos (ou a falta e a volatilidade destes). É construir uma sociedade que respeite seus velhos como portadores de saberes e tradições que precisam e devem ser reinventados ou transmitidos, em sua integridade, às gerações futuras. Uma sociedade culta é uma sociedade cultivada, seja pelos meios formais de educação – a escola –, seja pelos informais – a família, os mestres, as práticas sociais etc. E será culta, no sentido mais amplo de portadora de uma cultura, na medida em que for capaz de escolher, no passado e no presente, aqueles – objetos, signos, pessoas, tradições etc. – com os quais quer construir sua linha do tempo no mundo. (CASCO, 2005, p. 1)

O processo de revalorização das particularidades e dos regionalismos culturais é inegável no atual momento histórico-social, negando o movimento de padronização e hegemonização no qual são incorporados costumes e valores de outras culturas aos hábitos do cotidiano, efeitos da globalização.

O produto turístico é caracterizado pela diversidade e não pela homogeneidade dos lugares. Por isso, as especificidades ambientais e culturais do lugar turístico devem ser mantidas, evitando-se a padronização paisagística e cultural global e o conseqüente desinteresse do turista.

A interpretação e preservação são temas centrais na discussão sobre autenticidade, e a interpretação do patrimônio provê a chave para o gerenciamento de sucesso. A interpretação é o ponto de partida e a preservação é o ponto culminante. (DRUMMOND, 2004 p. 17)

A interpretação do patrimônio vai de encontro à massificação do turismo, que contribui para a divulgação de estereótipos que tentam representar a riqueza cultural de cada região e de cada povo escolhido como destino turístico. O efeito desse fenômeno seria o desaparecimento, com o tempo, das características essenciais de uma comunidade, na medida em que os anfitriões, para atender à demanda turística, tentariam adequar o seu cotidiano às necessidades dos grupos visitantes, a ponto de perder seus referenciais, deixando de lado as suas próprias necessidades ou desejos simbólicos.

Enquanto produtor e consumidor do espaço, o turismo pode 'mercantilizar' as culturas locais, tornando-as objeto de consumo, causando dessa forma danos irreversíveis à identidade da comunidade anfitriã. Daí a importância de se criar uma harmonia entre as atitudes dos turistas e o comportamento da população local (HAZIN; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2000, p. 7).

O sentimento de pertencer promovido pelas ações de interpretação do patrimônio, através da cidadania, detém a possível subordinação do anfitrião à cultura e gostos dos visitantes. Quando há planejamento adequado e participação da comunidade local durante o processo de preparação de uma região para o desenvolvimento de atividades turísticas, o resultado final certamente será positivo. "A cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade" (GASTAL, 2001 apud HAZIN; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2001, p. 10).

Os benefícios advindos com as experiências de interpretação do patrimônio com comunidades, apontam para a perspectiva de um desenvolvimento turístico. Com a reconstituição histórica, por meio da memória coletiva, tem havido uma valorização do patrimônio cultural e de suas manifestações materiais e imateriais, ensejando a oferta de um destino turístico mais qualificado. Também acredita-se que a administração do patrimônio cultural pela comunidade local

proporcionará um desenvolvimento mais sustentável, resultando inclusive na sua salvaguarda.

A valorização do meio ambiente urbano e natural, da história, dos saberes e fazeres culturais, contribui para a diversificação do produto. Mais que informar, a verdadeira essência da interpretação do patrimônio é acrescentar valor ou realçar as experiências em um lugar, estimulando a apreciação ambiental e promovendo o entretenimento para os usuários e visitantes, induzindo estes a atitudes de respeito e proteção, pretendendo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo através de atitudes preservacionistas.

A interpretação do patrimônio deve ser encarada como recurso que permite a compreensão do passado histórico-cultural sendo de grande importância para o desenvolvimento local e para a consolidação da oferta turística, viabilizando nesse sentido o resgate do papel social do indivíduo. Nesta perspectiva, o turismo não pode ser visto apenas como uma atividade econômica, mas como uma possibilidade de formação humana, constituinte de novos sujeitos, que por meio desta vivência, se percebam no contexto social, como cidadãos, como produtos e produtores de cultura e com noção de pertencimento democrático e consciente aos bens materiais, patrimoniais e simbólicos (ALVES; JUNIOR; MARTINS, 2004).

Nesta ótica, a interpretação do patrimônio passa a ser considerada como vetor de desenvolvimento social quando possibilita a inclusão dos habitantes locais nas decisões acerca de como comunicar seu patrimônio. Deve partir também da comunidade a decisão de desenvolver a atividade turística na sua localidade.

Os lugares onde o turismo se instalou de cima para baixo, de forma autoritária diferem substancialmente daqueles onde se originou por decisão das próprias comunidades, reativando a economia, valorizando a cultura e os padrões locais. Neste último modelo, o turismo é bem-visto, não se fala mal deste, pois beneficia o lugar. [...] Onde ele se implantou assim, é bem-vindo, não gerou tantos conflitos, não houve a antipatia dos residentes, das comunidades. (CORIOLANO, 2006, p. 200)

Essa forma de entender o turismo leva ao conceito de turismo comunitário:

[...] turismo com base local, que busca a sustentabilidade socioespacial, prioriza os valores socioculturais e descobre formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados, e com uma nova visão do lugar e de turismo; um turismo que não é só do consumo, mas de troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural. (CORIOLANO, 2006, p. 201)

As possibilidades de emprego e renda das comunidades autóctones com a interpretação do patrimônio extrapolam a prestação de serviços para a atividade turística, atendendo à tendência das indústrias criativas, aquelas que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais, e possuem o potencial para a criação de riqueza e empregos através da geração e da utilização da propriedade intelectual.

5 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NA BAHIA

5.1 INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

No Brasil a primeira referência sobre a interpretação do patrimônio data de 1979, com a regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros, que indicava a necessidade de implantar programas interpretativos nessas áreas. Em 1994, o Ministério do Meio Ambiente, na definição de ecoturismo, apresenta as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, destacando a importância da interpretação do patrimônio como instrumento para consciência ambiental. (FARIAS, G., 2006)

No entanto, as primeiras experiências com a interpretação do patrimônio foram realizadas pela socióloga Stela Maris Murta, a partir da publicação da sua tese de mestrado, defendida em 1993, na Escola de Planejamento da Oxford Brookes University, Inglaterra. O enfoque do trabalho de Murta apresentou uma proposta de planejamento interpretativo urbano, onde diferentes técnicas de interpretação do patrimônio, utilizadas por instituições britânicas na valorização do patrimônio cultural e ambiental, passam a ser sugeridas para o município de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A publicação, *Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado - Um Guia*, foi divulgada em 1995, sendo a adaptação da tese de Murta *O papel da Interpretação do Patrimônio no Planejamento Urbano*, elaborada em parceria com Brian Goodey, professor de Murta no mestrado, que por conhecer o Brasil, se interessou pela idéia de escrever o livro-guia. Como presidente da Sociedade de Interpretação do Patrimônio da Grã Bretanha, Goodey orientou as pesquisas.

O livro foi resultado de uma parceria do Conselho Britânico, que financiou a pesquisa, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-MG e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Na direção da empresa Território Brasilis Consultoria, Murta organizou e executou o projeto: *Interpretação e Valorização de Sítios Históricos do Museu Aberto do Descobrimento - Made*, em Porto Seguro, na Bahia. O Made é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural Natural da Humanidade. Durante um ano, várias ações foram desenvolvidas: oficinas de interpretação com as comunidades locais; sinalizações indicativas e interpretativas de monumentos; produção de painéis com mapa ilustrado da área do Made; fixação de placas e painéis nos pontos mais visitados; confecção de folders trilíngues com informações de cunho histórico-cultural-ambiental; dentre outras.

Em 2002, Murta, juntamente com Celina Albano, também socióloga e sócia da Território Brasilis Consultoria, organizaram o livro *Interpretar o Patrimônio: Um Exercício do Olhar*. A publicação é uma coletânea de textos, de autores nacionais e internacionais, com artigos e estudos de caso, que visa apresentar as possibilidades da interpretação do patrimônio em estabelecer uma interface com o turismo, a preservação e o desenvolvimento das comunidades locais.

Mediante as obras de Murta, que se tornaram referencial para o estudo da interpretação do patrimônio no Brasil, vários estudos e pesquisas tiveram seu espaço no mundo acadêmico e muitos outros foram projetados na área de museologia, arquitetura e turismo. Os cursos de graduação de turismo, história e arquitetura e urbanismo, de algumas faculdades do país, inseriram nas suas grades curriculares a interpretação do patrimônio como disciplina.

Alguns exemplos de projetos sobre o tema:

- **Museu Joaquim José Felizardo / Porto Alegre – RS (2004):** Responsável pela conservação, pesquisa e divulgação dos

testemunhos materiais produzidos pelos porto-alegrenses ao longo dos anos;

- **Armazém de Turismo / Pimenta – MG (2005):** Realizado pelo curso de turismo do Senac Minas. Tornou-se uma alternativa para diversas famílias e também para os artesãos da cidade, que têm no artesanato sua fonte de renda, contribuindo com a manutenção da identidade regional;
- **Centro de Interpretação do Patrimônio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Potiribu (2001- arquivado)** projeto do Departamento de Ciências Biológicas / Bacia Hidrográfica do Rio Potiribu – RS: Realizado pelas professoras Maria Cristina e Mara Tissot, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul -UNIJUÍ;
- **Missão Jesuíta de Santo Inácio de Campos Novos / Santo Inácio de Campos Novos – RJ (2002):** Realizado pela professora Ângela Maria Moreira Martins – Laboratório de Lazer e de Espaços Turísticos do ProArq – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contemplou a participação comunitária no projeto, o resgate da importância histórica e sócio cultural da Missão, os fatores ligados à sua localização – sítio - e ao meio ambiente, sua atratividade e a busca de demanda turística para o local;
- **Plano Diretor (master-plan) do Conjunto Franciscano de Olinda (.jan 2006 em andamento) / Olinda – PE:** Desenvolver um plano diretor de recuperação e manutenção dos valores patrimoniais do Conjunto Franciscano de Olinda, visando a sustentabilidade do conjunto em longo prazo;
- **Projeto Museu da Araucária / Planalto das Araucárias; Serras Gaúchas – RS (2006):** Desenvolvido pela Associação Ecológica Canela – ASSECAN, envolvendo direta ou indiretamente os

seguintes agentes: prefeituras municipais, instituições de ensino e cultura, de extensão rural e conservacionistas. Promover a pesquisa e a educação ambiental para incentivar a regeneração ecológico-econômica do Planalto das Araucárias, constituindo-se uma rede de Centros de Estudos e Interpretação do Patrimônio Natural do Planalto;

- **Projeto Monumento em Movimento / Paraná (2006):** De autoria de Desire de Oliveira do Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná - UFPR. O projeto Monumento em Movimento se integra com os demais projetos do programa Arte na Universidade, participando com roteiros temáticos que conforme as especificidades, incluem visitas ao DEARTES e às oficinas onde os projetos se desenvolvem e leitura e interpretação do patrimônio urbano. O projeto Monumento em Movimento ministra oficinas de turismo cultural, faz passeios monitorados, roteiros temáticos e exibição de imagens, e se solicitado, atua junto ao Musa – Museu de Arte da UFPR;

- **Projeto Trilhas Interpretativas / Erechim – RS (1996):** Trata-se de um trabalho sob a responsabilidade da professora Elisabete Maria Zanin, realizado por profissionais e acadêmicos do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim, envolvendo alunos do ensino fundamental e médio das escolas da rede pública e privada do município de Erechim, no Rio Grande do Sul. Tem como missão propor novas formas de aplicação do conhecimento gerado na universidade, tendo por base os princípios da participação e da cidadania. O Projeto Trilhas Interpretativas é organizado em 8 sub-projetos, que propõem a interlocução entre universidade e sociedade, além de propiciar o diálogo entre os diferentes saberes de forma a articular as relações entre homem e natureza ou natureza e cultura, contribuindo para a mudança da mentalidade e do comportamento concreto das pessoas nos diferentes espaços sócio-ambientais.

Embora os sub-projetos estejam em desenvolvimento, podemos concluir que as atividades são fundamentais no processo da construção da cidadania.

A interpretação patrimônio também é tema de dissertações, monografias e artigos publicados em todo o Brasil, com destaque para o Paraná e a Bahia.

Foi fundada na Bahia, em 07 de maio de 2006, a Associação Nacional de Interpretação do Patrimônio – Brasil (ANIP-BR), a qual:

[...] promove a preservação e a conservação do patrimônio natural, cultural e histórico, revelado pelas comunidades e a elas destinado, através da Interpretação do Patrimônio. A Associação dá ênfase a Metodologia da Construção de **Atrativos Turísticos com as Comunidades**, levando em conta o imaginário, as crenças, os ritos, os mitos, os saberes e fazeres, os símbolos e arquétipos dos lugares, a partir dos bens tangíveis e intangíveis. Enseja o protagonismo das comunidades, da construção à gestão dos atrativos turísticos. (ANIP-BR, 2006)¹⁰

A ANIP-BR nasce com a pretensão de divulgar e fomentar a interpretação do patrimônio como processo, assim como tem sido trabalhada na Bahia.

5.2 A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA BAHIA-FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS

Na Bahia, a interpretação do patrimônio seguiu um novo caminho ao ser implementada pela professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, que fundamentou o processo utilizando a etnometodologia proposta por Coulon (1995), o cotidiano analisado por Certeau (1994), a mediação de Feuerstein (1994), a escuta sensível de Barbier (1997) e a fenomenologia.

Eny Kleyde Vasconcelos Farias, elaborou a metodologia da construção de atrativos turísticos com a comunidade, escolhendo para trabalhar com a

¹⁰ Disponível em <<http://www.interpretacaodopatrimonio.org.br>>. acesso em 06 jul. 2006

interpretação do patrimônio, a base filosófica da fenomenologia. A pesquisadora encara a comunidade na perspectiva fenomenológica sartriana, onde o trabalho implica a liberdade, encaminhando à responsabilidade e ao compromisso.

A abordagem de Sartre (1996) tem na pesquisa fenomenológica um nível argumentativo que lança mão de hipóteses e que não se prende apenas à aparição do mundo, na leitura dos fenômenos. O objetivo da perspectiva sartriana é decifrar o nexo existente entre os diversos comportamentos, gostos, gestos, emoções, raciocínios do sujeito concreto, ao extrair o significado que salta de cada um destes aspectos em direção a um fim. É esse nexo que define o sentido da vida de alguém, que explica os caminhos tranquilos ou sofridos que ele tomou para realizar seu ser. (SCHNEIDER, 2002)

O método fenomenológico propõe uma reflexão exaustiva, constante e contínua sobre a importância, validade e finalidade dos questionamentos, indagações e respostas obtidas. Apresenta-se como de natureza exploratória, ou seja, como interpretação aberta a outras interpretações, muitas vezes conflitantes e que marcam seu caráter polissêmico, sendo este o maior sinal de sua fertilidade. (COLTRO, 2000 apud BOAVA; MACÊDO, 2005, p. 77)

A fenomenologia é o estudo nascido na segunda metade do século XX, a partir das análises de Franz Brentano sobre a intencionalidade da consciência humana. Trata de descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção. O fenômeno, portanto, é o objeto da investigação fenomenológica, sendo a intuição o instrumento do conhecimento (VERA, 1980, apud BOAVA ; MACÊDO, 2005).

O método fenomenológico se opõe ao reducionismo, e ao método positivista do século XIX. Spiegelberg (1984), apresenta alguns passos dos métodos usados por vários fenomenólogos, entre eles: investigar os fenômenos particulares; investigar as essências gerais, captar as relações essenciais entre as essências; observar os modos de aparição e interpretar as significações ocultas.

Esse último passo apresentado caracteriza a abordagem fenomenológica-hermenêutica, que busca a relação entre a essência e o fenômeno pesquisado,

através de um círculo: interpretação – compreensão - nova interpretação (BOAVA; MACÊDO, 2005).

Em 1998, a pesquisadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias esteve em Israel para participar do curso do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), que foi criado pelo psicólogo romeno Reuven Feuerstein, sendo um aplicativo da Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, a qual utiliza como metodologia a Experiência de Aprendizagem Mediada, visando ampliar o potencial cognitivo do ser humano.

O PEI estimula as funções cognitivas do indivíduo, instiga o pensamento reflexivo, eleva o grau de abstração e de concentração, possibilitando a integração de conhecimentos a um contexto de relações. Desenvolve, no indivíduo, a consciência do seu potencial e a sua auto-estima real, provocam a efetivação de uma atitude ativa, geradora de informação e de motivação intrínseca.

Reuven Feuerstein é conhecido como um dos mais importantes psicólogos da sua geração. Seu programa é utilizado mundialmente de maneira efetiva, sendo aplicada no âmbito da Família, Educação, Cultura, Trabalho, Lazer e Esporte (BEYER, 1996).

Farias, E. trabalhava com cidadania e turismo na Chapada Diamantina, quando recebeu um convite do SEBRAE e da Fundação Garcia D'Ávila, para desenvolver um trabalho semelhante em Praia do Forte. O Projeto *Eu sou Praia do Forte* (Figura 1, p.85), foi iniciado em 1998, para mobilizar e sensibilizar a comunidade para as atividades do turismo.



Figura 1: Projeto *Eu sou Praia do Forte*- 1998
 Fonte: Acervo da EWG- *Projeto, Pesquisa e Qualificação* (2006)

De início, a comunidade se mostrou resistente por imaginar mais um trabalho de capacitação, sem continuidade e resultados práticos. Ao perceber a forma diferenciada da abordagem, na qual eram ouvidos pelos pesquisadores, tendo o cotidiano como temática dos encontros, a comunidade passou a se interessar pelo projeto e o número de envolvidos, estimado inicialmente em 40, chegou a 300 pessoas.

Nesse período, a pesquisadora teve acesso à publicação de Stela Maris Murta - *Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado - Um Guia* (1995). A partir de então, passou a acreditar existir uma similaridade dos objetivos propostos pela interpretação e o seu trabalho com a cidadania na relação com os projetos culturais. Tal fato motivou-a a pesquisar mais sobre a interpretação no mundo, resolvendo aplicá-la na Praia do Forte, com a continuidade do projeto. Para tanto, concebe a interpretação oriunda da hermenêutica da comunidade.

Para a realização do referido trabalho, adota a utilização da escuta-sensível proposta por René Barbier¹¹(1997). Com a atitude da escuta-sensível, procura-se reconhecer os sujeitos em seu lugar, na sua qualidade de pessoas complexas, dotadas de corpo, imaginação criadora, razão, afetividade, liberdade, em permanente interação.

¹¹ Professor do Departamento de Ciências da Educação na Universidade Paris Saint Denis

Barbier encontrou nos textos do indiano Jiddu Krishnamurti norteamentos para criar o que chama de abordagem transversal, ou uma sócio-psicologia clínica preocupada em levar em conta aspectos como pulsões individuais do ser humano e recriações contemporâneas da mitologia antiga para compreender fenômenos sociais.

Com o intento de potencializar a escuta, Farias, E. utilizou a metodologia proposta por Feuerstein, na aplicação da mediação do significado, da auto-estima real, e do sentimento de pertencimento, articulando-a ao patrimônio e escutando o imaginário, o cotidiano, os mitos, ritos, sistema de crenças, saberes e fazeres advindos dos atores sociais locais.

Com o uso dessas metodologias, a comunidade passou a revelar o seu imaginário de forma cada vez mais intensa, vindo com ele um sentimento poético existencial, espiritual e também científico. Esse imaginário individual e coletivo advindo do inconsciente, revela significados que muitas vezes são desprezados pelo turismo, mas que interpreta a comunidade e o lugar. Nesse momento, a pesquisadora foi buscar nas teorias de Carl Gustav Jung (1977) fundamentação para resignificar o que a comunidade lhe oferecia como resultados.

Jung, desenvolveu suas teorias, baseando-se na mitologia, história, viagens e suas próprias fantasias e sonhos de infância. Em suas longas viagens ao Quênia, Tunísia, Deserto do Saara, Novo México e Índia, entre outros lugares, estudou diferentes culturas e seus povos. Nestas viagens, formulou sua teoria do inconsciente coletivo, desenvolvendo uma distinção entre este e o inconsciente pessoal. Para o pesquisador, o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, ele é herdado. É um conjunto de sentimentos, pensamentos e lembranças compartilhadas por toda a humanidade. (ZAGO, 1999)

Para Jung (1977), o inconsciente coletivo é um reservatório de imagens latentes, chamadas de arquétipos ou imagens primordiais, que cada pessoa herda de seus ancestrais. A pessoa não se lembra das imagens de forma consciente, porém, herda uma predisposição para reagir ao mundo da forma que seus

ancestrais faziam. Sendo assim, a teoria estabelece que o ser humano nasce com muitas predisposições para pensar, entender e agir de formas determinadas.

A propósito, em Praia do Forte, os pássaros, as caretas, o castelo e as lendas do lugar têm mais representatividade para os moradores que nasceram e têm ancestrais no lugar, do que as tartarugas, comumente associada ao Projeto Tamar, instalado na localidade.

O resultado desse trabalho complexo e fundamentado, foi o surgimento de associações e grupos engajados com a cultura do lugar, revelando o patrimônio através da dança, do artesanato, da música, dentre outros aspectos. Foram criados pela comunidade, 16 atrativos culturais, entre eles: o Dia da Cidadania; Madrinhas da Praia do Forte, um grupo composto por 56 senhoras que zela pela manutenção da tradição e da religião na Praia do Forte; grupo musical Raízes da Praia do Forte; Projeto Semente; e o grupo de dança Aganju (Figuras 2 a 4).



Figura 2: Grupo Musical Raízes da Praia do Forte
Fonte: Acervo da EWG- Projeto, Pesquisa, e Qualificação- (2006)



Figura 4: Madrinhas da Praia do Forte
Fonte: Acervo da EWG- Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)



Figura 3: Aganju
Fonte: Acervo da EWG- Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)

Logo após este trabalho, houve outro convite para a implantação da interpretação do patrimônio na Costa dos Coqueiros, mais precisamente na

localidade de Imbassaí. Quando se identificou um sistema de crenças representado por mitos e narrações, contendo representações do imaginário com símbolos que se configuravam de maneira peculiar, sempre de forma oral, houve a necessidade da materialização desses símbolos e arquétipos, interpretados pela comunidade em teatro de fantoches e artesanatos, através de oficinas de arte.

Com as oficinas de interpretação, a comunidade criou representações dos mitos e dos símbolos do lugar nas sinalizações interpretativas, no artesanato, trilhas interpretativas e na configuração do símbolo do lugar, representado pela Rainha do Côco (Figura 5).



Figura 5: Rainha do Côco
Fonte: Acervo da EWG-Projeto, Pesquisa e Qualificação-(2006)

Os arquétipos presentes no inconsciente coletivo são universais e idênticos em todos os indivíduos. Estes se manifestam simbolicamente em religiões, mitos, contos de fadas e fantasias. Entre os principais arquétipos, estão os conceitos de nascimento, morte, sol, lua, fogo, poder e mãe. Após o nascimento, essas imagens preconcebidas são desenvolvidas conforme as experiências do indivíduo.

Os arquétipos constituem o inconsciente coletivo, base da psique, estrutura imutável, espécie de patrimônio simbólico próprio de toda a humanidade. (ROUDINESCO e PLON, 1998 apud ZAGO, 1999)

Novamente, a pesquisadora viu-se obrigada a retomar os estudos utilizando Jung, com a psicologia analítica na busca dos significados dos símbolos. Recorreu a outros tantos autores em suas diversas obras: Gramsci, Piaget, Bourdieu, Freud e Paulo Freire.

O trabalho seguinte foi em Guaibim, na Costa do Dendê. O projeto foi desenvolvido em apenas dois meses e surpreendeu pela adesão da comunidade, 250 pessoas. Registrou a memória da comunidade sobre a história do lugar e obteve como resultado uma encenação teatral a céu aberto, artesanato identitário advindo de oficinas e o samba de roda singular com coreografias (Figuras 6 a 9).



Figura 6: Samba de roda coreografado
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)



Figura 7: Oficina de Teatro
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)

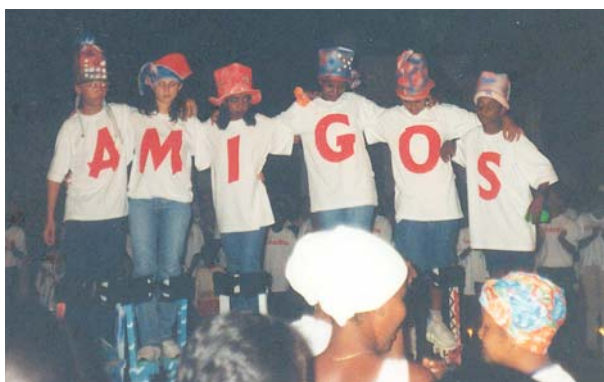


Figura 8: Encenação de Teatro
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação (2006)



Figura 9: Oficina de arte
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)

No mesmo ano, 1999, iniciou-se o projeto na Reserva Indígena da Jaqueira e na Aldeia Pataxó de Barra Velha, com o povo Pataxó, na região de Porto Seguro, Costa do Descobrimento (Figura 10). O trabalho durou apenas um mês e meio e a pesquisadora se viu diante de mais uma forma de conviver, ou seja, cada comunidade possui seu tempo específico, onde os índios não seguem o tempo cronometrado pelo “relógio dos brancos” e sim pela natureza. Tal pesquisa obteve resultados surpreendentes, com códigos simbólicos.



Figura 10: Ritual indígena na Reserva da Jaqueira
Fonte: Acervo da *EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação*-(2006)

Os índios solicitaram a permanência da pesquisadora na aldeia por mais tempo, contudo, a falta de verba do órgão solicitante impediu o prolongamento das pesquisas, que tiveram como resultado a recuperação da memória de quatro rituais, além da apropriação dos índios sobre seus saberes, que estavam sendo explorados por outros, e da discussão sobre a cidadania do povo Pataxó.

Após os resultados com o povo Pataxó, Farias, E. recorreu aos livros de Campbell¹²(1990) e as obras de Mircea Eliade¹³ (1998), no intuito de aprofundar conhecimentos sobre os mitos, o imaginário e os símbolos.

¹² Joseph Campbell, é considerado como um dos maiores mitólogos de todos os tempos. Para Campbell, a riqueza dos mitos não está em elucidar ou revelar algum tipo de significado para a vida, mas o de ser um registro simbólico da própria experiência de estar vivo. O mito capta a vida no seu eterno fluir. Autor de diversas obras sobre o assunto destacando se: **O Herói de Mil Faces** (1997) , **O Poder do Mito**(1990), onde apresenta uma

Em 2001, foi implementado o projeto A Forte Evocação dos Fortes - Interpretação Patrimonial: Do Bonfim a Mont Serrat, na Península de Itapagipe, em Salvador. O objetivo do projeto era ocupar as dependências do Forte de Mont Serrat com atrativos criados pelos residentes locais a partir do trabalho de interpretação do patrimônio ambiental, cultural e histórico.

O processo de interpretação resultou em cinco atrativos:

- **ADOCCI e Identidade Cultural**

Constituída pela Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (ADOCCI), onde senhoras moradoras do bairro aumentavam suas rendas com a confecção de alimentos sob encomenda. Com a mediação, foi possível resgatar da arte culinária as raízes africanas, indígenas e portuguesas, típicas do cardápio baiano. As indumentárias, os utensílios e decorações do ambiente onde vendem as iguarias foram identificados na cultura afro-brasileira, tomando os arquétipos de Omolu, Obaluaê e Oxalá (Figura 11). As cores dos orixás, bege e branca, foram utilizadas pela Adocci em seus utensílios e roupas. (FARIAS, E. apud MURTA, 2002)



Figura 11: ADOCCI no lançamento dos atrativos no Forte de Monte Serrat
Fonte: Rejane Mira (2001)

visão ampla e profunda sobre a questão do mito e **As Transformações do Mito** (1990), coletânea de treze palestras proferidas por Campbell quase no final de sua vida abordando, dentre outros, temas como as origens do homem e do mito, o mito dos índios americanos, deusas e deuses no período neolítico, o Egito, o Êxodo e Osíres. <http://www.salves.com.br/jb-campbell.htm>: acesso em 31-08-2006

¹³ Uma das maiores autoridades no estudo das religiões, é considerado também um filósofo. Suas obras tornaram-se básicas e imprescindíveis para aquele que queira ou só informar-se a respeito ou aprofundar-se no conhecimento. Estudou a linguagem dos símbolos, usada em todas as religiões para chegar às origens, que se situam sempre no sagrado. Morou em Portugal e na França, onde escreveu **O Mito do Eterno Retorno** (1990). A interpretação essencial de Eliade para as culturas religiosas e a análise de experiência mítica caracterizava suas obras. www.salves.com.br/jb-eliade.htm acesso em 31/08/2006

- **Artesanato com Identidade Local**

O artesanato já era feito pela Sociedade dos Artesãos de Alagados de Salvador, porém não apresentava identidade com a Península de Itapagipe, a não ser com a Igreja do Bonfim. Através de fotografias, da “escuta”, de desenhos planos -*mental maps*- , mediação do sentimento de pertencer ao lugar e pelo sentimento de patrimônio, buscou-se a representação do cotidiano, dos símbolos, ícones, histórias, crenças e belezas paisagísticas e arquitetônicas nos motivos para os bordados, esculturas, objetos de decoração, pintura, serigrafia, tecelagem, tapeçarias e outros artefatos (Figura 12). (FARIAS, E., apud MURTA,2002)



Figura 12: Artesanato no lançamento dos atrativos no Forte de Monte Serrat
Fonte: Rejane Mira (2001)

- **Itapagipe Canta**

Grupo musical e de dança, cujos componentes elaboraram onze músicas valorizando a história desta península e criaram coreografias e vestimentas, cuja estética se expressa em símbolos de yemanjá (Figura 13).



Figura 13: Itapagipe Canta no lançamento dos atrativos no Forte de Mont Serrat
Fonte: Rejane Mira (2001)

- **3 Elementos**

O atrativo assim chamado era composto pelas peças produzidas pelo artista plástico José Carlos Quarenta e seus dois filhos. Através da mediação, visando a representação do cotidiano e a natureza da península, foram produzidos entalhes em madeira e desenhos, reproduzidos por meio de serigrafia em papel e camisetas (Figura 14). Os



Figura 14: Loja do 3 elementos no lançamento dos atrativos no Forte de Mont Serrat
Fonte: Rejane Mira (2001)

trabalhos retratavam cenas das pescas artesanais: pesca de fifó, siri com curupixéu, siri com jereré, mergulho com arpão, rede com canoa, rede com calão, tarrafa, linha de fundo e a coleta dos mariscos.

Trilha da Fé

Roteiro turístico religioso interpretado e ritualizado, no qual duas senhoras residentes no local apresentam sete lugares “sagrados” da península. (Figura 15)

Em cada local visitado pela “Trilha da fé da

Península de Itapagipe”, os participantes eram convidados a assistir e vivenciar orações, cânticos e reflexões propostas pelas informantes. Outros produtos e serviços foram agregados a este roteiro, a fim de interagir os visitantes ao cotidiano local, apresentando-lhes as paisagens do bairro, compondo assim, um misto de história, cultura e ambiente. Esse atrativo baseava-se em arquétipos cristãos e nas histórias do cotidiano de Itapagipe.

O projeto foi amplamente divulgado pela mídia na época do lançamento dos atrativos, realizado no Forte de Mont Serrat, como exemplo de parceria entre academia, exército e comunidade. No entanto, houve descaso dos órgãos públicos ligados ao turismo que não fizeram nenhum tipo de divulgação dos atrativos, ou mesmo analisaram a possibilidade de inseri-los nos roteiros oficiais da cidade



Figura 15: Simulado da Trilha da Fé
Fonte: Rejane Mira (2001)

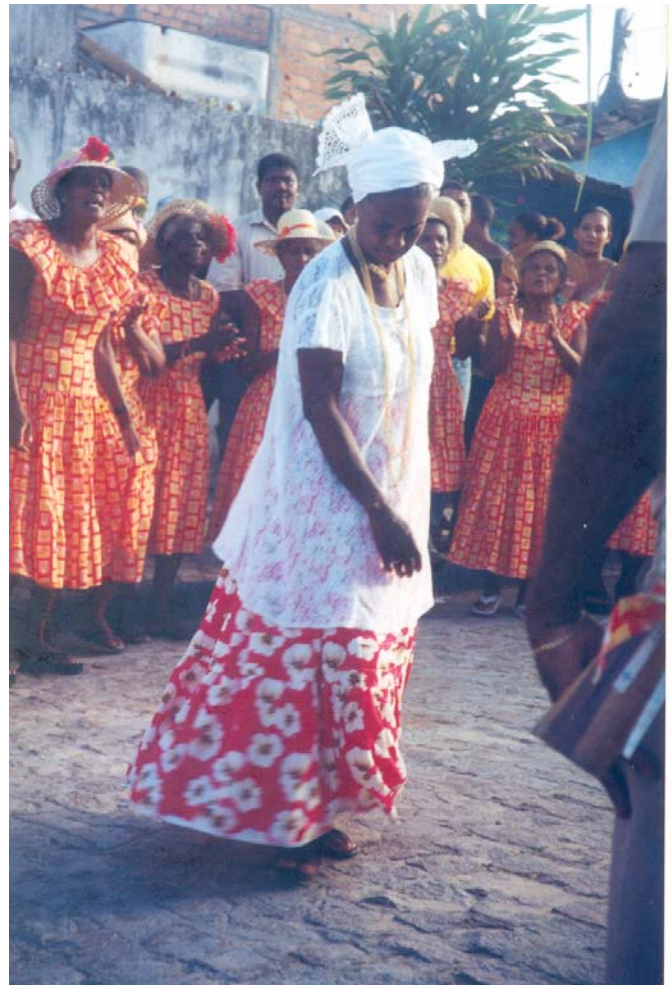


Figura 16: Terno de reis Zé de Vale-Ilha de Gameleira
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)

(*city tours*). Sem visitação, o Forte acabou não gerando a sustentabilidade necessária para os grupos. Meses depois, o exército solicitou o espaço, ficando os grupos sem ter lugar para expor seus produtos. Hoje, mesmo com tais empecilhos, alguns atrativos continuam no mercado, exatamente por oferecerem produtos diferenciados, sendo fiéis a identidade local.

Outro destacado trabalho foi o projeto Interpretação do Patrimônio – Ilha de Vera Cruz, desenvolvido entre 2002 e 2004, com o objetivo de promover o resgate cultural dentro das comunidades locais e assim possibilitar a criação de novos roteiros turísticos para a Ilha. Respeitando sempre as raízes culturais de cada grupo, ele englobou desde trilhas para caminhadas ecológicas até grupos de dança e mergulhos de superfície em áreas de proteção ambiental.

Ao todo, foram cerca de 500 pessoas envolvidas no trabalho realizado, tendo sido desenvolvidos 45 atrativos turísticos (25 prontos para a venda em 2004), todos elaborados a partir do respeito e da valorização dos aspectos históricos, naturais e culturais de cada comunidade envolvida no projeto (Figura 16, p.93). Segundo Farias, E., o maior mérito do projeto, além dos já citados, é que os atrativos foram construídos e formatados com a participação direta da comunidade, entendendo-se como a construção de conhecimentos com os atores sociais.

Outro aspecto relevante do projeto de interpretação do patrimônio da Ilha de Vera Cruz, foi a compreensão da importância do seu patrimônio pela comunidade. Tal entendimento, levou a comunidade a desenvolver idéias próprias na busca pela reconstrução de sua história e cultura, bem como no cuidado com o meio ambiente.

Neste período, Farias, E. intensificou pesquisas sobre Maria Filipa de Oliveira (Figura 17), personagem importante da Ilha de Itaparica, que após a recuperação da



Figura 17: Retrato de Maria Filipa feito pela perita técnica Filomena Orge
Fonte: Acervo da EWG-Pesquisa, Projeto e Qualificação- (2006)

memória histórica realizada pela pesquisadora, transformou-se na heroína negra da independência da Bahia, hoje integrada oficialmente ao cortejo das festividades do 2 de julho – Independência da Bahia.

O resultado para o turismo é que projetos de valorização ambiental, reavivamento de manifestações culturais e ações voltadas para a reconstrução do significado histórico de determinados espaços da Ilha, surgiram demonstrando que a Ilha de Itaparica possui comunidades ricas culturalmente e que podem ocupar um importante espaço na estratégia de desenvolvimento turístico da localidade e do Estado da Bahia.

Apesar da existência de questões ligadas à acessibilidade e infraestrutura turística da Ilha, é fundamental destacar que o projeto de interpretação do patrimônio desenvolvido, visou construir, com a comunidade, soluções para a geração de ocupação e renda, de forma sustentável, no setor turístico. As ações complementares para tornar a Ilha um local de efetiva visitação turística, deveriam ter surgido com a responsabilidade de um maior número de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, bem como de outras instituições de ensino e pesquisa.

Acompanhando o desenvolvimento desta tendência, o Programa Cara Brasileira do SEBRAE nacional, lançou vários projetos para valorização da identidade local como diferencial competitivo. Uma das linhas de atuação foi o artesanato, na qual, no estado da Bahia, as ações do Programa de Artesanato compunham o Bahiarte. O objetivo era fomentar o pensamento que “desenvolver produtos artesanais de referência cultural significa valer-se de elementos que remetem o produto à sua origem” (SEBRAE, 2006). . Esta referência está presente no uso de certos materiais e técnicas de produção típicas de cada região, no uso de elementos simbólicos que fazem menção à visão de mundo e às origens de seus produtores. Encontra-se também no uso de figuras e cores da fauna e da flora; no retrato dos tipos humanos e seus costumes mais singulares; no uso das matérias-primas nativas e técnicas passadas por gerações

As referências culturais e seus atributos são cada vez mais valorizados por um mercado globalizado e ávido por produtos diferenciados. Conhecer as origens, o passado e a história do

produto artesanal, é o ponto de partida para a construção desta identidade. Estes elementos servem para agregar valor aos produtos artesanais, tornando-os diferenciados (NETO, 2006, p. 2).

Em 2003, Eny Farias, se depara com outro desafio, um projeto que pudesse contribuir para a valorização das tradições regionais, na habilidade dos artesãos e nas relações existentes no interior dos grupos trabalhados. Nas localidades indicadas para o trabalho de identidade cultural em artefatos, os artesãos apresentavam conteúdos poéticos nos significados dos símbolos. Foi necessária a identificação dos significados dos símbolos através do uso da imagética, através das fotografias do lugar registradas pelos artesãos e comunidade.

A partir deste momento, a pesquisadora buscou fundamentos em Gaston Bachelard (1993) e Jung (1977), para compreender como a relação de alguns mitos e ritos com o cotidiano evidenciavam o conteúdo poético.

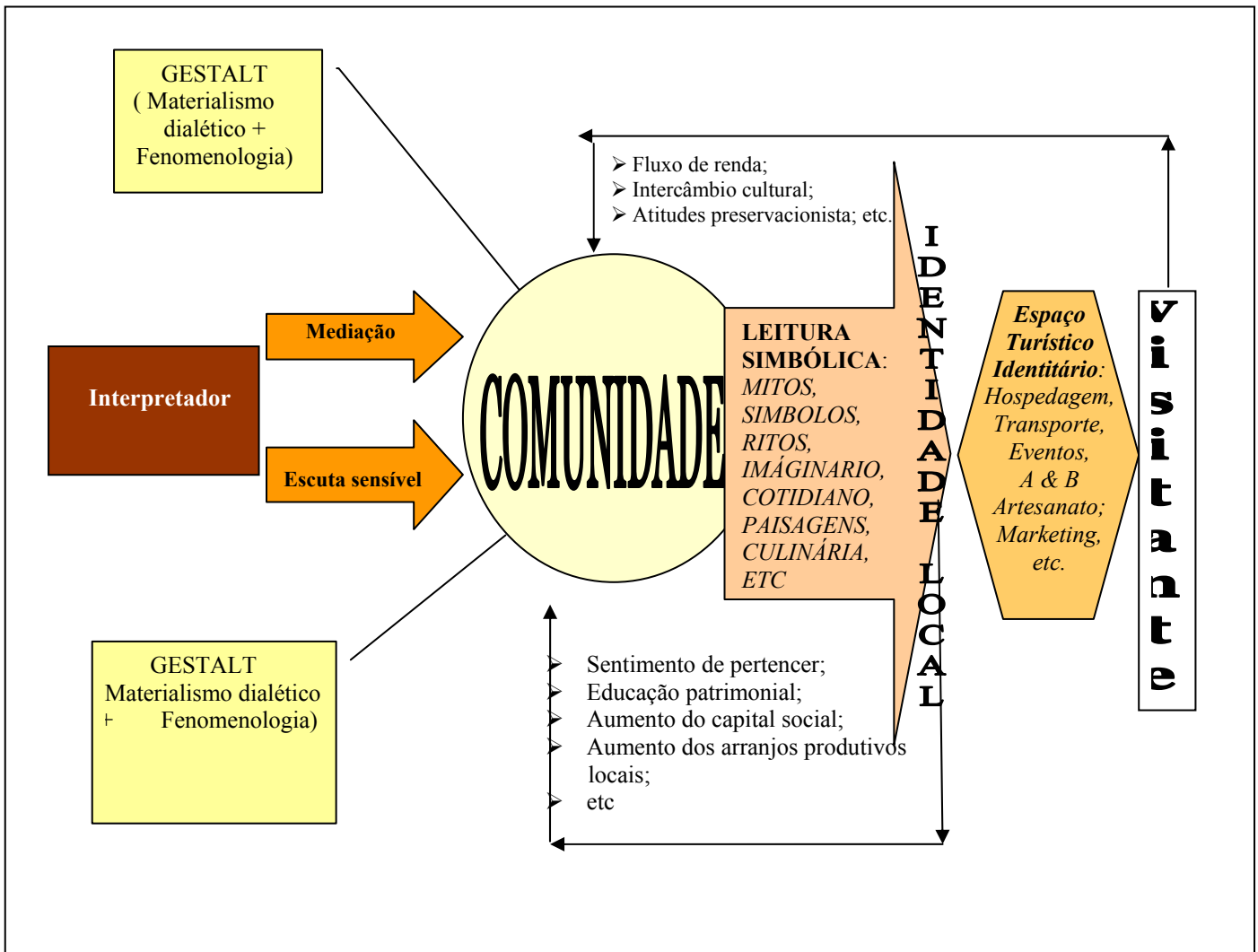
As localidades pesquisadas foram:

- Iaçú;
- Barra;
- Bom Jesus da Lapa;
- Irapá;
- Santa Rita de Cássia;
- Maragojipinho;
- Salinas da Margarida.

A interpretação do patrimônio como processo, foi construída agregando-se as teorias da educação, da psicologia, em um processo fenomenológico, requeridas pelas necessidades de cada comunidade trabalhada, como supra citado.

Não existe um modelo padrão de interpretação do patrimônio, pois cada localidade é singular e requer um processo diferenciado, cabendo ao pesquisador ter sensibilidade para aplicar a metodologia que lhe for mais propícia. No entanto, evidencia-se no processo aplicado ao turismo, a comunidade como elemento centralizador dos saberes e fazeres. A partir da mediação e da escuta-sensível, os

residentes locais passam a revelar seu patrimônio, natural e cultural, através da identidade local no formato de mitos, rituais, músicas, situações do cotidiano, etc. Essa identidade pode ser representada nos serviços e produtos que são disponibilizados aos visitantes, como artesanato, culinária, apresentações teatrais, etc. A síntese dessa linha de trabalho para o turismo pode ser visualizada no Quadro 7.



Quadro 7: Quadro conceitual da relação entre a Interpretação do Patrimônio e o Turismo formulado por Farias, E. Fonte: Elaboração própria, 2006

6 CORREDOR CULTURAL DO CURUZÚ

Entendendo que trabalhar a cultura e o turismo de uma maneira ampla possibilita uma gama de ações integradas na formação do produto turístico, influenciando nos índices de crescimento da economia através da promoção de competitividade e do desenvolvimento sustentável dos micros e pequenos empreendimentos, foi estruturado o Projeto de Desenvolvimento dos Pequenos Empreendimentos Culturais (SEBRAE, 2004). Na Bahia, em um primeiro estudo, identificou dois lugares para implantação do projeto piloto: o município de Lauro de Freitas, e o bairro da Liberdade, em Salvador, sendo este último contemplado inicialmente.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURUZÚ

O município de Salvador é constituído oficialmente por um único distrito e por 22 subdistritos. Não existe na legislação vigente a delimitação dos bairros. Entende-se como *Distrito*, as unidades administrativas dos municípios, criadas através de leis ordinárias emanadas das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito. *Subdistritos*, por sua vez, são as unidades administrativas municipais, normalmente estabelecidas nas grandes cidades, criadas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito. Já o termo *Área de Ponderação* é definido como uma unidade geográfica constituída por um agrupamento de setores censitários, que pode abranger um ou mais "bairros". No caso de Salvador, a existência dos bairros é apenas cultural, não havendo um limite determinado por lei (IBGE, 2006).

A partir desta organização do município de Salvador, o Curuzú está localizado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no subdistrito de Santo Antônio, na Liberdade.

Segundo divisão da Prefeitura Municipal de Salvador, o Curuzú pertence à Administração Regional IV – Liberdade (Quadro 8).

RELAÇÃO DE BAIROS E MICRO REGIÕES DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL IV LIBERDADE	
Antônio Balbino	Japão
Bairro Guarani	Jardim Eldorado
Baixa dos Frades	Jardim Vera Cruz
Baixa da Mangabeira	Largo do Tanque
Baixa de Quintas	Liberdade
Barros Reis	Nova Divinéia
Bem Amado	Novo São Cristóvão
Caixa D'Água	Pau Miúdo
Cidade Nova	Pero Vaz
Conjunto Asteca	Perineus
Curuzú	Queimadinho
Dois Leões	Rocinha
Enc. Órfãos de São Joaquim	Santa Mônica
Freitas Henrique	São Cristóvão
IAPI	Sertanejo
Invasão de San Martim	Sieiro

Quadro 8: Relação dos Bairros da Região Administrativa IV

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (2006)

Esta dissertação utiliza a terminologia bairro para o território do Curuzú.

A Liberdade está situada na parte alta da cidade de Salvador, e abrange as localidades conhecidas como Soledade, Lapinha, Sieiro, Japão, Duque de Caxias, Curuzú, Cravinas, Bairro Guarani, Alegria, Jardim São Cristóvão, São Lourenço e parte do Largo do Tanque e da Baixa do Fiscal, segundo dados da SEPLAM.

A origem do nome Curuzú é indefinida. Alguns moradores afirmam que este nome tem origem Yorubá, significando crianças pagãs, enquanto outros dizem significar cruz em tupi guarani. Outra versão, explica que o nome se deu a um índio, chamado Curuzú, que se destacou nas batalhas pela independência da Bahia e que viveu na localidade, tornando-se uma referência histórica de resistência e luta (HURST; BRITO, 1997).

Na primeira metade do século XX, a região que compreendia o bairro da Liberdade, incluindo o Curuzú, se chamava “Estrada da Boiada”, e era o caminho em que se conduziam os bois das regiões circunvizinhas ao único matadouro de Salvador, localizado no Retiro. Esta região apresentava uma vasta vegetação entre poucas casas existentes, se caracterizando por uma zona peri-urbana coberta por uma vegetação capoeira (matagal, árvores frutíferas, e outros).

Ainda segundo Hurst e Brito (1997), relatos apontam que a área do Curuzú era habitada substancialmente por descendentes de africanos - remanescentes dos vários quilombos que compunham essa paisagem há séculos passados -, que organizavam seu espaço em autogestão, onde a comunidade se responsabilizava por tudo que acontecesse com os seus membros. O senso de comunidade existente entre os membros perdura até os dias atuais, especialmente nos acordos informais que caracterizam as relações políticas e econômicas no bairro.

Por volta do ano de 1930, existiam quatro chácaras, localizadas no Curuzú, que tomavam a maior parte da área do bairro. Havia uma grande extensão de vegetação florestal, composta de árvores como mangueiras e jaqueiras, que caracterizavam a região não muito povoada. Com o passar dos anos, as chácaras foram sendo loteadas e vendidas, o que proporcionou o aumento da população.

Na década de 1950, o Curuzú passa por sua primeira modificação urbanística, ligadas ao crescimento de Salvador, com a chegada do abastecimento de água, implantação de esgotos e calçamento, que se deu em 1968. Nessa mesma época, serviços de saúde e educação começam a ser implantados no bairro (HURST; BRITO, 1997).

Atualmente, o Curuzú limita-se ao norte com a Avenida San Martim e São Caetano, ao sul com o Pero Vaz, a leste com a San Martin e Fazenda Grande e a oeste com a Lima e Silva e o núcleo central da Liberdade (SEPLAM, 2006).

Até o ano de 2000, o IBGE tomava como área de ponderação, para realização do censo, toda a Região Administrativa IV – Liberdade, com as

localidades apresentadas no Quadro 8 (p. 99), tendo um crescimento geométrico tímido de 0,5% entre os anos de 1991 e 2000. Ainda assim, devido à sua extensão área (720 ha) e densidade demográfica (260,3 hab/ha), a Liberdade é o bairro mais populoso da Região Metropolitana de Salvador , conforme dados da Tabela 1 (p. 102).

O Curuzú é um bairro altamente negro, um bairro de pessoas conscientes, pessoas que reconhecem sua negritude, a sua importância e que lutam pelos seus direitos, que por muito tempo lhes foi negado. É um bairro diferenciado dos outros bairros porque as pessoas do Curuzú estão o tempo todo buscando seus direitos. (VALDIRIA LOPES – AMAC, 2006)

A partir de então, o subdistrito do Santo Antônio foi subdividido em setores compostos por: Liberdade, Bairro Guarani, Sieiro e Japão; Curuzú; IAPI e Santa Mônica; Pau Miúdo e Cidade Nova; Caixa D'Água, Lapinha, Soledade e Queimadinho; Barbalho, Macaúbas, Santo Antônio e Água de Meninos; Pero Vaz.

Tabela 1 : População Residente, Taxa de Crescimento Média Anual, Densidade Populacional e Número de Domicílio, Segundo RA, Salvador 1991-1996-2000

Região Administrativa RA	Área (ha)	População / ano			Taxa De Crescimento Geométrico %			Densidade (hab/ha)		
		1991	1996	2000	91/96	96/00	91/00	1991	1996	2000
I - Centro	698	92.971	84.449	85.614	-1,9	0,3	-0,9	133,2	121,0	122,7
II - Itapagipe	733	147.303	146.170	159.050	-0,2	2,1	0,9	201,0	199,4	217,0
III - São Caetano	954	194.995	202.862	211.580	0,8	1,1	0,9	204,4	212,5	221,8
IV-Liberdade	720	184.852	161.845	187.447	-0,3	0,8	0,2	256,7	252,6	260,3
V- Brotas	1.115	174.578	181.218	191.013	0,7	1,3	1,0	156,6	162,5	171,3
VI- Barra	584	87.221	84.806	83.772	-0,6	-0,3	-0,4	149,3	145,2	143,4
VII-Rio Vermelho	608	147.336	149.816	157.114	0,3	1,2	0,7	242,3	246,4	258,4
VIII -Pituba/ Costa Azul	1.123	90.025	96.982	104.781	1,5	2,0	1,7	80,2	86,4	93,3
IX- Boca do Rio /Patamares	1.970	62.221	72.531	82.818	3,1	3,4	3,2	31,6	36,8	42,0
X - Itapuã	4.513	122.898	140.793	175.020	2,8	5,6	4,0	27,2	31,2	38,8
XI - Cabula	1.012	108.672	122.560	137.339	2,4	2,9	2,6	107,4	121,1	135,7
XII - Tancredo Neves	1.536	151.891	162.680	188.444	1,4	3,7	2,4	98,9	105,9	122,7
XIII - Pau da Lima	2.135	143.688	171.046	204.383	3,5	4,6	4,0	67,3	80,1	95,7
XIV - Cajazeiras	1.392	89.454	98.789	118.197	2,0	4,6	3,1	64,3	71,0	84,9
XV - Ipitanga	3.991	15.042	26.489	36.616	12,0	8,4	10,4	3,8	6,6	9,2
XVI - Valéria	2.158	43.967	54.432	67.985	4,4	5,7	5,0	20,4	25,2	31,5
XVII - Sub. Ferroviários	2.684	213.116	228.634	245.217	1,4	1,8	1,6	79,4	85,2	91,4
XVIII - Ilhas	3.028	5.053	5.437	6.717	1,5	5,4	3,2	1,7	1,8	2,2
Total Geral	30.954	2.075.273	2.211.539	2.443.107	1,3	2,5	1,8	67,0	71,4	78,9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1991, 2000) e Contagem de População (1996).

Sendo assim, em 2000, o Curuzú passa a ter uma estatística própria, apresentando o perfil que segue na Tabela 2.

Tabela 2: População Total, Domicílios Ocupados e Rendimento em Salário Mínimo do Curuzú

População Total	15.266
Domicílios Ocupados	4.467
Rendimento em salário Mínimo	2,33

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico (2000).

O Curuzú é um bairro de periferia caracterizado pela formação de consecutivas depressões que chamam atenção pelo grande número de encostas utilizadas para submoradia. O nível de presença de áreas verdes é bastante reduzido, por conta da ocupação desordenada do solo.

Existem duas escolas estaduais, a Escola Celina Pinho e o Colégio Tereza Conceição de Menezes, além de uma outra mantida pelo projeto de extensão pedagógica do Bloco Ilê Aiyê, a Escola Mãe Hilda, sendo que todas oferecem ensino do primeiro grau (FGM, 2005).

Em 1990, foi fundada a Associação do Moradores e Amigos do Curuzú (AMAC), que a partir de então passa a mobilizar os residentes para melhorias do bairro, juntamente com instituições públicas e as outras entidades existentes no bairro, como : Ilê Aiyê, Bloco Oriobá, Bloco Alabê, Espaço Canto Livre, MNU (Movimento Negro Unificado) e o Blocão da Liberdade.

O Curuzú é um grande quilombo. É uma comunidade de negros que sempre esteve na vanguarda e hoje é referência no bairro da Liberdade e em Salvador, pelas suas características de resistência. (ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS - VOVÔ DO ILÊ AIYÊ, 2006)

O Curuzú possui 16 terreiros de candomblé, diversas manifestações culturais, quatro entidades carnavalescas, além de moradores artistas plásticos, compositores e líderes religiosos, consagrados nacionalmente. Em sua rua principal, concentram-se diversos empreendimentos culturais.

O Curuzú possui uma população de baixa renda e sofre com muitos problemas de infra-estrutura urbana. A sua história está relacionada à história do bairro da Liberdade, que, na segunda metade do século XIX, era conhecido como Estrada da Boiada, por onde passavam os animais que eram levados para o matadouro do Retiro. O Curuzú surgiu da necessidade de novos espaços para habitação: os moradores passaram a arrendar as terras da família Martins Catharino, construindo suas casas e promovendo o lento crescimento do bairro. Algumas famílias estão no lugar há mais de um século (SOUZA, 2004, p.1).

O Ilê Aiyê é sem dúvida a instituição mais famosa e atuante no Bairro.

6.2 ILÊ AIYÊ

Ilê Aiyê, primeiro bloco afro da Bahia, inicia sua história em 1º de novembro de 1974, no Curuzú. Com 3 mil associados, o Ilê Aiyê é hoje um patrimônio da cultura baiana, um marco no processo de reafricanização do carnaval da Bahia.

A entidade tem como objetivo preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. Para isso, busca difundir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos os afro-brasileiros na luta contra as mais diversas formas de discriminações raciais, desenvolvendo projetos carnavalescos, culturais e educacionais, resgatando a auto estima e elevando o nível de consciência crítica, através do lúdico.

O Ilê Aiyê é hoje uma Associação Cultural, muito mais do que um bloco de Carnaval. Dentre os seus feitos, mantém a Escola Mãe Hilda, pagando os professores, material didático-pedagógico, uniforme das crianças e alimentação.

A escola teve início entre os anos de 1988 e 1989, com as filhas de Mãe Hilda oferecendo ajuda a crianças que tinham dificuldades de aprendizagem evadidas da rede pública com históricos de bi-repetência e indisciplina, que não queriam mais ficar na Escola. O número de crianças aumentou muito rápido, para acomodar as crianças. Mãe Hilda que sempre alimentou o sonho de seu Terreiro ser um espaço de educação formal, encorajou-se e pediu ao então Secretário de Educação (Dr. Edvaldo Boaventura) algumas carteiras e equipamentos (mesmo usados) para atender àquela clientela. O seu pedido fora atendido e a Escola começou a funcionar no “barracão” das festas sagradas, com duas professoras, no mesmo espaço, atendendo aos alunos de níveis diferenciados. Era uma classe “multiseriada”.

Com a nova sede do Ilê Aiyê, a Escola Mãe Hilda encontra-se no primeiro piso, com duas área de lazer cobertas, 04 salas de aula com mais de 50 m², refeitório, Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica, Sala da Secretaria, Sala dos Professores, sanitários específicos e uma ampla biblioteca com cerca de 100 m². O processo de Autorização de Funcionamento da Escola Mãe Hilda já está tramitando na Secretaria de Educação do Estado. Atualmente a escola oferece ensino da alfabetização à 4ª Série com 174 alunos de 6 a 15 anos, oito professores, uma secretaria, uma coordenadora pedagógica uma diretora em 08 classes distribuídas nos turnos matutino e vespertino.

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e outros parceiros, desenvolve o Projeto de Extensão Pedagógico do Ilê Aiyê, através da Escola de Música, Percussão e Dança Band´Erê, da Escola Profissionalizante, da Escola de Informática e de três Escolas da Rede Municipal de Ensino (capacitando



Figura18: Senzala do Barro Preto
Fonte: Ilê Aiyê (2006)

professores e realizando, com os alunos, oficinas de percussão, música, dança e confecção de adereços e figurinos e trançados nos cabelos, dentre outras atividades.)

A Senzala do Barro Preto, sede no Ilê Aiyê (Figura 18, p.105) e dos projetos por ele desenvolvidos, foi inaugurada em 2003 e se consolidou como atrativo para visitantes do mundo inteiro, atraídos pela cultura negra da Liberdade. A sede também é local de ensaio do bloco e outros eventos musicais, sendo visitado o ano inteiro por residentes e turistas.

Embora o Curuzú apresente riqueza de bens culturais, seus residentes reclamam da falta de opções de lazer no bairro, e não reconhecem a cultura como um negócio capaz de gerar sustentabilidade ao bairro. Percebe-se isso ao analisar os dados da pesquisa realizada pelo SEBRAE em agosto de 2005. O censo empresarial na Rua Direta do Curuzú apresenta o perfil da comunidade empreendedora do bairro. Embora a amostra seja pequena e referente a uma parcela da população, retrata alguns aspectos relevantes da visão dos moradores em relação ao bairro. Os resultados da pesquisa realizada pelo SEBRAE constam como Anexo A desta dissertação, p.134.

6.3 CORREDOR CULTURAL DO CURUZÚ

A escolha do SEBRAE por essa localidade, se deu porque há muito tempo o Curuzú vem atraindo a curiosidade de milhares de pessoas, pela sua história, identidade afro-brasileira, blocos de carnaval e misticismo, sendo considerado pelo Ministério da Cultura como o território nacional da cultura afro-brasileira. (SEBRAE, 2005)

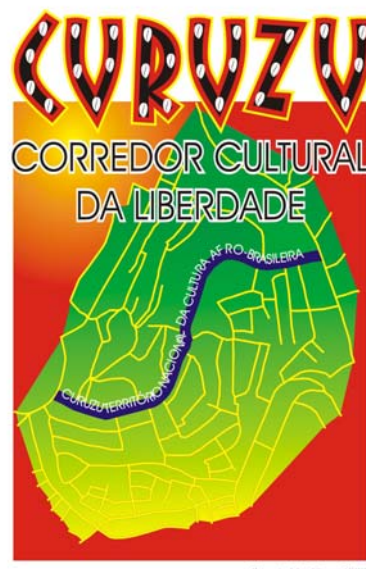


Figura 19: Marca registrada do Corredor Cultural do Curuzú

Farias, E. apresentou a proposta para a construção do Corredor Cultural no Curuzú (Figura 19), que vinha sendo almejado pela comunidade há oito anos,

segundo Valdiria das Virgens, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Curuzú (Amac). (VIEIRA, 2005)

A idéia do Corredor Cultural surgiu após uma viagem de Antônio Carlos, mais conhecido como Vovô, presidente do Ilê Aiyê, aos Estados Unidos, onde o mesmo fez um *tour* pelo *Harlem*, o maior bairro de Manhattan, assim como o Curuzú, também um bairro de negros. Uma relação estabelecida entre os dois bairros foi feita e imaginou-se um roteiro pelo Curuzú, mostrando as suas peculiaridades, semelhante ao que é feito no bairro americano.

Com um foco direcionado para a sustentabilidade da população do local e outro na preservação da cultura negra, o projeto passou a ter como parceiros o SEBRAE – fazendo consultoria, oficina de planejamento turístico e construção de planos de negócios; a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) – parceira institucional e financeira para viabilização do Corredor Cultural; o Instituto Cultural e Carnavalesco Ibàsòré Yá (Figura 20), idealizador e gestor que atuou como base operacional do projeto; e a Faculdade de Turismo da Bahia (FACTUR), pertencente às Faculdades Integradas Olga Mettig.

O objetivo do Corredor Cultural do Curuzú é valorizar e divulgar a diversidade cultural e étnica existente no bairro, tornando-se um destino turístico cultural que proporcione, através de pequenos negócios, o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

O projeto teve início em outubro de 2004, e foram formatados 38 atrativos turístico-culturais em 600 horas de trabalho, com a comunidade do Curuzú. As ações propostas e concretizadas podem ser analisadas no Quadro 9 (p.108).

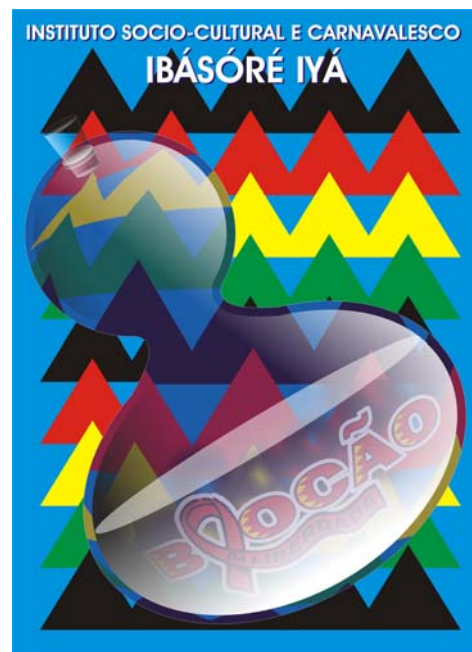


Figura 20: Marca do grupo gestor do Curuzú – Corredor Cultural da Liberdade
Fonte: Ibàsòré Iyá (2006)

AS AÇÕES IDEALIZADAS	AÇÕES CONCRETIZADAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Preservar o patrimônio material e imaterial étnico do território Curuzú, no Bairro da Liberdade; 2. Identificar Atrativos Culturais ligados à questão afro-brasileira, através da interpretação do patrimônio cultural do Curuzú / Liberdade, analisando cada um com foco na cultura e no negócio; 3. Elaborar Planos de Negócio (simplificados) para cada ponto de visitação, verificando necessidades básicas de implantação e outras, a médio e longo prazo, a serem viabilizadas no ritmo natural da evolução do Corredor Cultural; 4. Capacitar os agentes locais, responsáveis e participantes da cada atrativo, para que eles agreguem conteúdo histórico, patrimonial, aos seus empreendimentos, elaborem seus Planos de Negócio, façam boa gestão, atendam com eficiência o público visitante e desenvolvam uma mentalidade empreendedora, transformando cultura em negócios; 5. Envolver cada vez mais empreendedores locais, até atingir a geografia total do bairro, criando um movimento de revitalização local permanente para a qualidade de vida de seus moradores; 6. Formalizar convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento do Pólo; 7. Promover no local um turismo étnico de inclusão social visando o desenvolvimento sustentável; 8. Dar visibilidade ao bairro, despertando o interesse da mídia e das autoridades para a realização das demandas sociais da Liberdade; 9. Planejar uma “paisagem cultural” ao longo do Curuzú, com os símbolos do lugar; 10. Envolver os adolescentes e jovens na construção deste Corredor Cultural, tornando a região da Liberdade um lugar “bom para viver e morar”; 11. Envolver o comércio local (com tematização de lojas); 12. Captar recursos para o desenvolvimento de projetos locais, melhoria e viabilização dos atrativos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo da identidade cultural, através dos conteúdos simbólicos de cada espaço cultural; 2. Identificação dos espaços que poderiam revelar atrativos culturais ligados a: totens, centros de visitação, alimentos e bebidas, artesanatos, estabelecimentos comerciais e residenciais; 3. Identificação das lideranças do Corredor; 4. Estudo e análise dos conteúdos simbólicos dos espaços referentes ao item anterior quanto a: sacralidade, mitos, ritos, símbolos e arquétipos; 5. Estudo da historicidade do cotidiano desde os quilombos e senzalas até 2005 quanto a: educação, vida social, modos de comer e beber, formas de cozinhar e armazenar os alimentos, laços afetivos, características das casas e mobílias, quintais, igrejas, terreiros e outros espaços sagrados, animais de estimação, festas, interações entre brancos e negros, árvore genealógica; 6. Análise de demandas prementes de projetos sociais; 7. História do Curuzú com as características de Quilombo Urbano; 8. Análise da ocupação e uso do solo nas construções residenciais; 9. Medição dos espaços do Curuzú, das transversais, da quantidade de postes/ totens e da dimensão do entorno; 10. Processo de estruturação dos atrativos culturais e de sua identidade; 11. Revelação dos atrativos culturais no PRIMEIRO SIMULADO.

Quadro 9: Ações propostas e ações implementadas no Curuzú.

Fonte: Elaborada própria a partir de materiais cedidos pela Prof^{ra}. Eny Kleyde V. Farias (2006)

Os resultados das ações de interpretação do patrimônio no Curuzú vão além da criação dos atrativos identitários. Pode-se observar que após o início dos trabalhos se tornaram evidentes no bairro:

- Valorização dos rituais religiosos;
- Aumento na produção das músicas de raízes;
- Criação de acervos com instrumentos identitários ligados às raízes quilombolas;
- Aumento da renda dos residentes com o mercado informal, principalmente com as vendas de artesanatos, alimentos e bebidas;
- Valorização dos imóveis do bairro;
- Fixação dos residentes no território do Curuzú a partir dos resultados do trabalho de cidadania;
- Ampliação de serviços comunitários de convivência com os idosos e crianças na perspectiva artística cultural;
- Valorização dos idosos com a criação de entidades e atrativos tendo-os como atores principais: griôs;
- Aumento dos grupos culturais formados por adolescentes, ressaltando as raízes afro;
- Aprovação do plano de implantação de monumentos interpretativos identitários - instalação de totens, portais de entrada, sinalizações interpretativas e monumentos de identificação diante dos terreiros de candomblé ¹⁴.

Já é possível perceber com o resultado deste trabalho o interesse de ONGs, como a Experimento e empresas, como a multinacional Avocet - especializada em produtos para o público afro-americano -, numa aproximação com o Curuzú, buscando novos produtos com diferenciais competitivos.

Devido a falta de financiamento para divulgação e, sobretudo, de um apoio efetivo do *trade* turístico local, a comunidade vem tendo dificuldade para

¹⁴ Plano aprovado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313/91, também conhecida como **Lei Rouanet** concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais. Atualmente o plano busca financiamento para implementação, junto ao Ministério da Cultura e empresas privadas.

manter e sustentar os atrativos. Ainda assim, os esforços do grupo gestor em captar visitantes para o Corredor Cultural fazem parte da tentativa de não deixar os resultados alcançados se perderem por falta de público. A comunidade se mobiliza a cada confirmação de visitantes para apreciação dos atrativos, que atualmente tem se restringido a alunos do ensino superior ou pequenos grupos de pesquisadores estrangeiros, em busca de informações e vivências da cultura afro.

Desde 29 de março de 2005, quando aconteceu o primeiro simulado do Corredor Cultural, mais de 500 pessoas já visitaram o bairro, segundo estimativa do grupo gestor. Até o momento, 250 residentes estão envolvidos diretamente com o atrativo, que mesmo de maneira tímida, tem favorecido renda e melhoria na qualidade de vida dos envolvidos.

Eu fiquei satisfeita e surpresa com as coisas que foram reveladas. Eu costumo dizer que toda vez que eu desço e subo o Curuzú eu vejo um Curuzú novo. Eu fico pensando que nos quarenta e cinco anos que eu moro no Curuzú, muitas coisas estavam ao meu redor e passavam despercebidos até o trabalho de interpretação. Agora com esse conhecimento, a cada momento vejo novas possibilidades para o bairro. (VALDIRIA DAS VIRGENS, 2006)

Vários atrativos já existiam no bairro, sendo apenas inseridos no Corredor, após reuniões dos seus responsáveis com o grupo gestor. Muitos outros foram formatados a partir do processo de interpretação do patrimônio (Quadro 10, p. 111). Tantos outros atrativos já estão sendo fomentados pela própria comunidade após resultados obtidos com as apresentações e simulados já existentes.

O Mais importante desse trabalho foi a revelação do que existe, pois para os próprios moradores e as pessoas que pensaram o Corredor, foi uma surpresa. E acredito que muito mais está por vir. O Corredor Cultural do Curuzú está sendo montado ainda. Já existem atrativos, mas ainda falta muito para ficar pronto..(PAULO KABUÍ- Ibássóré iyá, 2006)

Vale salientar, que o Corredor Cultural ainda não está plenamente efetivado. O grupo gestor busca financiamento e apoio para a implementação O Corredor Cultural do Curuzú, tem se apresentado apenas em 450m dos seus 1.100m (Figuras 21e 22, p. 112 e 113).

ATRATIVOS FORMATADOS PARA O CORREDOR CULTURAL DO CURUZÚ	
Terreiros de candomblé	<ul style="list-style-type: none"> ▪ VODUN ZO ▪ ILÊ AXÉ JITOLU
Ritual Sagrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DETE REZADEIRA – CURUZÚ MINHA RAÍZ ▪ SANTO ANTÔNIO NO CURUZÚ
Venda de Alimentos e bebidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ WA-JEUN DE MAINHA ▪ WA-JEUN DE IAIÁ– CURUZÚ AMIGO ▪ CURUZÚ FORTE AMIZADE ▪ CURUZÚ CANTINHO DA AMIZADE ▪ LANCHONETE AFRO TEM TUDO A VER COMIGO
Centros de visitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CENTRO DE VISITAÇÃO E RESTAURANTE MARIA FELIPA ▪ SEDE DO ILÊ AIYÊ- SENZALA DO BARRO PRETO ▪ CENTRO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE DESIGN AFRO
Salão de Beleza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GERUSA DAS TRANÇAS
Manifestações artísticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GRUPO DE PERCUSSÃO ▪ GRUPO DE DANÇA DO RITUAL DO CURUZÚ ▪ GRUPO DE CAPOEIRA ▪ GRUPO BIRIMBALADA ▪ SAMBA DE VIOLA
Exposição e venda de produtos artesanais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DETE LIMA - arte em tecido ▪ FIONGA- CURUZÚ MEU LUGAR ▪ LOJA DE ARTEFATOS DOS DEUSES ORIXÁS ▪ CURUZÚ RODO, VIRO E VOLTO ▪ PIU E LOLA ▪ CURUZÚ CARTÃO - POSTAL DA MINHA CASA ▪ IBEJI – GÊMEAS DO CURUZÚ ▪ BICHINHOS DO CURUZÚ ▪ MAD - ARTE ▪ DIALUNDECI ARTESANATO ▪ BIRA CALÇADOS – CURUZÚ PEGUEI AMIZADE ▪ CURUZÚ HONRA SEUS VALOROSOS ANCESTRAIS
Trilhas interpretativas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TRILHA VALDEMAR DA BOMBA DA LIBERDADE ▪ TRILHA DE FRONTEIRA IBÀSÒRÉ YIÁ

Quadro 10 - Atrativos do Corredor Cultural do Curuzú
 Fonte: Elaboração própria (2006)



Sem escala

MONTAGEM AEROFOTOGRAMÉTRICA DE SITUAÇÃO NO BAIRRO

Base cartográfica: Mapa CONDER/ SICAR- Cód. 141300

Figura 21 – Montagem Aerofotogramétrica de Situação do Bairro do Curuzú
Fonte: Elaboração própria a partir da Base Cartográfica: Mapa CONDER/SICAR- Cód. 141300 (2006)



MAPA DE LOCALIZAÇÃO

1-ILÊ AXÉ JITOLU

2- WA-JEUN DE MAINHA

3-WA-JEUN DE IAIÁ- CURUZÚ AMIGO

4-FIONGA CURUZÚ MEU LUGAR

5-CENTRO DE VISITAÇÃO E RESTAURANTE MARIA FILIPA

6-CURUZÚ RODO VIRO E VOLTO

7-ILÊ AIYÊ

8- VODUN ZO

9-CURUZÚ CANTINHO DA AMIZDA

10- GERUSA DAS TRANÇAS

11- DETE REZADEIRA-CURUZÚ MINHA RAIZ

Figura 22 – Mapa de Localização do Corredor Cultural do Curuzú

Fonte: Elaboração própria a partir da Base Cartográfica: Mapa CONDER/SICAR- Cód. 141300 (2006)

O Corredor Cultural do Curuzú é organizado e negociado pelo Grupo Gestor, formado por lideranças do bairro que procuram motivar parceiros com a apresentação que se insere como Anexo B desta dissertação (p. 148). Até então, os simulados - ensaios para pessoas interessadas em visitar o bairro, entre eles estudantes, pesquisadores e religiosos -, foram realizados no período da tarde, onde os visitantes participaram de um ritual, embalado pelo som do afoxé, samba de roda, samba de viola e orquestra de berimbaus.

Os simulados seguem a seguinte ordem:

1° Os visitantes são concentrados na parte de baixo da ladeira do Curuzú. Daí, partem ao som do afoxé, entre bailarinos e percussionistas. O som é lento e ritmado, embalando a subida íngreme, até a primeira parada (Figura 23);



Figura 23: Subida da Ladeira do Curuzú no Cultural do Curuzú
Fonte: Ibásóré Iyá (2006)



2° Em frente ao Terreiro ILÊ AXÉ JITOLU, está localizado o primeiro Totem. Aí é feita uma explanação onde são informados aos visitantes dados sobre o local e suas peculiaridades. Os que quiserem, podem entrar e receber a benção de Mãe Hilda, Ialorixá da casa (Figura 24);

Figura 24: Primeiro Totem do Corredor Cultural do Curuzú
Fonte: Ibásóré Iyá (2006)

3° Na saída do Terreiro ILÊ AXÉ JITOLU, os visitantes são guiados, agora ao som do samba de roda, para conhecer o WA-JEUN DE MAINHA. Esse atrativo tem um guiamento interno feito pelo Babalorixá Valdir Lopes, que com vestimentas africanas, apresenta o que seria a resignificação da senzala;

4° Saindo do WA-JEUN DE MAINHA, os visitantes são guiados até o WA-JEUN DE IAIÁ, atrativo que representa o grande tabuleiro das negras escravas que vendiam iguarias - alimentos para o café da manhã e café da tarde, composto por acaçá, bolos, mingaus, doces, biscoitos, cuscuz, dentre outros produtos - para comprar as cartas de alforria dos seus filhos e maridos. Nesse espaço também são disponibilizados alimentos identitários, em um lanche, incluso no roteiro;

5°. Ao saírem do lanche, assistem, na porta da casa de D. Fionga, a apresentação dos seus trabalhos em fuxico, tendo como ponto alto o vestido de noiva, paramentando uma modelo, produzida por Gerusa das Tranças, salão de beleza que compõe o Corredor. A modelo usa também o calçado fabricado por Bira, artesão do bairro (Figura 25);



Figura 25: Fionga atrativo do Corredor Cultural do Curuzú
Fonte: Ibásóré Iyá (2006)

6° O guiamento segue para o Centro de Visitação Maria Filipa de Oliveira, onde mais uma vez é feito um guiamento interno, contando a história da heroína negra da independência;

7° Ao saírem do Centro de Visitante Maria Filipa, os convidados, agora ao som do samba de viola, seguem ao RODO VIRO E VOLTO, onde são apresentados artesanatos;

8° Após a apreciação dos artesanatos, os visitantes vão a sede do Ilê Aiyê, onde são saudados com o som dos tambores. É feita uma rápida explanação sobre a história do bloco e seus projetos sociais;



Figura 26: Berimbalada- atrativo do Corredor Cultural do Curuzú
Fonte: Ibásóré Iyá (2006)

9° O guiamento segue então para o terreiro de candomblé VODUN ZO. Até chegar ao espaço sagrado, os visitantes passam por um “corredor” onde músicos tocam berimbaus (Figura 26, p. 115). O terreiro VODUN ZO tem 200 anos de ancestralidade das raízes africanas. Seu atual Babalorixá é Pai Amilton. Durante a visita é feita uma explanação sobre o candomblé e os visitantes têm acesso a uma exposição de artesanatos utilizados nos rituais;

10° Após a visita ao terreiro, os convidados seguem para a lanchonete FORTE AMIZADE;

11° A próxima parada é em DETE REZADEIRA, onde o visitante pode optar por uma sessão do ritual sagrado;

12° O Corredor Cultural do Curuzú é finalizado com apresentação dos grupos de capoeira e de dança, em frente ao CORREDOR IBEJI, onde crianças da creche brincam de corredor e se divertem ao som dos grupos que se apresentam no encerramento (Figura 27).

Após o encerramento, o visitante fica livre para visitar quaisquer dos atrativos apresentados, assim como, conversar e interagir com a comunidade.



Figura 27: Grupo de capoeira atrativo do Corredor Cultural do Curuzú
Fonte: Ibásóré Iyá (2006)

O nosso projeto tem um ponto principal que é não transformar o Curuzú no Pelourinho. O Corredor Cultural é pontual. A agência liga ou o grupo liga, nós arrumamos tudo, recebemos os visitantes, eles comem, dançam, participam dos rituais, depois vão embora e tudo volta como era antes. Os restaurantes, o centro de visitação e os outros atrativos são em casas de família. Não queremos perder isso, é o nosso cotidiano. Recebemos os turistas em nossas casas, como se fossem convidados. Queremos que o nosso bairro continue como antes, as crianças na rua, D. Miru no banquinho, D. Fionga, o tráfego como é. Nós não queremos modificar nada, não queremos perder a essência do Curuzú. Não queremos pagar esse preço de jeito nenhum. (VALDIRIA LOPES - AMAC, 2006)

Nem toda comunidade do Curuzú tem conhecimento das atividades oferecidas. Segundo dados do Grupo Gestor, apenas 20% dos moradores estão informados dos acontecimentos. Muitos ouviram falar, mas não buscam participar. Outros atrativos estão sendo formatados para serem oferecidos, aumentando as possibilidades para os visitantes.

O Corredor Cultural do Curuzú é um vetor de desenvolvimento para o território do Curuzú. Aquele bairro é um celeiro de possibilidades, só depende da comunidade e do apoio dos órgãos públicos. Mas, existe o risco de o estado ou o poder privado assumir o Corredor e se isso acontecer, eles podem querer se apossar de tudo aquilo e não é essa a proposta da comunidade. Por isso depende muito mais da comunidade o corredor se tornar sustentável. (LUCY GÓES – SEMUR)

Há um consenso entre todos os entrevistados, que a falta de investimento financeiro por parte do poder público e privado é o grande empecilho para o Corredor Cultural se tornar um grande e diferenciado atrativo turístico para o destino Salvador.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento local, através da atividade turística, representa uma saída para muitos municípios. Embora não existam modelos de planejamento, que garantam o sucesso da atividade, ou instrumentos que possibilitem ao mesmo tempo crescimento econômico e inclusão social, evitando que haja destruição da paisagem, degradação do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais, adaptações e novas possibilidades surgem no contexto nacional, merecendo a atenção do meio acadêmico.

Dentro desta perspectiva, a interpretação do patrimônio apresenta-se como uma grande aliada do turismo, por ser capaz de desenvolver o senso de conservação, a partir da valorização que se passa a ter após conhecer e revelar o patrimônio natural e cultural, além de despertar o sentimento de pertencimento e conseqüentemente a elevação da auto-estima das comunidades envolvidas com o processo. Pode-se considerar a interpretação do patrimônio como um vetor de desenvolvimento local a partir do momento que a mesma oferece à comunidade residente possibilidades de ganhos através da significação e resignificação do seu patrimônio, seja de forma material, como o artesanato, a culinária, dentre outros, ou imaterial, por meio da música, mitos e tantos outros, expressos nas manifestações culturais.

A singularidade desejada pelos turistas é atendida pela interpretação do patrimônio, quando essa busca a identidade local para representá-la nos mais diversos serviços e produtos oferecidos pelos destinos. Harvey (2006), um dos principais geógrafos da atualidade, mostra que:

As alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente construídas, assim como no das características

ambientais especiais (incluindo, é claro, ao ambientes sociais e culturais construídos)? [...] Muitas alegações se apóiam em narrativas históricas, interpretações e sentimentos das memórias coletivas, significados das práticas culturais etc.: sempre há um forte elemento social e discursivo operante na construção de tais alegações. Logo que estabelecidas, porém, tais alegações podem ser desenvolvidas com força ao ponto de origem para a extração das rendas monopolistas. (HARVEY, 2006, p. 233)

No entanto, o sucesso da interpretação do patrimônio não depende só da comunidade e dos pesquisadores, responsáveis pela execução dos projetos. Assim como nas políticas do turismo, fazem-se imprescindíveis as parcerias entre os poderes envolvidos, direta e indiretamente, em todas as esferas: pública, privada, terceiro setor, academia e comunidade, constituindo um modelo eficaz de governança urbana.

Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas físicas, como transporte e comunicação, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham renda [...].(HARVEY, 2006, p. 232)

O êxito da localidade contemplada com a interpretação do patrimônio está também na forma integrada de sua gestão, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento do local, enquanto processo, e a satisfação do visitante, enquanto técnica. Ações isoladas resultam em frustrações e desânimo, tanto para comunidade como também para o visitante.

Exemplos se espalham pelo mundo onde os serviços e instalações inadequadas podem reduzir os recursos naturais e culturais da localidade envolvida (WEARING ; NEIL, 2001).

Na Espanha, alguns artigos apresentam uma realidade onde o modismo dos Centros de Visitantes, muitas vezes erroneamente chamados de Centros Interpretativos, causa falsas esperanças nas comunidades, que a todo custo implantam seus centros, sem que os mesmos sejam desenvolvidos e implementados

por profissionais especializados, e, principalmente, estejam inseridos em roteiros que vislumbrem a sua visitação e conseqüentemente, sua sustentabilidade.

O que se atesta a partir desta perspectiva é a proliferação de centros, com as mesmas características, pois a proximidade física leva a repetição de hábitos, cenários e culturas, passando a oferta ser maior que a demanda de turistas. De acordo com os especialistas, a falta de conhecimento do que é um centro de interpretação, e sua implantação errada, devido, sobretudo, à falta de planejamento, são as principais causas para os baixos níveis de utilização. (SANTOS, 2006, p 5)

Na Bahia, as experiências vivenciadas não apresentaram melhores resultados principalmente pela falta de sensibilidade dos órgãos financiadores dos projetos, que suspendiam a pesquisa sem que os planos de negócios dos atrativos criados, pudessem ser implementados, impossibilitando a sua posterior inserção no mercado. Todas as pesquisas alcançaram seus objetivos ao identificar e formatar atrativos com identidade local, no entanto, as comunidades envolvidas no processo não conseguiram manter todos os atrativos criados. Deve-se isso, à falta de apoio do chamado *trade* turístico, que embora comunicado e presente em alguns casos, conhecendo de perto os projetos e reconhecendo a qualidade e o potencial dos atrativos, não os adicionaram aos *folders* de divulgação dos atrativos das respectivas localidades, ou não os inseriam nos *city tours* e opcionais dos destinos, simplesmente ignorando-os.

O fato da cidadania ser a premissa no processo de interpretação do patrimônio na Bahia, parte exatamente do entendimento que a comunidade precisa incorporar a consciência de que cada um dos seus componentes são indivíduos de direitos, perante a sociedade. Devem perceber que as oportunidades são disponibilizadas para todos, sentindo-se capazes de se inserirem no crescente e promissor segmento turístico, oferecendo produtos e serviços, que comuniquem aos visitantes seu patrimônio e sua identidade. Cabe ao turismo apenas ajudá-los na comercialização desses produtos e serviços, sendo necessário, para tanto, que assumam responsabilidades, na colaboração, parceria e promoção.

Alguns atrativos dos destinos trabalhados na Bahia conseguiram se sustentar e fazem sucesso, exatamente pela sua singularidade ao apresentar seu patrimônio. Servem hoje como exemplo para a comunidade, assim como gera renda para os envolvidos direta e indiretamente no processo, agregando significado ao destino a partir do instante que possibilitam experiências inovadoras ao visitante.

Em países desenvolvidos, a política pública contribui significativamente na concretização da interpretação do patrimônio, seja bancando as sinalizações, na criação e gestão de parques e centros de visitação ou patrocinando os espetáculos de interpretação ao vivo, que se tornam fonte de renda lucrativa em pouco tempo. As preocupações com o patrimônio se restringem na forma correta do uso e da conservação dos mesmos.

Já nos países em desenvolvimento como Brasil, os problemas são mais complexos e em sua maioria estruturais. Não se pode dar prioridade ao turismo, se a educação, saúde e habitação, por exemplo, são carentes nas localidades, mas deve-se pensar no turismo como alternativa de inclusão dos residentes, a partir da geração de emprego e renda.

Através da implementação do turismo de forma organizada, priorizando necessariamente a localidade e não somente os interesses empresariais, como na maioria dos casos, a interpretação do patrimônio atuaria como um instrumento eficiente na diversificação dos produtos e serviços turísticos identitários, propiciando ao lugar diversas possibilidades de ser descoberto e redescoberto pelo mesmo visitante, sempre com novos atrativos e experiências.

O Plano Nacional de Turismo (2003-2007) apresenta questões relacionadas ao potencial da atividade turística em propiciar condições de desenvolvimento, assumindo uma dupla face: por um lado a criação de singularidades para inserção em redes mais amplas, reduzindo a formação de enclaves territoriais, e, por outro, a definição das opções, tendo em vista a diversidade cada vez maior de atores a fim de tornar os lugares produtos turísticos. Essas considerações implicam, uma vez mais, na ação organizada dos agentes

locais e sua capacidade em implementar estratégias de diferenciação e inserção, não sendo enfatizado, entretanto, como alcançar tais condições.

A interpretação do patrimônio, como realizada na Bahia, atende a todas essas solicitações do Plano de Turismo. Os resultados apresentados nessa dissertação comprovam que através da soma de esforços entre os poderes públicos e privados, o desenvolvimento do turismo com base local é possível, gerando ganho para todas as partes, caso haja, necessariamente, a inserção da comunidade no processo de criação, formatação e gestão de atrativos que revelem de fato sua identidade.

Entende-se que a interpretação do patrimônio não é a solução para todos os problemas da atividade turística, mas, comprovadamente apresenta condições de ser um instrumento eficiente de desenvolvimento local, educação patrimonial e vetor de inclusão social. Os resultados na prática são concretos e positivos, porém, nem sempre imediatos, necessitando, para tanto, do respeito aos prazos estabelecidos, bem como, da continuidade do planejamento em conjunto com a comunidade.

A experiência de interpretação do patrimônio no território afro do Curuzú, trouxe à tona, sobretudo, a preservação do patrimônio imaterial étnico revelado e comunicado pela própria comunidade.

As características peculiares do quilombo urbano do Curuzú fizeram do processo de interpretação do patrimônio uma busca constante pela revelação e valorização dos conteúdos simbólicos, através dos hábitos, costumes, tradições e crenças da comunidade local. A cultura intangível do Curuzú foi demonstrada através dos seus saberes e fazeres singulares, específicos e únicos do lugar.

Os moradores do Curuzú perceberam, na atividade turística, a possibilidade de conciliar de modo sustentável a proteção da cultura, o desenvolvimento econômico e a luta contra a pobreza.

O projeto de interpretação do patrimônio desenvolveu na comunidade a vontade de preservar o Curuzú, enquanto um bom lugar de morar e de viver um

cotidiano singular; criou possibilidades de ocupação e renda, a partir da diversidade de crenças, das manifestações culturais múltiplas e das empresas existentes na localidade; interpretou a cultura em seus conteúdos simbólicos; organizou espaços para visitação turística; trabalhou a cidadania com projetos locais, que contemplaram crianças, adolescentes, idosos; e formatou o Corredor Cultural atribuindo aos residentes a gestão do atrativo.

O Corredor Cultural do Curuzú configura-se em uma possibilidade de atrativo diferenciado de Salvador, onde as heranças afro-descendentes se revelam em trilhas, alimentos, artesanatos, rituais, música, dança, entre muitos outros, tendo a comunidade inserida no processo como anfitriã e gestora dos saberes e do lucro obtido com a visitação e venda dos produtos e serviços que compõem o atrativo.

Torna-se importante ressaltar que a interpretação do patrimônio não pode ser vista e analisada como um padrão de regras a serem utilizadas da mesma forma e produzindo os mesmos efeitos em toda e qualquer localidade, uma vez que, a realidade de cada local é particular, exigindo análises, procedimentos e operacionalização exclusivos. Na verdade, deve-se encarar a interpretação do patrimônio como uma estratégia de se educar, incluir, promover, sensibilizar e também lucrar com os saberes e fazeres de uma localidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. Universidade Federal de Goiás - UFGO 2004. Disponível em: <<http://www.turigeo.ggf.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.
- ALVES, Vânia de Fátima Noronha; JUNIOR, Marcos Carvalho de Miranda; MARTINS, Renata Drumond. **Turismo e Lazer**: em Busca da Cidadania e da Inclusão Social. Universidade FUMEC, 2004. Disponível em :< <http://www.ufmg.br/congrent/Meio/Meio37.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2006.
- ANDRADE, José V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.
- BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiro Ecoturístico da Costa do Descobrimento**. Salvador, 2001.
- BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETO, Margarita. **Turismo e Identidade Local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 1997.
- BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos da Geografia**. Ano 6, v.14, fev. 2005. Disponível em: <www.ig.ufu.br/caminhosdegeografia.html>. Acesso em: 02 fev. 2006.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não lugares. São Paulo: Aleph, 2004.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **Manual de Iniciação ao Turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BASSINELLO, Patrícia Zaczuk. **Interpretando o Patrimônio Histórico da APA Campinas**: um Exercício para a Educação e Preservação. Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.ibcdtur.org.br/arquivos/PatriciaZaczuk.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2006
- BENAYAS, J.B.A. et al. Developmente of interpretation Centres in Spain. In: IV CONGRESO MUNDIAL DE INTERPRETACIÓN DEL PATRIMONIO. 15-19 mar. 1995, Barcelona. **Anais...** Barcelona: AIP, 1995.
- BEYER, Hugo Otto. **O Fazer Psicopedagógico**: a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Piaget e Vygotsky. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACÊDO, Fernanda Maria. Análise Fenomenologia do Papel Transformador do Turismo na Sociedade Contemporânea. In: BAHL, M;

BOISIER, Sergio. **El desarrollo en su lugar (el territorio en la sociedad del conocimiento)**. Santiago: Pontificia Universidad del Chile, 2003.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOLETÍN DE INTERPRETACIÓN. España: AIP, n. 14, ago. 2006.

BOLETÍN DE INTERPRETACIÓN. España: AIP, n. 3, jun. 2000

BOLETÍN DE INTERPRETACIÓN. España: AIP, n.1, jun. 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Da Etimologia ao Sentido do Patrimônio. Belo Horizonte: texto fruto de produção da pesquisa Hermenêutica e Arquitetura. **Interpretar Arquitetura**, Belo Horizonte, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/> Acesso em:Ago 2005

BRÜSEKE, Franz. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In. CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma Sociedade Sustentável**. 2. ed. São Paulo:Cortez, 1998.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMARGO, Haroldo L. Patrimônio e Turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas. **Patrimônio: lazer & turismo**. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=33-> maio de 2005>. Acesso em: 06 jun. 2005.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo : Cultrix; Pensamento, 1997.

_____. **As transformações do mito através do tempo**. São Paulo: Cultrix, 1990.

_____. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jará. Sociedade e educação patrimonial. **Revista do Iphan**. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id =131>>. Acesso: 28 set. 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHEREM, Gabriel J. Interpretação comunitária: A chave para o turismo apropriado. In: GOELDNER, Charles R; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2002.

CIFELLI, Gabrielle. Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto-Mg. **Jornal Valor Econômico**, Ouro Preto, 7 abr. 2001. Disponível em <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20053.htm> >. Acesso em: 26 out. 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Orgs.) **Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COULON, A. **Etnometodologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CUELLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO; MEC; Papyrus, 1997.

DELGADO, Jesus. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, Célia (Org.) **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

DRUMMOND, Siobhan; YEOMAN, Ian. **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio**. São Paulo: Roca, 2004.

DURAN, Leandro Domingues. Patrimônio, Cultura e Poder: um ensaio sobre o turismo patrimonial, o caso de Santos. **Patrimônio: Lazer & turismo**: revista da COEAE - Unisantos. São Paulo, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.cod=20>>. Acesso: 14 jun. 2006.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. São Paulo: Editora Martins, 1998.

_____. **O mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercury, 1992.

FARIAS, E. **Interpretação do Patrimônio**: histórias da praia do Forte contadas pela comunidade. Salvador: ANIP, 2006.

_____. Interpretação do Patrimônio e cidadania: a participação da comunidade. **Turismo: Tendências e Debates**, Salvador, Faculdade de Turismo da Bahia, n. 2, 1999.

FARIAS, G. La Interpretación del Patrimonio en Brasil. **Boletín de Interpretación**. España: AIP, n. 15, ago. 2006.

_____. Interpretação do Patrimônio e empregabilidade: uma relação para o desenvolvimento sócio-econômico de localidades turísticas. **Turismo: Tendências e Debates**: revista da Faculdade de Turismo da Bahia, Salvador, n. 2, 1999.

FEUERSTEIN, R. **Mediated learning experience**. Leeds: Freud Publishing, 1994.

FILHO, Américo Pellegrini. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

FREIRE P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREUD, Anna. **O Ego e seus Mecanismos de Defesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp013.asp.Out.2000>>. Acesso em: 11 jun. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Izabel Castanha. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. **Revista Nera**, São Paulo, ano 7, n. 4, jan.-jul. 2004. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_4/01_Izabel.pdf>. Acesso em: 14 set. 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da. Turismo, Inovações e Crescimento Econômico Local. **Scripta Nova: revista de Geografía y Ciencias Sociales** da Universidad de Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-56.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2006.

GOODEY, Brian. **Olhar múltiplo na interpretação de lugares**. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_gb.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2005.

_____. Interpretação: Imagem oficial ou valorização pela comunidade. **Turismo: Tendências e Debates**: revista da Faculdade de Turismo da Bahia, n. 5, 2003.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAM, Sam H. **Interpretación Ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños**. Golden: North American Press, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAZIN, Ana; OLIVEIRA, Cleide; MEDEIROS, Rejane. **Cultura e turismo: interação ou dominação?** Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Universidade Católica de Pernambuco, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/>>. Acesso em: 24 mar. 2006

_____. **Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Universidade Católica de Pernambuco, 2000.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e seus Símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). **Turismo: impactos socioambientais.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Coleção Geografia: Teoria e Realidade, v. 31).

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos, v. 51).

LIMA, Solange T. Trilhas Interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, **Cadernos Paisagem**, Rio Claro, UNESP, n.3, p. 39-44, 1998.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS Carson L. **Introdução ao Turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARTINS, Anne Bastos; VIEIRA, Gustamara Freitas. Turismo e Patrimônio Cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. **Estação científica**, FES/JF, 2006. Disponível em: <http://www.jf.estacio.br/revista/artigos/2anne_turismo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

Martín, Marcelo. La Interpretación incluida en el vínculo patrimonio-sociedad. Segundas reflexiones de un profano. **Boletín de Interpretación.** España: AIP, n. 5, 2001.

MARTINS, R; MARTINS, S. **O turismo como força transformadora do mundo contemporâneo.** São Paulo: Roca, 2005.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MERIGUE, Geancarlo de Lima. **A gestão do turismo para o desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/geancarlo.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOLINA, Patricia Laura. Turismo cultural: una experiencia turística cultural existe cuando el producto turístico se concibe con un enfoque interpretativo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL NAYA, 2003, **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/PatriciaLauraMolina.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2005.

MOLETTA, Vânia Florentino; GOIDANICH, Karin Leyser. Turismo cultural. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE-RS, 2000 (Série Desenvolvendo o Turismo, v. 4).

MORALES, J. **Técnicas de Interpretação do Patrimônio**: curso de Técnicas de Interpretação do Patrimônio ministrado na Faculdade de Turismo da Bahia. Salvador, 2003. 125p.

_____ **Guía práctica para la Interpretación del Patrimonio**: el arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante. Local: Junta de Andalucía, 2001.

MURTA, Stela. **Turismo, Preservação e Comunidade**. Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar1807_2.htm>. Acesso em: 8 mar. 2005

MURTA, Stela M; ALBANO Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MURTA, Stela M; GOODEY, Brian. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado**: um guia. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1995.

NETO, Eduardo Barroso. **Design, identidade cultural e artesanato**. Disponível em: <<http://www.eduardobarroso.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 05 set. 2006.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORTIZ, Renato Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, Landislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita Cassia A. (Orgs.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALVATI, Sérgio Salazar. **Interpretação**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/artigos/interpretacao.html>, 2004>. Acesso em: 02 mar. 2005.

SANTOS, María Muñoz. Avance de un estudio sobre centros de visitantes en España. **Boletín de Interpretación**. España: AIP, n. 14, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARTRE, Jean Paul. **O imaginário**. São Paulo: Ática, 1996.

SCHNEIDER, Daniela R. **Fundamentação teórica do curso de extensão: Atendimento Psicoterapêutico no SAPSI na Perspectiva Existencialista**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<http://www.psiclin.ufsc.br/Projeto%20de%20extens%E3o%20no%20Sapsi.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2006.

SEBRAE / Ba. **Programas e Projetos**. Disponível em:<<http://www2.ba.sebrae.com.br/programaseprojetos/%7B1D035489-1C38-422E-A92A98F51E197F75%7D.asp>>. Acesso em: 05 set. 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre a globalização, território e Bahia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo, v. 5).

TILDEN, Freeman. **La interpretación de nuestro patrimonio**. 1. ed. Sevilla: Asociación para la Interpretación del Patrimonio, 2006.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e civilização**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Unesco/texto/texto9.html>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

VEVERKA, J. A. Porque os lugares de importância patrimonial necessitam de interpretação para sobreviver por longo tempo. **Turismo: Tendências e Debates**: revista da Faculdade de Turismo da Bahia, n. 5, 2003.

VIEIRA, Camila. **Riquezas do Curuzú**. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br/2005/12/01/noticia.asp?link=not000123523.xml-40k>>. Acesso em: 29 set. 2006.

VIEIRA, Débora Dutra Patrimônio e meio ambiente: os lugares da memória. **Patrimônio: Lazer & turismo**: revista da COEAE - Unisantos. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=12-marçode2004>>. Acesso em: 04 abr.2006.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Editora Manole, 2001.

ZAGO, José Antônio. **Carl Gustav Jung**. Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/artigo7.htm>. 1999>. Acesso em: 03 set. 2006.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fabri Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE- A

Roteiro de Entrevista com a pesquisadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias

- 1- Nome, Formação
- 2- Quando e Como teve acesso á interpretação do patrimônio
- 3- Quando começou a trabalhar com a interpretação patrimônio
- 4- Qual o embasamento teórico utilizou para fundamentar as pesquisas realizadas
- 5- Quais experiências e resultados
- 6- Quais as dificuldades da interpretação do patrimônio com comunidades
- 7- Qual o diferencial da interpretação do patrimônio no Brasil
- 8- Quais as expectativas da Associação Nacional de Interpretação do Patrimônio-ANIP-BR
- 9- Como percebe a interpretação do patrimônio em relação ao desenvolvimento regional
- 10-Quais as contribuições da interpretação do patrimônio nas localidades trabalhadas na Bahia

APÊNDICE- B

Roteiro de Entrevista com lideranças do Curuzú

1-Nome,

2-Função que exerce no Curuzú

3-Quais as principais características do Curuzú

4-O que é o Corredor Cultural do Curuzú

5-Qual o seu envolvimento com o Corredor Cultural do Curuzú

6-O que achou dos resultados

7-O que foi mais significativo para o residente na formatação do Corredor Cultural do Curuzú

8-Quais os benefícios o Corredor trouxe para o Curuzú

9-Como a comunidade vê o Corredor Cultural do Curuzú

10-Qual a maior dificuldade do Corredor Cultural do Curuzú

ANEXO -A

Apresentação dos Resultados da pesquisa do SEBRAE realizada do Curuzú em agosto de 2005.

ANEXO –B

Apresentação do Corredor Cultural do Curuzú pelo Grupo Gestor

